



MUNICÍPIO DE POMBAL

Cópia de parte da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Pombal nº0024/CMP/16, celebrada em 28 de Outubro de 2016 e aprovada em minuta para efeitos de imediata execução.

Ponto 7.1. Orçamento Municipal para o ano económico de 2017 e respetivos anexos

Foi presente à reunião a proposta de Orçamento Municipal para o Ano económico de 2017 e respetivos anexos, relativamente ao documento, bem como às Grandes Opções do Plano Económico para o Quadriénio 2017/2020, o Senhor Presidente da Câmara fez a intervenção que se segue:

"Senhores Vereadores, chegamos aqui a este ponto importante da nossa vida municipal, é o ultimo Orçamento e Plano deste mandato que apresentamos, já que para o ano essa responsabilidade já será do próximo executivo municipal, sendo que este processo deste ano, não tem sob o ponto de vista da arquitetura orçamental grandes diferenças daquele que já tínhamos feito no ano anterior; isto é, começando pelo Orçamento, nós estamos numa altura em que temos uma noção daquilo que é o Orçamento de Estado, não temos Orçamento de Estado ele já foi apresentado, ainda não foi aprovado na especialidade, nem na generalidade e está em discussão, só no final do ano é que o teremos, seja como for; os quadros 19 e 20 que são aqueles que nos interessam sob o ponto de vista das transferências, são muito importantes. Depois há outras normas, que hoje ainda vamos aqui falar delas, que têm a ver com despesas com pessoal, com as opções políticas relativamente às progressões, contratação, chefias, que são no nosso caso importantes, para corrigir uma situação de desigualdade e de injustiça, que se fizeram por força das contenções orçamentais que o país teve e digo agora, e ainda tem, e também porque com o rigor que pretendemos trazer ao Orçamento, não podemos aqui inscrever dotações orçamentais que resultam de financiamento comunitário e que darão sempre à Câmara, condição de lançar mais obra do que aquelas que estão previstas, no pressuposto de que consegue a comparticipação financeira, dos financiamentos comunitários, ora isto acontece, não só em obras que já estão a decorrer e que ainda não têm essa dotação definida, como com aquelas situações em que as obras serão lançadas em função da aprovação das respetivas operações de financiamento. Enquanto isso acontece, e que nós esperamos (ainda há pouco fiz referência a estas matérias, da escola da Guia relativamente à recuperação da escola secundária, há um conjunto de outras intervenções que serão feitas), mas o que importará reter é que o valor com que faremos o inicio do nosso ano de 2017 é de € 37.532.266,00,



MUNICÍPIO DE POMBAL

que acrescenta € 4.000.000,00 ao Orçamento que o ano passado tínhamos nesta mesma altura, que apenas serve aqui de factor de referência, porque depois em Fevereiro quando fizermos a introdução dos saldos transitados e eventualmente possamos também acrescentar contratos de financiamento com a validade jurídica que nos permita a sua previsão já nos dá também uma segurança em termos de incremento da receita, que neste caso nos remeteria para os 43/44 milhões de euros, em função daquilo que em termos comunitários possa vir a acontecer.

Este orçamento tem por isso, como eu disse no início, uma modificação que se prende com a não previsão de despesa corrente, no que diz respeito ao final dos últimos meses de 2017, de maneira a que possa antecipar ao primeiro trimestre de 2017 a promoção de um conjunto de obras a coberto dessa receita que será antecipada, uma vez que com a transição dos saldos transitados a partir de fevereiro incluiremos essas dotações orçamentais no nosso orçamento de maneira a termos toda essa despesa devidamente prevista no final do ano. Falamos de iluminação pública, de despesas com transportes escolares, com a componente de apoio à família do próximo ano letivo, falamos de valores com a cultura, Pmugest, Valorliz, etc, é este conjunto de despesa que acaba por não ter de estar 12 meses parada numa caixinha à espera de ter execução financeira, isto permite-nos promover um conjunto de intervenções, dando grande capacidade executiva ao Município, aliás, nós nesta altura até podemos avaliar o efeito que esta opção gestionária e de construção da arquitetura do orçamento de 2016 resultou. Os dados de final de Setembro de 2016, davam-nos relativamente a 2015, a indicação de que havia mais 24 pontos percentuais de compromisso do que o que tínhamos no ano anterior e tínhamos quase mais 20 pontos percentuais de execução orçamental quando comparado com 2015, significa que tínhamos 72 % de compromissos em agosto/setembro de 2015 e que agora tínhamos 92/94 % de compromissos assumidos, e que os 33/34 % que tínhamos de execução orçamental em agosto de 2015, em 2016 eram 45%. Isto significa que, de facto, se conseguem precipitar muitas obras, e este Orçamento de 2017 é um orçamento que vai contemplar muitas obras que estão lançadas por força desta opção e que transitam e que nos consomem já grande parte dos recursos de 2017, isto é, julgo que chegámos aqui a um ponto, em que estamos a antecipar execução orçamental, de maneira a que consigamos conjugar bem, a utilização do tempo, o cronograma das obras, para lançarmos as obras em tempo em que sabemos que consumimos um conjunto de recursos, vamos dar como exemplo o que acabámos de aprovar: 1.3 milhões de euros de obras aprovadas há pouco, com as obras da Redinha e de Albergaria dos Doze, a execução financeira destas obras, o contributo que têm para o exercício de 2016 é 0%, tirando os projetos no caso, pois há projetos de especialidade. Todo o resto terá execução essencialmente pela duração das obras (as duas com 300 dias) em 2017. Apesar de não ser lançada em 2017, terá efeitos financeiros praticamente a 100% só em 2017 e tomara que não haja atrasos nas obras, no seu arranque, nas condições climáticas e nas condições de execução que cada um dos empreiteiros terá, esse é o desejo. O que significa portanto que, não havendo decisão em 2017, não significa que não haja essa obra em 2017, porque ela transita do ano de 2016 e isto nesta altura são um bocadinho mais de 20 milhões de euros, o que significa que há aqui uma antecipação desta execução. Para além disso temos aquilo que também é francamente saudável, que é uma transferência significativa, da receita corrente para a poupança corrente que é aquilo que



MUNICÍPIO DE POMBAL

nos permite fazer investimento, portanto a receita corrente serão 32 milhões de euros, a despesa corrente prevista são cerca de 11 milhões de euros, as amortizações de empréstimos de médio e longo prazo são 800 mil euros, capital mais juros, (os juros são só 30 mil), o que nos dá uma despesa de mais ou menos 12 milhões de euros, o que significa que ficamos com uma poupança corrente de € 20.892.338,37, que são valores que nós afetamos às despesas de investimento, portanto isto dá-nos aqui algum músculo financeiro para lançarmos as obras, sabendo-se que apesar dos esforços feitos por todas as entidades públicas, os níveis de execução do financiamento comunitário são ainda muito ténues. Houve uma revisão do cronograma dos quadros para a submissão das obras da educação, ainda ontem estivemos com uma responsável da Agência para a Modernização Administrativa que nos dava conta também dessa criação de novas condições para a submissão dos projetos no âmbito da Modernização Administrativa, e vamos percebendo que de facto há aqui algumas entropias, nalguns dos casos com a criação de alguns prémios, que nós apesar de sermos beneficiários deles ainda não os temos aqui inscritos, como seja por exemplo, a circunstância da execução acima da média que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano já tem, com 3 obras concluídas, 3 submetidas e 2 com contrato de financiamento, a Rua de Leiria, a Rua do Mancha Pé e a expectativa de entretanto assinarmos o contrato com a Recuperação da Frente Ribeirinha, que nos dá de facto aqui um prémio, o chamado Acelerador de Investimento, que o Governo apresentou em Aveiro há dois meses atrás, que no fundo, nos dará mais 10 % do valor total da operação, estava com 5 milhões, excluindo o instrumento financeiro que lhe está associado, teremos aqui mais 500 mil euros para podermos fazer estas intervenções. E portanto temos aqui expectativas de reforçar este Orçamento em Fevereiro resultantes da aprovação das candidaturas apresentadas no âmbito da drenagem de águas residuais, POSEUR, onde temos as obras do Outeiro do Lourical, Foitos, as obras da Cavadinha, Crespos, Roussa, Pinheirinho em termos de drenagem, temos as intervenções da Eficiência Energética, que já aqui estão, porque no final deste ano teremos já a intervenção da substituição das unidades de tratamento do ar, na piscina, estivemos ontem com a ENERDURA a tratar deste assunto para ultrapassarmos esta situação, são trabalhos que vão já introduzir melhorias na qualidade do ar da nossa piscina que já tem 12 anos e que precisa desta intervenção, com financiamento comunitário. Temos ainda pendentes os valores dos Fundos dos Recursos Hídricos, relativamente à ponte dos Reis, às intervenções de requalificação nas frentes ribeirinhas, quer no Rio Arunca, quer na Ribeira de Carnide, temos também a pendência da matérias da iluminação pública, há aqui uns valores pendentes que poderão engordar o nosso Orçamento, e essa será a conversa que teremos em Fevereiro, e portanto nesta altura qual foi a opção que se tomou, antecipar estas obras que têm interesse e passo já para o PPI para falarmos disto, não pôr em causa essa boa execução, por exemplo, aqui nesta opção gestionária, nunca se mexe nos valores reservados aos vencimentos dos trabalhadores, é critério que no principio do ano não deve existir qualquer tipo de duvida, podia fazer-se mas não o fazemos por opção política. Temos ainda aqui uma situação preocupante, que é aquela que resulta daquele, entendido como erro de sistema, na Administração Tributária e Aduaneira e que se prende de facto com a menos receita de impostos sobre os imóveis e que no nosso caso representa já um decréscimo de cerca de 900 mil euros sobre aquilo que recebemos no ano anterior, o que pode significar



MUNICÍPIO DE POMBAL

academicamente que o Município cumpre as regras de orçamentação que a lei estabelece e que, não havendo esse comportamento dos impostos como é expectável e histórico, possamos ter (e isto será uma posição muito radical, que eu não o quero que aconteça, mas que academicamente pode acontecer) que é um Orçamento deficitário, porque os valores previstos da média aritmética simples, dos impostos cobrados nos últimos 2 anos, têm aqui uma quebra, nomeadamente nos impostos sobre o imobiliário que prejudica esta boa execução financeira. Esta é uma matéria de que nós não nos podemos esquecer, nós já pedimos esclarecimentos à Administração Tributária, o processo está em Lisboa, o ritmo de aumento da coleta, desde que fizemos esta comunicação até agora, não é indiciador que existam crescimentos muito significativos, o que significa que aqui estamos a ser penalizados pelo facto, não sob o ponto de vista orçamental, no orçamento podemos inscrever a verba como ela está, da média aritmética simples, mas de não termos de facto essa liquidez, que espero e vou falar numa perspetiva mais otimista, dentro do timing que era expectável recebê-lo, mas não quero pôr a hipótese de o Município não o vir a receber de todo, porque de facto esse valor faz-nos falta. É por essa razão e também porque me pareceu ser importante, ter esta noção mais solidificada possível e conhecida, que nós não tomámos decisão, não foi por esquecimento, da participação variável do IRS, nos 5% que o Município pode optar, nem na mexida na Derrama que se mantém com 1%, já que estas comunicações têm de ser feitas até 31 de dezembro do ano de 2016.

Quanto às intervenções que serão disparadas, perdoem-me a expressão, no primeiro trimestre de 2017, e que precipitam já também uma aceleração de investimento, temos as questões do saneamento, na zona Norte da Freguesia do Carriço e portanto as zonas da Silveirinha Grande, Claras, Alhais, no projeto que eu antes de lançar gostaria de apresentar à Câmara, o estudo de viabilidade económica e financeira pelas opções políticas que se tomaram, isto é, de se optar por fazer a drenagem para uma ETAR fora do concelho de Pombal e não estarmos aqui a assumir os encargos de construção e de gestão de uma nova estação, até porque a previsão das águas residuais de serem tratadas e pagas, não andarão muito acima dos 60 mil metros cúbicos por ano o que fará com que o preço do tratamento seja muito alto, não digo que trataremos só estas águas, trataremos mais, mas só que como as outras não as trataremos não as poderemos cobrar, por isso temos de ter isto tudo em linha de consideração. Temos também aqui intervenções que se prendem com equipamentos desportivos, isto é, com o facto de as intervenções de requalificação do campo dos Caseirinhos, na zona desportiva e na substituição do sintético de Flandres de entrar no primeiro trimestre, pode dar-se aqui o caso de ainda entrarem este ano, depende da execução orçamental e da libertação de cabimentação que estamos a fazer. Temos aqui a intervenção também do novo Centro Escolar da Guia, logo que ultimadas estejam as aquisições dos terrenos que faltam, há apenas uma parcela que está em falta e creio que não condicionará. Já apresentámos o anteprojeto ao Conselho Geral da Escola e ao próprio Agrupamento e entretanto será submetido à apreciação da DGest para podermos avançar e portanto com esta intervenção temos aqui também um acelerador importante. Esperamos também desenvolver o projeto da adequação da Escola Primária da Pelariga que tem uma dificuldade de desenvolvimento e temos ainda na parte do saneamento, o lançamento do projeto de drenagem dos lugares de Fétil, Gracieira, Castelo da Gracieira e portanto toda aquela parte Sul, Nascente da freguesia de S. Simão que drena para a bacia do Arunca, que



MUNICÍPIO DE POMBAL

tem também o projeto quase terminado, que servirá cerca de 400 habitações. Para além disso temos as dotações orçamentais que estão ligadas à recuperação dos pavimentos, a ai temos de facto, considerando o esforço que o Município fez nos últimos 8 anos, de renovação de redes de drenagem e de substituição de redes de abastecimento de água, há ainda muitos vias que precisam de ser bem recuperadas, e estamos a fazer este investimento, aliás este ano, foram já lançados inúmeros projetos de execução de novos pavimentos para isso.

Queria falar-vos Senhores Vereadores de outras iniciativas, que pese embora poderem significar nesta altura, uma grande expressão financeira, não significa que não sejam opções políticas que interessa aqui sublinhar. Desde logo uma que se prende com o projeto de fazer-mos uma avaliação rigorosa com a Segurança Social e com as IPSS's e também com as Juntas de Freguesia sobre o serviço de creche disponível no concelho de Pombal para todas as freguesias, a avaliação pioneira que fizemos sobre a capacidade de resposta das creches do nosso concelho, identifica-nos que das 17 antigas freguesias do concelho de Pombal, apenas 10 desfrutam deste serviço, como sabem esta não é uma competência do Município, é uma matéria que nem sequer é tratada em concreto em sede de Carta Educativa, no entanto não deixa de ser significativa a importância que tem para o processo formativo das crianças e agora que temos uma capacidade de resposta de 100% ao nível do pré primário para todas as crianças do concelho de Pombal, que queiram 3 anos de pré-primária, têm na sua freguesia de origem condições de acolhimento, de acordo com os meios que temos, que também acabam por ser beneficiados, infelizmente da pior maneira, pelo decréscimo demográfico que se vai sentindo, fazemos aqui uma avaliação da dimensão da necessidade, a disponibilidade dos parceiros, para que em freguesias de Almagreira, Santiago, S. Simão, Redinha, Lourical, Abiul e da Mata Mourisca, observar-mos da necessidade de reforçarmos os meios, ou de chegarmos à conclusão que os meios existentes nas freguesias adjacentes são suficientes para corresponderem a esta necessidade, numa articulação que temos que fazer necessariamente com as IPSS's que são como sabem as entidades habilitadas para poderem fazer a promoção direta das creches, falo aqui do acolhimento das crianças dos 3/4 meses até aos 3 anos.

Depois temos aqui outro projeto, que também sob o ponto de vista das intervenções tem uma dotação prevista na recuperação do património municipal, nomeadamente nas escolas do 1.º ciclo, e este tem, não particular inovação sob o ponto de vista da recuperação do património da câmara, porque a câmara todos os anos tem feito esse esforço para ir melhorando as condições e a preservação desse património, nomeadamente quando ele é afeto à utilização de associações como tem sido prática. Mas ainda temos outro património, também de origem escolar, que não é património que seja nesta altura requerido pelas instituições e a ideia que nos surgiu, também na audição que fizemos e aqui quero sublinhar que o trabalho que aqui temos, ainda não sintetiza, porque temos as dotações orçamentais para reforçar em Fevereiro, contou com a audiência das 13 juntas de freguesia do nosso concelho, com a audiência de todos os partidos políticos, de maneira a que tenhamos uma leitura do território que possamos ouvir as opiniões de todos os partidos, de maneira a identificarmos bem, as perspectivas, as prioridades e também as sugestões que nos dão e que nos ajudam seguramente a fazer o trabalho da melhor forma possível, enquanto responsáveis



MUNICÍPIO DE POMBAL

municipais. Mas voltando à questão das escolas, a ideia era termos um projeto de promoção turística nas aldeias, onde existem escolas que não são requeridas pelas instituições e que podiam servir de alojamentos locais, com características mais rurais, que teríamos de articular ainda sob o ponto de vista regulamentar com a própria Adilpom, de modo a que consigamos ter uma oferta que não vai concorrer com privados, estamos a falar de locais onde essa concorrência não existe, mas que possamos dar esta utilização alternativa a estes espaços sem ser com um investimento particularmente elevado sob o ponto de vista das intervenções, em manter a fisionomia e as características de cada um dos estabelecimentos escolares, introduzindo-lhes evidentemente o conforto que é sempre necessário para quem queira pernoitar num destes espaços e temos aqui várias freguesias muito entusiasmadas com esta circunstancia, que seguramente também será aqui um impulso ao turismo no nosso concelho.

Temos aqui também a previsão, que com as freguesias do nosso concelho, consigamos estender através de Acordos de Colaboração, a limpeza das linhas de água urbanas, que é uma responsabilidade municipal e que tem muitas vezes ficado apenas no âmbito da cidade, mas que tem de ser estendida a todas as freguesias do nosso território, que é uma matéria que, não só do ponto de vista ambiental, mas essencialmente sob o ponto de vista da proteção civil, é da maior importância e vamos fazê-lo nos mesmos moldes em que fizemos com a limpeza das faixas da floresta, uma vez que também neste caso da floresta queremos estender novo convite às nossas freguesias e alargar as áreas que estejam ao alcance das freguesias, para poderem ser limpas de maneira a reforçarmos esta prevenção junto às vias municipais.

Com os Senhores Presidentes de Junta, foi também há já alguns meses aberto o diálogo para se conceberem o funcionamento das comissões sociais inter freguesias, com a criação de condições para que o Município possa parcialmente suportar os encargos com técnicos superiores que auxiliem as comissões inter freguesias, que tirando o caso de Pombal, das duas uniões de freguesias, teremos de ter aqui mesmo comissões inter freguesias constituídas. Aqui, sugerimos às freguesias que nos apresentassem as suas propostas de agregação, sob o ponto de vista do tratamento social, estão praticamente encerradas essas indicações, ainda não estão todas, de maneira a que consigamos estabelecer esta articulação com eles na certeza de que isto alavancará substancialmente a proximidade e o auxílio às famílias que têm menos condições, menos organização, que estão menos bem instaladas, que têm mais dificuldades com os seus filhos e procurarmos de uma forma integrada, ouvindo as freguesias e dando-lhes também condições operacionais, para poderem, sem prejuízo da sensibilidade dos seus titulares, dos membros dos órgãos das freguesias, termos uma estrutura que de facto possa ser o braço direito, nestas matérias para os respetivos executivos de freguesia em grande articulação com o Município. Estamos a falar aqui de propostas que à partida agregarão no mínimo 5 ou 6 mil habitantes, dando aqui já uma dimensão humana, que nos traz preocupações e que precisam de ser devidamente correspondidas.

Estamos também numa fase em que temos entre mãos, outros conjuntos de projetos de requalificação urbana muito interessantes pela localização do respetivo património, estamos a ultimar essas negociações com as respetivas fábricas das igrejas e que se prende com as intervenções em espaços que são públicos, apesar da titularidade não ser municipal,



MUNICÍPIO DE POMBAL

falamos por exemplo das áreas adjacentes às principais igrejas das freguesias, estou a lembrar-me por exemplo, nas Meirinhas, em Albergaria dos Doze, em Almagreira ou em Vermoil, onde temos um espaço de fruição pública que não é titulado pelo Município, portanto nem sequer é espaço público no conceito jurídico administrativo que ele deve ter e que só depois de uma boa articulação das características de utilização daquele espaço público é que teremos condições para avançar para a requalificação desses espaços urbanos. Essa abertura por parte dos respetivos responsáveis das fábricas das igrejas tem sido muito positiva e eu espero ter muito brevemente esses termos devidamente regulados, para em função disso, podermos precipitar intervenções de requalificação nestes locais que referi. Por outro lado, vai ser um tempo importante também para lançarmos projetos no âmbito do PEDU e desde o interface ferro rodoviário, uma vez que as obras da requalificação da Casa Mota Pinto e da Casa Varela estão incluídas neste plano, mas vai ser um tempo para incluirmos estes projetos, assim como os do Jardim da Várzea e o do Jardim do Cardal.

Espero também que 2017, seja o ano em que consigamos fazer a ligação da rotunda do Barco com o entroncamento da Rua de Ansião, junto ao hipermercado, uma vez que estão ultrapassadas já todas as dificuldades com todos os proprietários, as negociações naturais e as autorizações para podermos fazer esta intervenção.

Continuaremos os trabalhos da eficiência energética nas piscinas e na iluminação pública e será o ano também em que concluiremos o reforço das equipas de intervenção permanente dos Bombeiros Voluntários de Pombal, há uma negociação para haver esta ampliação, sabemos que as dotações do Estado Português não são suficientes e desenvolvemos com a Associação Humanitária este trabalho para podermos reforçar em mais uma equipa os nossos Bombeiros Voluntários.

Relativamente à Loja do Cidadão, formalizámos a candidatura, decorrentes destas ultimas negociações com a AMA e será o tempo de criação do Gabinete de Apoio ao Emigrante, como aliás já aqui tínhamos previsto e nesta primeira fase acolher uma unidade de gestão de reclamações, sugestões e observações feitas ao Município e que me parece de toda a utilidade e rapidez termos uma unidade que especificamente acompanhe esta matéria e que possa ser devidamente articulada com cada uma das unidades do Município, sejam as da limpeza, as da conservação da via urbana, das vias rodoviárias, de higiene e salubridade, ou de linhas de água e afins e portanto de sinalética e de proteção civil e outro tipo de observações que sempre nos vão chegando.

Creio também que no final deste primeiro trimestre de 2017 espero termos concluído o Centro Cultural do Lourçal, o Projeto, uma vez que estão praticamente fechadas as características do ante projeto e as da intervenção que vamos fazer, o que nos dá aqui um trabalho acrescido para o ano que vem.

Portanto seja nas matérias ambientais, de cumprimento do documento estratégico para aumento do serviço de águas residuais e de abastecimento de água, seja na requalificação da rede viária do concelho de Pombal, onde trabalhamos para ter um dos mandatos onde mais quilómetros de recuperação de vias se fizeram em toda a história do concelho, onde a conclusão das intervenções nos espaços educativos que leva um incremento muito grande, lançar e executar, nalguns casos envolvendo a aquisição de terrenos, a aprovação de



MUNICÍPIO DE POMBAL

projetos, a submissão de candidaturas e a obtenção de pareceres, lançar a obra e executá-la de Centros Escolares, como o de Pombal, o de Vermoil, o das Meirinhas, o do Lourical, o da Guia, concluir Santiago de Litém, desenvolver a questão da Pelariga, clarificar as matérias relativamente a Vila Cã, é de facto um trabalho com uma dimensão muito grande considerando que tínhamos conseguido fazer 8 intervenções em 10 anos.

Para além disso sob o ponto de vista cultural, temos em PAM e aqui importa referir que o PAM é um dos instrumentos que é dotado e depois será reforçado em função das dotações, dos saldos transitados de 2016, logo no mês de Fevereiro. Também em termos de desenvolvimento económico, a candidatura formalizada para a ampliação do Parque Industrial Manuel da Mota aguarda decisão do Centro 2020, teremos essa resposta entretanto para mais 10 hectares, uma vez que temos também nestes últimos 36 meses, uma execução de vendas de lotes e de promoção de investimento económico, numa altura particularmente critica para o desenvolvimento económico do nosso país, valores que ultrapassam os 1.3 milhões de euros de vendas, o que significa que nos estamos a aproximar dos 90.000 m² de áreas industriais vendidas, que é de facto um valor muito significativo, considerando o que isso representa em termos de investimento, de numero de empresas e também de postos de trabalho.

Creio Senhoras Vereadores e Senhores Vereadores, que temos aqui um trabalho que representa uma resposta equilibrada aos diversos factores de desenvolvimento que interessam ao nosso concelho, que está perfeitamente alinhado com aquilo que era o plano de ação, que foi apresentado e que apresentámos para cumprir durante este mandato, e portanto é um documento que eu reputo de grande qualidade, de muita sensibilidade a todos os níveis e onde evidentemente eu não devo terminar sem deixar de fazer aqui uma referência muito particular, ao enorme esforço que os Senhores Vereadores desenvolveram para que este Plano pudesse ter esta configuração, mas para além deles evidentemente, todos os serviços da Câmara, em todas as áreas e a parte contabilística e financeira, aqui, é particularmente castigada, desculpem-me a expressão, durante o período de elaboração do PPI, PAM e Orçamento, de modo a que tenhamos estes documentos em tempo, nomeadamente com alguma indefinição sob o ponto de vista dos fundos, da sua origem, do Orçamento de Estado e daquelas vicissitudes que sempre temos e que em fevereiro espero que possamos melhorar.

Portanto a proposta que aqui vos trazemos é a de apreciação dos documentos previsionais para a gestão do ano de 2017, que se proponha também à Assembleia Municipal, de acordo com o que está no nosso Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, a atualização do valor das taxas municipais em função da inflação, que aliás é o que tem vindo a ser hábito, e também que a Câmara submeta à Assembleia Municipal, para efeito da concessão da autorização genérica de isenções ou reduções para efeito do artigo 16.º da Lei 73/2013 de 03 de Setembro, para podermos operar sob o ponto de vista orçamental, com esta latitude que já temos tido nos últimos anos.

Muito obrigado Senhores Vereadores pela vossa colaboração para a elaboração deste Plano."

O Vereador Pedro Murtinho fez a intervenção que se segue:

"Estamos perante o Orçamento possível, mas acima de tudo ambicioso, que procura cumprir o programa eleitoral que nos trouxe até aqui e com as ambições que os pombalenses



MUNICÍPIO DE POMBAL

depositaram em nós. É um orçamento que tem um incremento de 12%, em relação a 2016, com um valor total de € 37.500.000, valor esse bastante considerável e que perspetivamos que possa ser reforçado, numa revisão a decorrer em fevereiro próximo, com os saldos transitados de 2016 e, também, pela submissão de candidaturas em matérias de Eficiência Energética, PO SEUR na área do saneamento básico, Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, C+S da Guia, Recursos Hídricos e Parques Empresariais. Quero destacar, em termos de transferências de capital, um ponto que diferencia este orçamento dos anteriores, que é a inclusão de receitas comunitárias. No fundo, temos um quadro comunitário que vigora desde o início de 2014, mas só agora é que entram as primeiras verbas deste novo quadro comunitário, nomeadamente, com a inclusão de verbas para os centros escolares de Vermoil e Pombal, para a elaboração do cadastro no abastecimento de água e para algumas obras do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, nomeadamente, Rua Mancha Pé e Rua de Leiria. Isto acaba por espelhar as oportunidades que temos tido, que têm sido muito reduzidas, esperando que a partir de 2017 possa haver um incremento no nosso orçamento destes fundos, que são muito importantes para desenvolver o nosso concelho de forma sustentada.

Outro ponto que queria frisar, em relação ao nosso orçamento, são as receitas com vendas de bens e serviços, que totalizam um valor na ordem dos € 6.000.000, e que representam 73% das despesas com pessoal, que rondam os € 8.200.000. Isto espelha o enorme trabalho que esta Câmara procura fazer na procura de receita para fazer face às despesas com pessoal que a nossa casa tem.

Relativamente às Grandes Opções do Plano e passando diretamente para o PPI, estamos perante um valor de € 26.000.000, havendo um incremento de € 5.000.000, relativamente a 2016. Destes € 26.000.000, não nos podemos esquecer que transitam do ano de 2016 valores na ordem dos € 21.500.000, fruto das obras que estão em curso e que terão um reflexo financeiro no ano de 2017, mas também, aquelas que nós lançámos durante este ano e que terão a sua execução financeira em 2017, e algumas até em 2018. Este valor reflete aquilo que tem sido o planeamento feito ao longo destes anos. Nós entrámos em final de 2013, começámos por avaliar, pensar, projetar, lançámos as obras e estamos agora a executar em 2016 e 2017. Quero frisar aquelas que são, para mim, as grandes prioridades deste Orçamento e deste PPI para o ano de 2017. Essas áreas são a Educação, o saneamento básico, a valorização urbanística e da rede viária. Nestas quatro matérias estamos a falar de valores na ordem dos € 20.000.000, e se pensarmos que o PPI tem valores na ordem dos € 26.000.000, percebemos que estas quatro áreas têm um enorme peso no nosso PPI. Nas matérias de educação falamos de valores na ordem dos € 4.900.000, fruto das obras que temos em curso, nomeadamente o Centro Escolar de Vermoil e o Centro Escolar de Pombal em avançado estado de execução. Tive oportunidade de acompanhar as obras do CE de Pombal muito recentemente com o administrador da empresa e verifiquei que estão a desenvolver-se a um ritmo muito bom. Temos o Centro Escolar do Lourical a um ritmo bastante forte, assim como o das Meirinhas, que entrarão em 2017 com valores bastante consideráveis, sem esquecer as obras em Santiago de Litém, que terão um peso mais pequeno em 2017.

Depois temos aquelas obras que pretendemos iniciar em 2017, nomeadamente, o arranque



MUNICÍPIO DE POMBAL

das obras do futuro Centro Escolar da Guia, assim como, a reabilitação da Escola Básica da Pelariga, não esquecendo a requalificação da Escola C+S da Guia, que embora não tenha valores previstos para 2017, tem a rubrica aberta. Esta será uma obra que terá início em 2017 e que terá valores numa futura revisão orçamental.

Quero destacar o investimento em saneamento básico, valores que rondam os € 3.400.000, com algumas obras já em curso, nomeadamente, o emissário de Carnide, com um valor para 2017 de € 1.500.000, mas também, a rede de saneamento nos lugares de Outeiro do Lourical e Foitos, com valores na ordem dos € 750.000 de previsão para 2017. Depois teremos novas obras, uma aliás já lançada este ano, mas com execução total em 2017, nomeadamente a obra de saneamento básico na zona de Remessa/Moutinhas, com valores na ordem dos € 250.000. Iremos lançar logo no início do ano, as obras da rede de saneamento básico nos lugares de Fétil/Gracieira, na União de freguesias de Santiago e São Simão e Albergaria dos Doze. Obra de particular importância e que prevemos lançar também no início de 2017, será a rede de saneamento dos lugares de Silveirinhas, Alhais, Vieirinhos, Fontinha e Claras, na freguesia de Carriço, com um valor para 2017 de € 300.000, continuando para o ano económico de 2018. É nossa intenção lançar ainda em 2017 a obra da rede de saneamento de Barros da Paz e Assanha da Paz. Em obras novas, falamos de um valor de € 1.000.000 para 2017.

Quero dar destaque às matérias do abastecimento de água. Mais importante que as infraestruturas, porque essas já estão feitas, a grande prioridade é a eficiência na operação. As grandes prioridades para o ano de 2017 são duas, nomeadamente a reformulação da adutora da Pedrogueira, uma obra muito importante para nós e, acima de tudo, a elaboração do cadastro do abastecimento de água, com valores para 2017 na ordem dos € 500.000, que, juntamente com o sistema de telegestão que já temos a funcionar, dará um enorme contributo na diminuição de perdas de água que temos que concretizar. Atualmente temos ainda valores bastante consideráveis de perdas, sendo este o grande desafio que os nossos serviços tem pela frente, garantindo desta forma uma maior eficiência na operação, tanto ao nível da captação, passando pelo tratamento, acabando na rede de distribuição.

Outra matéria que tem um enorme peso no nosso orçamento e que eu quero destacar, é a valorização urbanística, pois falamos de valores bastante consideráveis na ordem dos € 5.500.000. Se pensarmos que na cidade teremos duas obras importantíssimas a iniciar no ano de 2017, embora lançadas em 2016, nomeadamente a requalificação de Governos e Vinagres e a requalificação da Estrada Nacional 237, desclassificada, desde o Alto do Cabaço até ao Barco, facilmente percebemos a importância que estas obras terão para a nossa cidade de Pombal. Depois não posso esquecer as obras incluídas no nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, obras essas que terão um investimento total que ultrapassa os € 7.000.000, com fundos comunitários na ordem dos € 5.500.000. Embora não tenha reflexo no nosso orçamento, mas 2017 será o ano em que serão lançadas a grande maioria dessas obras na cidade de Pombal, com destaque para a beneficiação da Casa Varela, obra já lançada, assim como, a reabilitação da Casa Alberto Mota Pinto, que tem uma verba de € 200.000 para lançar a obra no início do próximo ano. Depois não posso deixar esquecer as obras de valorização urbanística nas freguesias, que terão um impacto enorme no orçamento de 2017, pois falamos de valores que rondam os € 3.500.000 para requalificar os centros urbanos das sedes das nossas freguesias. Um valor nunca visto. O



MUNICÍPIO DE POMBAL

que procuramos com este tipo de investimentos é dotar as nossas freguesias de maior centralidade e urbanidade, contribuindo para uma melhor qualidade de vida para as nossas populações, criando aqui melhores acessibilidades, maior segurança rodoviária e melhor circulação e segurança pedonal. Outra matéria que terá um peso enorme, enorme é uma palavra que não me canso de dizer, são as matérias da rede viária. Em 2017 teremos um valor de € 6.000.000 para investir na requalificação da nossa rede viária. O Município procura requalificar aqueles que são os grandes eixos rodoviários do nosso concelho, com destaque para as ligações interfreguesias, melhorando as condições de mobilidade das nossas populações. Nesta área não podemos esquecer as intervenções que já tiveram início em 2016 e que terão reflexo no nosso orçamento em 2017, nomeadamente, a requalificação da estrada de Soure, que está em curso, a requalificação da Estrada Nacional 109 na Guia, do Caminho Municipal 1028 em Moita do Boi e Antões e a própria Rotunda do Alto do Cabaço. Depois não podemos esquecer as obras que já lançámos no último trimestre deste ano e que terão início em 2017, nomeadamente a requalificação da Estrada do Grou à Estrada Atlântica e do Caminho Municipal 532, que liga Infesta ao lugar de Casal das Freiras, estradas que estão num estado de degradação muito avançado e que necessitavam de uma requalificação urgente, não esquecendo obviamente todas aquelas obras que estão a ser lançadas e que irão ser lançadas no início do próximo ano, um pouco por todo o concelho.

Finalmente, uma palavra para as matérias da energia, porque esta será uma forte preocupação para 2017, já que vamos procurar criar condições para diminuir a nossa despesa corrente nas matérias de energia. Iremos promover a utilização racional de recursos, procurando a eficiência energética, não só ao nível da requalificação dos nossos edifícios municipais, melhorando o seu desempenho energético, mas também, na iluminação pública com a adoção de soluções de baixo consumo.

Este é seguramente um orçamento que procura melhorar a qualidade de vida dos pombalenses, criando condições para as pessoas se fixarem no nosso concelho e é isso que procuramos com esta estratégia, tal como mostra a capacidade de investimento que este executivo tem procurado preconizar, sem descuidar a solidez financeira que tem apresentado ao longo dos anos, como prova a capacidade de endividamento que o nosso Município apresenta, ferramenta essa não utilizada por este executivo.

Para concluir, uma palavra para os executivos das nossas juntas de freguesia, que sem o trabalho deles nada disto que estamos a apresentar seria possível. Isto mostra a estreita sintonia que tem existido entre o executivo municipal e os executivos das nossas juntas de freguesia.”

O Vereador Fernando Parreira fez a intervenção que se segue:

“O grande desafio para o ano de 2017, mais que criar novos investimentos e eles existem, é cada vez mais potenciar os equipamentos já existentes. O ano de 2016, em termos desportivos, foi verdadeiramente excepcional. Em termos das principais provas desportivas que o Município organiza, nós conseguimos, em todas elas, ultrapassar o número usual de participantes. Para terem uma ideia, nós tivemos 3.158 participantes. O que nos remete para a questão do desafio para o futuro do que pretendemos alcançar para o ano de 2017. Nestes 3.158 participantes há algo que nos enche de orgulho, é que neste número de atletas há um



MUNICÍPIO DE POMBAL

número muito expressivo de pombalenses que estão cada vez mais a fazer parte destes eventos desportivos. A meta e o nosso desafio é criar cada vez mais hábitos desportivos e uma cultura desportiva. Nesse sentido há um trabalho importantíssimo pela frente, que passa, no ano de 2017, pela consolidação do nosso centro municipal de caminhada e marcha, isto é, se ao longo destes anos temos conseguido proporcionar um conjunto de equipamentos desportivos, importa cada vez mais potencializar estes mesmos equipamentos, de forma a que os pombalenses possam usufruir deles em pleno. Esse é um desafio que pretendemos preconizar através do PAM e que pensamos ser um passo importante. Acima de tudo o que temos de almejar para o futuro é a qualidade de vida, e a qualidade de vida passa por podermos disponibilizar um conjunto de equipamentos educativos, desportivos e culturais, que nos permitam ter um conjunto de benefícios e serviços que, dificilmente, outros Municípios em redor conseguem ter, com a qualidade que nós pretendemos implementar.

Acima de tudo, e isso é um fator de orgulho, apercebemo-nos que, em termos de desporto federado, apesar de todas as contingências e da redução da taxa de natalidade, o nosso objetivo continua a ser manter o número de atletas federados. Uma das coisas que percebemos é que conseguimos, não só manter esse número, mas aumentá-lo. O desafio que queremos para 2017 é ter ainda mais modalidades, e acima de tudo, num eixo que consideramos de extrema importância, é que cada vez mais raparigas façam desporto de forma federada, isso é muito importante. Se queremos igualdade de género, há que conseguir almejar esse objetivo e incorporá-lo dentro das práticas do nosso concelho.

O Desporto, por ele próprio, é uma fonte de receitas. Se ao longo destes anos temos conseguido ter, como é o caso do atletismo, provas de âmbito nacional, que remetem o nosso concelho para um lugar de destaque no panorama nacional, nas mais diversas modalidades, percebemos que Pombal tem algo mais a acrescentar ao Desporto. É nesse sentido que temos vindo a dar um conjunto de passos para que 2017 possa ser um ano de arranque para que Pombal surja como um concelho onde a prática desportiva e a captação de centros de estágio, possam ser uma realidade bem viva. Recentemente conseguimos entrar em contacto com várias federações europeias e queremos que em 2017 se reflitam esses contactos, queremos que Pombal se afirme num panorama de excelência e qualidade, já o conseguimos fazer no karaté, onde os principais estágios nacionais e internacionais, já se localizam na nossa cidade. O objetivo é que Pombal seja uma referência e que isto seja um “motor económico” em termos de turismo, criando sinergias que sejam benéficas para todos.

Temos que perceber que isto é um trabalho de continuidade, há que conseguir ganhar notoriedade com os eventos desportivos, sendo esse também um dos nossos objetivos. O que eu acho que será a pedra de toque é perceber que, no próximo ano, vamos ter mais pombalenses a fazer desporto, quer federado, quer de forma informal, o que irá contribuir para uma melhor qualidade de vida.

Quanto à questão da informática e da modernização administrativa, os desafios são cada vez mais ambiciosos, depois de este ano termos conseguido triplicar a rede de cobertura da rede wi-fi, na nossa cidade, de termos reformulado completamente o nosso site, e de termos consolidado a nossa aplicação, surge agora o desafio de ir mais longe, e isso passa por termos um cartão municipal que possa agregar um conjunto de serviços, passa por conseguirmos que qualquer cidadão possa ter no Pombus rede wi-fi, coisas que parecem



MUNICÍPIO DE POMBAL

simples mas que, pela complexidade, são muito importantes. Passa por cada vez haver mais canais de informação, acho que não nos apercebemos da mais-valia que é ter canais de comunicação estreitos e diretos com o cidadão. Hoje o cidadão dispõe, graças ao nosso site e à nossa aplicação, de formas para interagir diretamente com o Município de Pombal, estamos a criar a possibilidade para as pessoas acederem mais facilmente ao nosso Município.

É nosso objetivo ampliar a rede de serviços on-line de que dispomos neste momento. Esse é outro desafio maciço que temos para o ano de 2017. Acima de tudo as pessoas devem perceber que através das novas tecnologias existe um canal aberto e constante para dialogar com o Município de Pombal, essa é uma das metas que temos para o próximo ano.

Nesta lógica de comunicação e informação, já começámos, de forma experimental, a nossa TV cooperativa. E o que pretendemos para os próximos meses é estendê-la ao maior número possível de edifícios. Dentro desta lógica, qualquer pessoa, nos mais diversos contactos que estabelece, possa ter acesso à informação. Cidadãos mais informados são cidadãos mais participativos. O nosso objetivo é ter um cidadão consciente dos seus direitos e deveres, e que possa ser um agente de interligação com o Município de Pombal e que possa colaborar diretamente connosco nas nossas missões. Há que incluir o cidadão na nossa política e na nossa tomada de decisões.

Dentro do nosso fórum municipal devemos perceber de que forma podemos ser mais eficazes no atendimento aos nossos munícipes. Há que reequacionar horários, há que consolidar a oferta que temos, e, acima de tudo, dar dignidade às pessoas que prestam esse atendimento. Uma das coisas que iremos ter, dentro de pouco tempo, é pessoas com uma farda, que vão estar vestidas com as cores do Município e que vão ser embaixadores daquilo que pretendemos que transmitam aos munícipes. Para que cada vez seja mais fácil de contactar o call center, ele está a ser reformulado. Acima de tudo queremos um canal aberto e direto entre o munícipe e o Município de Pombal.

São estes os objetivos para 2017: Potencializar o que já existe, fazer cada vez melhor e estar atento às realidades dos novos tempos.”

A Vereadora Ana Gonçalves fez a intervenção que se segue:

“Eu queria transmitir o orgulho que é, para todos nós e para o executivo, os dados que hoje aqui apresentamos. Estes documentos provisionais, conjugados com o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos três anos, torna fácil perceber que o executivo irá conseguir, até ao final deste mandato, cumprir o seu compromisso eleitoral com os pombalenses. Mantendo uma dinâmica de inovação e lançando muitos projetos, que provavelmente nem todos têm consciência, mas temos lançado muitos projetos nos últimos anos que nem estavam previstos no nosso programa eleitoral, mas que se revelaram uma mais-valia. Falamos de projetos nas mais variadas áreas, desde a cultura, à ação social, ao desporto e à educação. Eu acho que isto demonstra que o executivo não está aqui apenas para cumprir o seu programa, mas também, para ir respondendo às necessidades e às oportunidades que surgem no nosso território.

Na última reunião de câmara já falámos dos bons resultados que o executivo conseguiu ter, nos últimos três anos, com a venda de lotes empresariais, no valor aproximado de € 1.300.000,00. Além da candidatura, que o Senhor Presidente referiu, para a ampliação do



MUNICÍPIO DE POMBAL

Parque Industrial Manuel da Mota, temos também, em curso, um projeto de ampliação da Zona Industrial da Guia, uma vez que, detemos apenas, um lote para venda naquele parque industrial. Concluímos mais uma vez que, a nossa localização estratégica, as infraestruturas que detemos e os serviços que dispomos à comunidade, tornam Pombal num território de excelência para o investimento.

Temos, para além da área industrial, um ponto muito importante, o empreendedorismo. A requalificação da Casa Varela, num espaço que será multidisciplinar, irá ser uma porta de entrada ao empreendedorismo e às artes.

Na cultura, em 2017, continuaremos a apostar na programação de excelência, para diferentes segmentos. Acho que estamos todos de acordo que demos um salto qualitativo na nossa oferta, o público tem respondido massivamente à dinâmica e à inovação, portanto, Pombal está hoje num patamar de referência no panorama cultural regional. Foram várias as iniciativas que o Município promoveu ao longo dos últimos anos e que deixaram alguma marca no nosso território, não só pelo carinho que sentimos dos pombalenses e da participação pública, mas também, por marcarem a diferença. São exemplo disso as montras poéticas, o mercado medieval, o Natal na cidade, o festival de estátuas vivas, o festival sete sóis sete luas, e muito recentemente, um trabalho que fizemos, em parceria com a filarmónica de Vermoil, do encontro de bandas. A animação de rua cada vez mais surpreende os pombalenses e que torna a nossa cidade mais próxima, mais amiga e mais visitada. Nos últimos três anos organizámos mais de 170 espetáculos, com mais de 35.000 participantes, registámos mais de 50.000 visitantes nos nossos museus, emprestámos mais de 110.000 livros na biblioteca e registámos no nosso castelo, desde a sua abertura, mais de 57.600 visitas, sendo que, 20% são de turistas estrangeiros. É de referir que, no castelo, para além do património edificado, foram feitas mais de 55 atividades de animação, o que acabou promover a fusão entre a cultura e o património.

Para 2017 continuaremos a trabalhar em rede, criando sinergias e premiando a formação dos agentes culturais do nosso território. A inclusão na arte em rede e as candidaturas que aprovámos e apresentámos na última reunião de câmara, no âmbito do Centro 2020, vão permitir que Pombal consolide a programação na área do mercado medieval, capacite os seus agentes locais, que diversifique a sua oferta cultural e que promova o seu castelo, no âmbito da candidatura realizada em conjunto com a CIM de Coimbra.

A produção de conteúdos para diferentes espaços culturais e a implementação do projeto “Conviver com a História”, irá fortificar o conhecimento, preservar a nossa história e valorizar a nossa identidade. Na cultura vamos continuar a reforçar o apoio e a ligação aos promotores culturais locais, promovendo a utilização da plataforma cultural, que lançámos este ano, com o intuito de potenciar a partilha de recursos e de espetáculos.

A promoção turística assentará na divulgação do território junto dos operadores, no estabelecimento de parcerias com autarquias, como é o caso de Oeiras e Biscarrosse, e de associações, como é o exemplo do trabalho desenvolvido com a Associação Sete Sóis Sete Luas, com o grande objetivo de termos um pacote que envolva Oeiras e Pombal e que faça com que os visitantes da rede do festival Sete Sóis Sete Luas visitem o nosso território e visitem Portugal. Iremos manter a promoção externa do território, com a participação na Feira Internacional de Turismo, na Feira de Nanterre, na Feira Ibérica da Guarda, entre outras, tendo sempre como principal objetivo a captação de novos visitantes. Temos um novo



MUNICÍPIO DE POMBAL

desafio, que não tínhamos previsto no nosso programa eleitoral, que era tornar as freguesias do nosso concelho um pólo de atração turística. Mas há várias formas de o fazer, e aqui, o que iremos fazer, com o objetivo não só de promover a visita, mas também, de potenciar a economia local é requalificar algumas das antigas escolas primárias desativadas, em freguesias com maior potencial turístico. As escolas irão manter a sua traça, a sua tipologia e serão adaptadas a pequenas unidades de alojamento local. Contando o Município com a Adilpom e com agentes locais que possam apoiar a aquele espaço, o nosso objetivo não é criar postos de trabalho, mas sim, poder o padeiro da freguesia ir entregar o pão ou a senhora que faz limpezas e ir limpar a casa, portanto dinamizar a economia em torno desta solução turística. Em termos de turismo religioso, destaco a obra a executar, em parceria com a Direção Regional de Cultura do Centro, para valorizar e conservar o Convento do Louriçal, preservando assim o riquíssimo património e potenciando a sua visita.

Não podia deixar de fazer um apontamento à visita do Papa Francisco a Fátima, em maio de 2017, que, conjugada com o facto de o Município de Pombal presidir à Associação dos Caminhos de Fátima, será, sem dúvida, uma oportunidade para promover o nosso território junto de milhares de crentes que passarão no nosso concelho.

Na mobilidade, nós temos previsto, depois do estudo de otimização da rede Pombus, do alargamento da sua cobertura e do ajuste de alguns horários. Temos, no âmbito do PEDU, previsto um ponto que irá melhorar o serviço ao cliente, que tem a ver com o sistema de informação ao utilizador em tempo real, que permitirá que os utilizadores percebam quanto tempo falta para chegar o autocarro. Também ainda no PEDU, iremos tentar lançar o concurso, ainda este ano, para implementar no primeiro semestre de 2017 o projeto de bike-sharing, ou seja, a disponibilização de bicicletas para utilização partilhada no nosso território, uma solução que foi apresentada, recentemente, no seminário da Semana Europeia da Mobilidade. Estamos certos que o fomento do uso de meios suaves contribuirá para tornar Pombal numa cidade mais amiga das pessoas e do ambiente.

Termino agradecendo a todos os que colaboram connosco em prol do desenvolvimento do nosso concelho.”

A Vereadora Catarina Silva fez a intervenção que se segue:

“Mais uma vez este executivo reúne para discutir as linhas orientadoras de ação desta Câmara para 2017. À semelhança de anos anteriores, cabe-me a mim dar destaque aos principais projetos para 2017, dos pelouros e das equipas que coordeno e que comigo trabalham, nomeadamente no âmbito da ação social, florestas, espaços verdes e recursos humanos. Quero destacar que, tendo em conta todos os constrangimentos financeiros, já conhecidos e explicados pelo Senhor Presidente, que nos obriga a não ter os valores de investimento que desejaríamos. Os documentos que recolhem o meu parecer positivo explicitam bem aquele que tem sido o desempenho de excelência deste Município e de todos os trabalhadores que o constituem. Os projetos, divididos entre PAM e o PPI, são o espelho da missão desta Câmara Municipal, ou seja, a melhoria contínua e permanente da vida de cada pombalense.

Ao nível dos projetos de ação social, devo realçar que em muitos deles a semente já foi lançada este ano, e que a grande maioria são projetos de e em parceria, provando que o



MUNICÍPIO DE POMBAL

serviço de ação social só funciona quando os parceiros sociais unem esforços na resolução dos problemas sociais que vão aparecendo no concelho, sendo estes, mais ou menos complexos. A essência dos projetos de intervenção social, que apresentamos em PAM e em PPI, definem uma Câmara Municipal sensível aos problemas das famílias mais desprotegidas, mais desfavorecidas e economicamente mais carenciadas. Continuaremos a contar com um serviço de proximidade, garantido um atendimento personalizado a todo o pombalense que dele necessite. Contaremos mais uma vez com as Juntas de Freguesia, IPSS's e com todas as entidades que constituem a rede social de Pombal e que são fundamentais às famílias pombalenses, que num determinado momento, por uma qualquer razão, atravessam momentos de fragilidade e de dificuldade. Nesta senda, destaque para alguns projetos de intervenção social que vão marcar 2017, a continuidade dos apoios alargados ao nível da ação social escolar, este ano já aprovada com uma inovação ao nível do apoio para as famílias numerosas, que, eventualmente em 2017, teremos que ter uma nova visão tendo em conta alguns apoios já previstos no âmbito da promoção dos livros gratuitos para todo o 1º ciclo.

A continuidade na aposta de reabilitação de habitações degradadas de munícipes economicamente carenciados, fazendo com que, em Pombal, possamos ter situações em que não existe nenhum munícipe que viva em habitações com elevada degradação. A melhoria nas habitações sociais dos bairros sociais, ao nível dos espaços exteriores, aqui falamos em particular do bairro Margens do Arunca. A atualização do diagnóstico social e a conceção do Plano de Desenvolvimento Estratégico de Pombal, trabalho que já foi iniciado este ano e vai culminar em 2017. Destaco a importância do PDS em Pombal, que é um documento estratégico e essencial no planeamento social para todo o concelho.

No âmbito da aceitação da candidatura às Cidades Amigas das Crianças, 2017 vai ser o ano da definição e da implementação do plano de ação local. O incentivo à criação das comissões sociais de freguesia e interfreguesia, será uma aposta na existência de recursos humanos especializados, nas freguesias, para o trabalho nas áreas sociais. O desenvolvimento de um projeto de intervenção, integração e de inclusão social, dirigido para as populações de etnia cigana a residirem em Pombal, com especial incidência nos dois bairros sociais que temos. Este projeto terá uma componente muito focalizada na escola e na importância da mesma, como forma de mitigar fenómenos de exclusão social. Mas também terá toda uma componente no âmbito da participação, da cidadania e da implementação daquilo que são os direitos e os deveres.

Na área das dependências temos três projetos a decorrer em simultâneo, que já vêm desde 2016. São eles o "Like Saúde", o "0% de Alcool – Tu és Capaz" e o projeto "Noites Saudáveis das Cidades". Continuaremos a parceria que temos com o projeto "CLDS 3G – Rosa dos Ventos". Sendo uma área de intervenção do Município que se enquadra no âmbito da ação social, destacam-se os projetos enquadrados no envelhecimento ativo, aqui destaco uma aposta contínua e inovadora no plano de atividades de animação sénior, cada vez mais alargadas, tendo sido esse o nosso esforço e, em 2017, vai se preconizar novamente o esforço de alargar cada vez mais este plano à comunidade sénior de todo o concelho e não só, aos seniores que já estão inseridos em IPSS's e lares privados. A continuidade da aposta nos serviços de teleassistência, a dinamização contínua do programa AMPARHA e toda a dinamização que pode ser criada através da nossa adesão ao projeto Ageing@Coimbra.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Espera-se a participação noutros projetos na área do envelhecimento ativo, um deles em fase de elaboração, que será realizado em parceria com a Cruz Vermelha, que pretende trabalhar as questões de isolamento e solidão do idoso.

Na continuidade daquilo que tem sido o trabalho do Município de Pombal ao nível da preservação da nossa floresta, 2017 não será exceção, e a aposta continuará a ser de dinamizar a floresta concelhia. Sobre o lema “Pombal, um concelho uma floresta” continuaremos a apostar nas ações de sensibilização junto da população, porque elas têm resultado, no âmbito da campanha “Floresta Limpa, Pombal sem Incêndios”. No trabalho de parceria com a PSP e com a GNR, no âmbito da fiscalização preventiva do Decreto Lei 124. Na implementação no terreno da OPA florestal, já começámos com as ações nas freguesias. Na continuidade das limpezas das faixas de gestão de combustíveis, trabalho em cooperação e parceria com as Juntas de Freguesia, mas também ambicionamos conseguir levar a elaboração de faixas de contenção para os aglomerados populacionais e para as zonas industriais. A continuidade da limpeza e abertura de caminhos florestais, a limpeza e construção de novos pontos de água, necessidades já sentidas, a aprovação do regulamento de ordenamento florestal, que já está praticamente finalizado, o apoio à continuidade das brigadas autárquicas de voluntários, este ano com cerca de 142 voluntários, sendo a área ardida, até à data de hoje, de 155 hectares, nós temos cerca de 9 equipas de primeira intervenção, todas elas das freguesias. E na continuidade de um serviço entre os serviços municipais de proteção civil, GTF, bombeiros, GNR e todas as entidades no âmbito da proteção civil. Não sendo os únicos, são os projetos de maior dimensão, que vão ao encontro do programa eleitoral que levámos a votação em setembro de 2013 e que vão de encontro às necessidades e expectativas das famílias pombalenses.

Não quero terminar sem dar uma palavra de apreço a todos e a todas que trabalham nesta casa, porque é inegável e impensável, nós, executivo, querermos implementar, quer seja o PAM, quer seja o PPI e os projetos que deles constam, sem contar com a colaboração, o envolvimento, a motivação e que cada um dê o melhor de si, das cerca de 400 pessoas que trabalham nesta casa.”

O Vereador Renato Guardado fez a intervenção que se segue:

“Há coisas que por mais verdade que sejam, não devem deixar de ser realçadas e sublinhadas. Falo de um pormenor, que neste orçamento que o executivo apresenta, percebemos que, ao contrário do país e de outras realidades, nós conseguimos fazer as mais de 100 propostas do programa eleitoral, fazer tudo aquilo que nos propusemos a fazer, fortes investimentos na Educação, Desporto e nas outras áreas, e ainda assim, não acrescentar dívida ao Município, acrescentámos sim, património, e deixar a felicidade de poder dizer que estamos numa autarquia em que, ao final deste mandato, fez tudo isto sem acrescentar um cêntimo de dívida. Eu acho que nunca é demais reforçar esta circunstância que nos deve orgulhar a todos nós, políticos, funcionários, pombalenses e todos os que lutam pela nossa casa.

No ambiente, tivemos intervenções no rio Arunca e na ribeira de Carnide, que em termos físicos, estão operacionais no terreno, faltam as questões de cadastro para operacionalizar a gestão futura. Estamos a iniciar o projeto de intervenção no rio Anços e com isto concluímos os grandes cursos de água do concelho, ficando todos intervencionados e preparados para



MUNICÍPIO DE POMBAL

intempéries e para o seu funcionamento hidráulico.

O plano de intervenção das zonas urbanas está praticamente concluído e em breve iremos iniciar a intervenção nas áreas urbanas das linhas de água dos rios. Isto tem dois paralelismos, a intervenção pública nas áreas urbanas que o Município pretende alargar e a intervenção de apoio aos particulares que são proprietários, sendo deles a responsabilidade, mas o Município não se pretende alhear. Para além das grandes linhas de água de Arunca, Carnide e Anços, em que o Município propõe uma intervenção, temos também, previsto a realização de um plano para que possa ser entregue e publicitado, junto dos proprietários confinantes com linhas de água, para que eles estejam informados e saibam o que devem fazer para a boa manutenção das linhas de água. O corredor ribeirinho, que eu tinha a expectativa que este ano fosse uma realidade, no entanto temos o projeto concluído, acredito fortemente que, mesmo sendo um projeto com uma extensão muito grande e que conflituava com muitos proprietários e muitas vontades, pela forma como foi desenhado, não sendo um projeto economicamente ambicioso, acredito que, com alguma agilidade, podemos concluí-lo durante este orçamento. Para terminar as questões do ambiente, as eco-escolas, eco XXI, continuam a ser apostas e é de realçar que, muitos municípios fogem destes programas, porque a sua complexidade tem aumentado, mas o Município de Pombal tem mantido e reforçado a sua participação e o esforço junto das escolas e freguesias, para que consigamos participar cada vez mais e sermos avaliados por entidades externas nesta matéria ambiental.

Temos sentido alguns problemas na questão da gestão de resíduos volumosos. Temos previsto uma rubrica em PAM, para que esta má utilização e a forma como se deve utilizar estes recursos que se tem à disposição seja explicada às pessoas, para fazer frente a este problema, que não é muito significativo para a generalidade das pessoas, mas para quem convive de perto é um problema e temos que o atacar.

O estudo de otimização da recolha de RSU, que é uma verba inscrita em PAM, para conseguirmos procurar otimizar a rede de recolha.

Nas matérias de juventude, quero realçar o programa municipal de ocupação juvenil, temos o regulamento praticamente terminado e este é o clássico OTL, mas nós queremos introduzir algumas particularidades. Eu julgo que é muito importante valorizar o tempo livre dos jovens. Este regulamento irá a reunião de câmara, tendo já uma verba prevista para remunerar ou proporcionar workshops, que sejam uma mais-valia, para a valorização dos jovens nas faixas etárias acima dos 12 anos, que para os quais não tínhamos resposta. O parque radical da cidade de Pombal, que é uma rubrica que tem andado sempre arrastada, já temos perspetivas de conseguir resolver esta questão com alguma rapidez. Temos contactos com projetistas que, em cidades vizinhas, fizeram estes trabalhos com resultados positivos.

A questão de apoio ao associativismo juvenil e a semana da juventude são matérias em que mantemos a dotação e serão, novamente, uma realidade.

Por fim, não vos vou aborrecer com o elencar de obras e de milhões, mas tendo eu o gabinete de projetos à minha responsabilidade, só queria partilhar o entusiasmo que é para mim olhar para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da cidade de Pombal e perceber o que isso significa para quem projeta. Todos nós testemunhámos a transformação que o centro histórico da cidade de Pombal teve com a intervenção que foi feita nessa zona e



MUNICÍPIO DE POMBAL

nós estamos a planear igual transformação para a zona da várzea, para o jardim do cardal, jardim das oliveiras e para a avenida. Nós temos em mãos a capacidade de transformar uma zona que, hoje em dia, é um pouco recôndita da cidade, numa das zonas mais centrais.

Nas freguesias reporta uma estratégia, que eu acho muito inteligente, de qualificar as zonas urbanas, para atrair pessoas para estas zonas, rentabilizando a gestão dos recursos públicos de recolha de lixo, limpezas urbanas e iluminação. Não deixando a dispersão, que em instrumentos de PDM foi cintada, atrai habitação, pessoas e utilização dos espaços.

O Vereador Adelino Mendes fez a intervenção que se segue:

“Parece-me que, o orçamento para 2017 comporta algumas incertezas, porque a dotação real não está definida. Estima-se que este orçamento possa crescer na ordem dos 10 ou 11 milhões de euros, com a aplicação do saldo de gerência de 2016. Há aqui encargos que estão subestimados, nomeadamente, ao nível da despesa corrente, estão estimados € 11.100.000 para 2017, quando no orçamento corrigido de 2016, foram na ordem dos € 20.000.000, ou a aquisição de bens e serviços, que está orçamentada em € 2.200.000 e em 2016 o orçamento foi de € 8.100.000. Há aqui um conjunto de incertezas em termos de receita e em termos da afetação da receita à despesa. Parece claro que a esmagadora maioria do saldo de gerência será aplicado em despesas de funcionamento, em despesas correntes e não em despesas de capital, que, no essencial, estarão já orçamentadas. Relativamente a essa matéria queria manifestar, como já tive oportunidade de o fazer em reuniões anteriores, e apesar de o orçamento com contrapartida em participações comunitárias ter crescido substancialmente, face ao corrente ano que eram cerca de € 500.000, agora temos uma perspetiva de € 2.600.000, mas que sabemos que, face às necessidades municipais e às perspetivas de candidaturas que o Município pretende apresentar, que é um valor escasso. Estou convencido, pelo trabalho que tenho acompanhado na gestão central que se pretende fazer dos fundos comunitários, que esta verba será reforçada ao longo do ano com a aprovação de candidaturas do Município de Pombal. Estou certo que o valor será incrementado. Em relação à despesa e às rubricas do plano plurianual de investimentos e de atividades que nos foi apresentado, queria referir que na matéria de educação que entendo que os principais investimentos que estão por concretizar, no que diz respeito à conclusão dos centros educativos, estão perspetivados para o ano de 2017 e que uma parte substancial das carências ainda existentes nesta área, como sejam os centros escolares de Pombal, Louriçal, Meirinhas, e Vermoil, ficarão resolvidos neste ano de 2017. Para quem tem acompanhado estes investimentos ao longo dos anos, é certamente uma boa notícia, não se ignorando necessidades que irão subsistir ainda em termos de rede escolar, designadamente, na Guia, e na cidade de Pombal, com a necessidade de reabilitação da Escola Conde de Castelo Melhor e outras intervenções a realizar em Vila Cã.

Queria destacar, positivamente, o trabalho que foi iniciado e que se pretende continuar, em termos da criação das faixas de gestão de combustíveis nas áreas florestais, realizado pelas Juntas de Freguesia. Parece-me que é uma boa estratégia, deve haver esta política de descentralização destas atividades nas Juntas de Freguesia, até porque possuem meios e capacidade instalada para realizarem essas intervenções. O mesmo acontecendo na limpeza de linhas de água. Essa opção que foi tomada no início do mandato, de reforço das competências nas Juntas de Freguesia nesta área, parece-me relevante. Há um conjunto de



MUNICÍPIO DE POMBAL

matérias no orçamento que deixam uma substancial preocupação. Desde logo a dotação prevista para o saneamento básico, que face às necessidades conhecidas, e que estão previstas para os próximos anos, na ordem dos € 24.000.000, a que acrescem as obras hidráulicas de prevenção das cheias que têm que ser realizadas, e que esperam a necessária participação comunitária, mas mesmo assim terão um volume de investimento muito significativo, portanto percebemos que é uma área onde, face às necessidades potenciais, o volume de investimento é reduzido.

Eu não consegui descobrir na área de beneficiação dos nossos parques empresariais, que me parece ser uma medida importante, associada à captação de investimento e à promoção das capacidades de atração de investimento do concelho. Não consegui verificar qualquer dotação no plano plurianual de investimentos para essa finalidade.

Na área do turismo o grande investimento é a conclusão do CIMU Sicó, não aparecendo aqui outras iniciativas ou intervenções, algumas das quais que são referidas há vários anos e que não terão execução no ano de 2017.

Apesar de poder haver boas intenções, não deixo de sublinhar, com estranheza, que se tenham referido nesta reunião como um projeto para o futuro as comissões sociais de freguesia ou interfreguesias, quando houve experiências-piloto realizadas no passado e quando esta devia ter sido uma preocupação desde o início do mandato e que deveriam estar num patamar de execução totalmente diferente. O mesmo se passa com o empreendedorismo, estamos a chegar ao final do mandato sem que exista um espaço físico que permita acolher os empreendedores. Apesar de haver referência a estas intervenções, parece-me que o tempo da execução passou e estas medidas não foram executadas.

Relativamente ao programa das creches aqui apresentado, eu recordo-me que no passado, no âmbito do programa de alargamento de rede de equipamentos sociais, que houve uma crítica a esse programa que estaria a incrementar o número de creches para um patamar exagerado, face às necessidades do concelho. Eu entendo que o estudo da rede deve ser feito de forma rigorosa, face, não só à realidade demográfica, mas também, face às perspetivas que as famílias tenham de recorrer a essa valência. Eu acho que, cada vez mais, nós temos que nos consciencializar que os equipamentos que vamos construir devem ser financiados para responder a necessidades das populações. Em termos da primeira carta educativa, houve um conjunto de opções. Na segunda carta educativa, houve algum reajustamento, eventualmente, poderia ter sido mais profundo. A nível da carta social vamos sentindo que as necessidades na área dos idosos são crescentes, e que há respostas que é necessário ampliar e que temos de planear a execução de novos investimentos. Na primeira infância temos de fazer uma avaliação rigorosa, verificar a rede existente, a capacidade que tem para dar resposta às necessidades e poderemos perspetivar soluções. Se a rede for suficiente para podemos garantir condições de mobilidade interfreguesias, para que todas as famílias possam ter a mesma resposta. Eu penso que esta preocupação de, antes de fazer estes investimentos, fazermos um estudo rigoroso sobre as necessidades do presente e aquelas que se projetam para o futuro, parece-me da maior importância.

O Vereador Jorge Claro fez a intervenção que se segue:

“O Senhor Presidente e alguns Vereadores tiveram o cuidado de agradecer aos trabalhadores. Foram muitos os que trabalharam arduamente neste orçamento e tudo fizeram para que ele tivesse a apresentação que tem e fosse apresentado no prazo que foi



MUNICÍPIO DE POMBAL

possível, mas o Senhor Presidente deveria talvez ter agradecido a disponibilidade que os senhores Vereadores da oposição tiveram em o receber tardiamente e o esforço que fizeram para analisar aquilo que foi possível. E o que foi possível da minha parte, não consegui ver tudo, receber isto com menos de 24 horas de antecedência não me parece adequado para poder fazer uma análise minuciosa ao PAM e PPI. Aquilo que eu vou dizer serve tanto para um como para o outro. Vou fazer uma apreciação geral.

Durante a intervenção do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores, fiquei um pouco surpreendido e pois fiquei na dúvida se estavam a apresentar o relatório dos três anos decorridos ou se estavam a fazer a apresentação do PAM e PPI.

Não pude fazer uma apreciação minuciosa, mas da apreciação que consegui fazer constato que há muitas promessas eleitorais que não foram cumpridas e não constam no documento em análise. Umas têm algum montante reduzido atribuído para o próximo ano, mas a quase totalidade vai para o ano 2018 e há muitas que nem sequer têm rubrica aberta. Eu vou chamar a atenção para o Centro Escolar de Vila Cã, a requalificação da C+S da Guia, a requalificação da Avenida, Jardim do Cardal, da Várzea, do Jardim das Laranjeiras, isto vai tudo para 2018, e esqueceram-se da requalificação do Largo Salgueiro Maia. Depois o Parque Verde que era para concluir no final do mandato, também vamos esquecer isso porque ele está com verbas só para o ano 2018. Uma coisa que me parece que devia ter tido um cuidado e uma preocupação muito grande, porque tivemos um caso há 10 anos e que muitos de nós nos lembramos do que aconteceu e os estragos que provocou, que é a construção da bacia de amortecimento a nascente da cidade, isto deveria ter sido uma prioridade logo para o primeiro ano do mandato, e a correção das descargas pluviais da cidade, desviando-as do local onde estão para outros, de modo a não afluírem todos para o mesmo local. Sobre a ETAR e emissário da Redinha, nada consta. Vai tudo para 2018. O centro funerário de Pombal, a mesma coisa. A piscina ao ar livre, também foi esquecida para este mandato. Depois temos os pólos empresariais em todas as freguesias, não me parece que isto conste. Depois as atrações turísticas em cada uma das freguesias. Não venham dizer que a remodelação das escolas primárias, que ao serem transformadas em alojamento local vão ser o pólo turístico da freguesia. Então se não conseguiram, até hoje, ter ideias para rentabilizar a Quinta de Sant'ana, como é que vão fazer um aproveitamento turístico rentável das antigas escolas primárias.

Depois temos a variante sudoeste do Louriçal, a variante da EN 109 à rotunda da A 17, a variante de Albergaria dos Doze, o parque de campismo, tudo promessas eleitorais e que afinal não vão ser cumpridas. Uma proposta que apresentámos recentemente, que em termos de valor não é significativo, que é a rota das figuras históricas, que nem vai ser contemplado na sua totalidade, para ser feito no próximo ano."

A Vereadora Ana Gonçalves respondeu nos termos seguintes:

"Senhor Engenheiro, peço desculpa, mas ele está incluído no PAM"

O Vereador Jorge Claro fez a intervenção que se segue:

"Está incluído no PAM com uma verba pequenina"

A Vereadora Ana Gonçalves respondeu nos termos seguintes:

"€ 5.000"

O Vereador Jorge Claro fez a intervenção que se segue:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Pelo que eu estou a ver, a conclusão vai para 2018”

O Senhor Presidente da Câmara fez a intervenção que se segue:

“Pois, e até nunca vai acabar. Eu espero que o concelho continue a ter muitas figuras históricas.”

O Vereador Jorge Claro fez a intervenção que se segue:

“Aquilo que o tempo permitiu que eu lesse, leva-me a fazer estas observações.

A marca pombalíssimo, já foi esquecida. Onde está o cadastro florestal? Onde está regulamento florestal? Que fomento se fez para as zonas de intervenção florestal?

Isto são notas que eu deixo, para que reconheçam que o programa eleitoral foi uma coisa e agora, que estamos no último ano do mandato, há coisas que não conseguem fazer.

Em relação à promoção do comércio, eu reconheço o esforço que foi feito, até agora, para que o comércio tivesse algum incentivo. Infelizmente, devido à idade dos comerciantes ou à sua capacidade de absorver novas ideias, pode ter limitado a sua evolução. Reconheço, no entanto que o trabalho foi feito, não houve, talvez a resposta que deveria existir. Vamos também pensar que as promoções que foram feitas, na sua maioria, incidiram nos fins de semana, quando o comércio está encerrado. Não teve os frutos que se esperava com estas iniciativas. Eu penso que, em relação ao comércio, a promoção tem de ser mais musculada. Enquanto não houver a iniciativa e a vontade de fazer algo para que o comércio tenha clientes, e para eles virem é preciso haver atrativos que os tragam a Pombal, enquanto isso não existir; nós podemos fazer muito mais coisas do género mas os resultados serão aquém do que seria desejado. A oposição tem muitas ideias, que irá pôr à consideração dos eleitores. Tem pessoas devidamente preparadas, o Senhor Engenheiro Narciso Mota foi, talvez, das pessoas mais impreparadas que ganhou as eleições para a Câmara.”

A Vereadora Marlene Matias fez a intervenção que se segue:

“Eu não podia deixar de demonstrar o meu desagrado pelo orçamento ter chegado à hora que chegou. É muito fácil dizer que temos uma oposição que não está preparada. Quando há documentos que não nos chegam, não há tempo para nos prepararmos convenientemente.

Daquilo que eu pude ler e ouvir; falamos de um orçamento de muitos milhões em muitas obras. Eu vou fazer o papel da oposição do atual Governo: Onde é que está a iniciativa privada? Eu não vejo incentivo nenhum à nossa economia. Vejo muito poucas medidas concretas para captar investimento para o nosso concelho, pelo menos daquilo que eu tive tempo de ler. A senhora vereadora referiu a ampliação dos parques industriais e o empreendedorismo com a Casa Varela, já foi aqui referido que perdemos muito tempo para perceber o que fazer com a casa, e continuamos à espera que a Casa Varela abra as portas para aquilo que foi pensada. A ampliação dos parques industriais é uma coisa importante, se tivermos algum investidor que se queira fixar em Pombal, temos de ter terrenos para lhe oferecer. Mas há uma coisa que me preocupa, continuamos a não ter pessoas que se fixem em Pombal, as pessoas procuram concelhos vizinhos. Porque é que isto acontece? Eu acho que o Município tem de se preocupar com isto. Que medidas concretas é que este orçamento tem para atrair investimento para Pombal? Eu gostaria de perceber, mais pelo Gabinete de Apoio ao Investidor, que tipo de empresas é que se fixaram cá, que tipo de empresas é que encerraram e que tipo de emprego é que nós temos. Enquanto este levantamento não for feito de forma rigorosa, eu não consigo perceber para onde é que nós caminhamos.

Relativamente ao projeto de creches já tive oportunidade de dizer que é preciso fazer um



MUNICÍPIO DE POMBAL

levantamento rigoroso não só do número de nascimentos por freguesia, mas se a abertura de creches em algumas freguesias não põe em causa a sustentabilidade de outras. O nosso diagnóstico social anterior é muito claro, relativamente à problemática do envelhecimento e da oferta de equipamentos, mais do que na área da infância.”

O Senhor Presidente da Câmara fez a intervenção que se segue:

“Então mas como é que nós poderemos atrair um público mais graduado para o nosso concelho se nós não conseguimos corresponder bem às condições de educação das suas crianças? Não é apenas ter lotes, é preciso apetrechar e conhecer bem o nosso território para percebermos de que maneira é que as funções públicas e privadas que estão disponíveis correspondem a essas necessidades. Por isso é que é importante fazer esta avaliação. Ao contrário do que disse a Senhora Vereadora Marlene, se for ver no plano de desenvolvimento social os níveis de cobertura de serviço de apoio domiciliário e de lar, que estavam com 8% e 4%, respetivamente, para os cidadãos com mais de 65 anos. Esses números estão praticamente atingidos, com a operação no Carriço e a ampliação em Albergaria dos Doze ficam ultrapassados.

Por outro lado, olhando para o estado do país, para o nível anémico dos nossos investidores e da nossa industria, quando comparado com Pombal e se percebe que se venderam mais de 90.000 m² de terrenos do Município, se fez uma modificação das condições infraestruturais do Parque Industrial Manuel da Mota, se está a acabar a requalificação do Tinto e Meires, se fez uma recuperação da Zona Industrial da Formiga, se venderam praticamente os lotes todos do Parque Industrial da Guia, num período que em nenhum cenário é comparável, nem nos períodos em que crescemos mais. Porque é que isto se faz aqui e não se faz noutros lados do nosso país? Nós não estamos a comparar crescer menos que os outros, estamos a comparar crescer em contraciclo com o país e com a expectativa de confiança dos investidores no nosso Governo. Por isso não podemos fazer avaliações simplistas porque nós não vivemos numa redoma, Pombal bebe, sente e vive o país onde está. Olhando para as condições que o país vai criando, nós percebemos estas debilidades. Sabe porque é que quando fizemos a aprovação dos valores do IMI, não discutimos a derrama? Não discutimos a derrama porque um alegado erro no sistema informático nos privou de € 900.000 de receitas, o que equivale ao desaparecimento de € 300.000.000 de valor patrimonial tributário no concelho de Pombal, sem que algum governante deste país se preocupe em explicar o que está a acontecer. Eu não quero saber se foi o sistema que falhou ou se foi o A ou o B, há uma responsabilidade política que ainda ninguém veio explicar. Este dinheiro não chega aos municípios, mas faz-nos falta. Temos a certeza que receber esse dinheiro era uma boa referência para pensar em descer a derrama, como aliás já fizemos. Mas não é só isso, é também pensar de que maneira é que o regime fiscal de apoio às industrias pode ou não pode ser utilizado, que vamos avaliar até ao final do ano, em função do comportamento que a coleta possa apresentar no nosso concelho.

O Dr. Adelino Mendes referiu aquilo que é uma evidência: a incerteza dos recursos nesta altura. Eu confesso que começo a dar mais importância ao orçamento de fevereiro do que a este, pela razão de solidez deliberativa com que o fazemos, até porque, infelizmente começa a ser muito frequente termos esta incerteza. O esforço que tem sido desenvolvido na distribuição dos diversos investimentos, os senhores não fizeram nenhuma observação nesse



MUNICÍPIO DE POMBAL

sentido, há rubricas mais dotadas que outras, mas também é verdade que nós precisamos de desenvolver alguns projetos antes de desenvolver outros. Eu recordo que em 1993 estava construída a rede de saneamento das Meirinhas, mas ainda não havia a ETAR nem emissário em Pombal com capacidade para o fazer. Passado 15 anos é que tivemos essa rede ligada porque antes não havia condições técnicas para a fazer ligar. Tem vantagens, porque se pôde asfaltar e desenvolver tudo. As coisas têm um determinado encadeamento, e é isso que estamos a fazer. Por isso é que a intervenção na ribeira de Carnide é tão importante.

Sobre as questões levantadas sobre a matéria turística, deixem-me dizer que o Plano de Ordenamento da Orla Costeira é um instrumento decisivo para nós retomarmos os investimentos na Praia do Osso da Baleia. Ele está avançado mas não está aprovado, o que significa que nós nem podemos pensar em melhorar as condições das infraestruturas de apoio balnear e de estacionamento, isso era uma intenção.

Sobre as comissões interfreguesias, essa será sempre uma iniciativa que as freguesias terão que decidir. Nós não estamos aqui a fazer esse impulso, nós dizemos é que as freguesias devem estar dotadas de meios operacionais e de recursos humanos para poderem executar as políticas das comissões interfreguesia, isso é um verdadeiro impulso. Eu tenho de fazer muitos quilómetros à volta de Pombal para encontrar algum município que tenha tomado esta iniciativa, apoiando o esforço das freguesias e contando com as freguesias como recurso participante na identificação e resolução de problemas de carácter social.

Nesta questão das creches, o problema começa na Carta Educativa, porque nela não há referência às creches, e não há porque as creches não são uma competência municipal. Aquilo que existe é, e eu creio que nenhum de nós conhece, o planeamento da resposta social para creches, e ninguém conhece porque não há. O que eu acho que é importante é nós estarmos na linha da frente nesse conhecimento, nesse estudo e nessa avaliação, e a ideia não é fazer por fazer, é fazer porque é preciso para corresponder, ou então chegarmos a conclusão de que aquilo que temos é suficiente.

No que não parece haver dívidas nenhuma é que a circunstância altamente atrativa e confortável para as novas famílias, é que se nós conseguirmos dar resposta de creche, pré-escola, 1.º ciclo, 2.º ciclo, 3.º ciclo e secundário, é francamente favorável para o nosso concelho. Se nós olharmos para aquilo que tem sido a opção nacional neste objetivo, o que nós percebemos é que já temos alguns alunos do nosso concelho a ter que fazer alguns níveis de ensino fora do concelho de Pombal, para depois regressarem cá para acabar o ciclo de estudos obrigatório, isto não é uma coisa boa e não pode ser visto de forma isolada, como acontece nas Meirinhas ou na zona do Carriço. Essa opção é uma opção política nacional, que nos prejudica e que provavelmente nos enfraquece. Temos de viver com ela, foi uma opção política legítima, independentemente de concordarmos com ela ou não, não nos podemos esquecer que estes constrangimentos nos inibem e nos retiram competitividade, principalmente num concelho em que, olhando para a localização dos estabelecimentos de ensino, que podem ser atrativos à fixação de novas famílias, percebemos que todos eles estão nas freguesias limítrofes do nosso concelho. Na Redinha, com influência na zona de Soure; no Louriçal, com influência em Soure e na zona da Figueira da Foz; na Guia, com influência na zona de Coimbra e zona de Leiria; em Albergaria dos Doze, com influência em Ourém e Leiria; e de Meirinhas no concelho de Leiria. Nós percebemos que esta área de influência é muito importante, se cruzarmos com isto a inexistência de soluções de pré-



MUNICÍPIO DE POMBAL

escola, percebemos que faz algum sentido lançarmos aqui uma reflexão com uma dimensão diferente. Temos de fazer essa avaliação como deve ser, para não haver nenhum tipo de precipitação. O meu objetivo nem era pensar em nenhuma nova construção, porque em muitos casos temos salas disponíveis nas escolas do 1.º ciclo que estão fechadas, por transferência para os novos centros escolares, e que podem funcionar muito bem. Posso dizer que nas conversas que tivemos com os Senhores Presidentes de Junta, eles foram muito sensíveis a esta não afetação de soluções que hoje já funcionam, isto é, perceber que se há um determinado comportamento de uma freguesia, utilizando uma determinada IPSS, não faz sentido estar a dobrar, simplesmente por uma questão umbilical, a ideia não é nada essa.

Os importantíssimos investimentos hidráulicos na cidade de Pombal são uma matéria que, desde o princípio, ficou assumida pela Agência Portuguesa do Ambiente, desde que tivemos os nossos tristes episódios de 2006, que a execução dos projetos seriam desenvolvidos pela Agência Portuguesa do Ambiente. Primeiro porque o projeto tinha sido desenvolvido por eles, depois porque mudou o Código dos Contratos Públicos e teve de haver um concurso público, que tardou. A informação de que eu disponho é que está na Secretaria de Estado do Orçamento a autorização de despesa, porque já teve o parecer da Secretaria de Estado do Ambiente, para que a APA possa fazer a despesa de contratação. Esta é a tramitação formal. Os senhores poderão dizer que a Câmara podia fazer o projeto, em bom rigor a Câmara até pode fazer tudo, mas há um compromisso que vem de trás que, pelas entidades que estão muitíssimo mais habilitadas do que nós, para perceber a perigosidade, a prioridade e a existência dos recursos financeiros para executar o projeto e a obra, que, ao contrário do que é o nosso sentimento unânime, não foi tão rápido quanto nós gostaríamos. A Administração Pública, às vezes, tem estes comportamentos que demoram tanto tempo.

Foi por essa razão, passando agora para a intervenção do Senhor Engenheiro Jorge Claro, que se for um bocadinho mais preciso nas leituras dos compromissos políticos, vai encontrar as verbas que estão associados a cada uma das iniciativas. Se reparar na Escola Secundária da Guia, o que lá está é “impulsionar a requalificação da Escola C+S da Guia, propriedade do Ministério da Educação”, impulsionar tem uma definição que, se calhar, não é aquela que agora lhe dá mais jeito dar, mas eu posso dizer que é uma matéria de que eu me orgulho bastante de ter feito aquilo que nunca ninguém fez, nunca ninguém teve coragem de fazer, nunca ninguém concebeu e hoje está num nível de maturidade que nenhum de nós, no seu sonho mais irrealista e otimista, podia achar que nesta altura podíamos ter um projeto feito e aprovado, uma dotação no nosso orçamento e ser uma das únicas escolas fora da sede de concelho que tem estas condições já negociadas e protocoladas com o Governo.”

O Vereador Adelino Mendes fez a intervenção que se segue:

“Não é rigorosamente verdade. Logo no início do mandato, todos aqui estivemos de acordo que já havia uma série de outros casos de autarquias que tinham assumido as obras de requalificação de escolas secundárias, com participações comunitárias. Identificámos que isso seria uma boa solução para a escola da Guia.”

O Senhor Presidente da Câmara respondeu nos termos seguintes:

“Esse modelo foi o modelo que nós rejeitámos porque vinha com os recursos humanos.”

O Vereador Adelino Mendes respondeu nos termos seguintes:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Não, sem os recursos humanos”

O Senhor Presidente da Câmara fez a intervenção que se segue:

“Sem recursos humanos não havia nenhuma. Eram todas do Parque Escolar. O modelo tinha recursos humanos.

Há uma coisa em que eu não tenho dúvidas, é que se o Município de Pombal não tivesse dito que era o dono da obra, que fazia o projeto e que se apresentava aos fundos comunitários, hoje a escola da Guia estava como estava há um ano e meio atrás.

Deixe-me agradecer-lhe muito o seu reconhecimento pela bondade de todas as propostas políticas que apresentámos. Achar que todas elas devem ser feitas é uma prova inequívoca que nós fizemos uma boa avaliação. Todas elas são muito importantes para o desenvolvimento do nosso concelho, apesar de nem todas terem nível de execução. Eu far-lhe-ei o próprio balanço de outubro de 2016, para perceber que eu gosto de prestar contas, é uma matéria que me deixa muito tranquilo.

Quanto à questão da receção tardia do documento. Como aqui percebemos, a dotação orçamental para a introdução de novas obras, que é aquela que hoje podemos discutir, era exígua e já falámos hoje que são € 4.000.000. Considerando que a estrutura de despesa corrente era aquela, considerando que os saldos que transitam de um lado para o outro são obras que estão adjudicadas e têm que ser executadas, em função do valor global do orçamento o que existia para discutir era que obras é que vão ter prioridade para o primeiro trimestre de 2017. Para mim, discutir verdadeiramente o orçamento com segurança e solidez, será no mês de fevereiro, portanto peço-lhe desculpa por não ter permitido isto, mas vamos ter muito tempo para fazer essa discussão com imensa maturidade, ficando até, todas as promessas eleitorais que não estão cumpridas, e o senhor não tem mais desgosto do que eu na verificação desses casos, mas deixe-me dizer-lhe que eu não tenho culpa que a Junta de Freguesia de Vila Cã tenha comprado um terreno, para fazer o centro escolar, em regime de compropriedade e ninguém se entende sobre qual é que foi a parte que foi comprada. Isso deixa-me preocupado.

A circunstância de se ter feito o PEDU e de se ter incluído o Largo Salgueiro Maia, o Jardim da Várzea e a Rua Alexandre Herculano, está tudo previsto no documento. O PEDU vai até 2020, ainda bem que a área está identificada, que as características de intervenção estão definidas, que estamos a avançar com o projeto. Somos dos poucos municípios portugueses que aproveitam o acelerador de investimento, porque já tínhamos feito mais do que o que o Governo achava que seria o mínimo. Neste equilíbrio entre planejar, financiar e executar, tem de fazer muitos quilómetros aqui à volta para encontrar outro município com o prémio do acelerador de investimento. Isso é de tal maneira evidente que, se fossem muitos o Governo não dava acelerador nenhum. Isto mostra bem os atrasos que nós acabamos por ter.

Sabe qual foi a coisa que atrasou o processo dos Governos-Vinagres? Foi a intenção deliberada de nós aproveitarmos a cota a que grande parte da estrutura urbana funciona, para desviar a jusante da cidade a maior parte das águas pluviais que iam para a Ribeira do Vale, portanto drenam junto à escola secundária. Se quiser eu mostro-lhe as minhas fotografias da dimensão do calibre das águas pluviais que lá estavam e as que lá estão. Passámos de um tubo de 200 mm para um tubo de 1000 mm, isso foi feito deliberadamente, para que na obra no Alto do Cabaço, na obra da EN 237 e na obra dos Governos-Vinagres, haja uma drenagem para jusante da cidade e que reduza a drenagem através dos canais



MUNICÍPIO DE POMBAL

hidráulicos que temos dentro da cidade.

Sobre as ETAR's deixe-me dizer que, mais sanidade do que olhar para a dimensão populacional que tem de ser servida, por exemplo, nos Alhais, Silveirinha, Claras, na Zona Norte do Carriço, é iniciar as negociações com as Águas da Figueira, com a Câmara Municipal da Figueira da Foz, na negociação que a Câmara fez com a Celbi para podermos avaliar a capacidade de drenagem das águas residuais do concelho de Pombal, numa estrutura que não é municipal, onde, sob o ponto de vista ambiental, pouparemos sempre a drenagem na vala do estremoal, que não tem caudal ecológico, e que por essa razão seria mais suscetível de avarias, mau funcionamento de uma estação. Os encargos de funcionamento das ETAR's abaixo de determinada capacidade de processamento são caríssimos para o sistema, e a nossa obrigação é ter um sistema que seja equilibrado sob o ponto de vista financeiro, social e ambiental. A opção que se faz e que será sustentada em estudos, que a Câmara irá apreciar, que eu faço questão que aprecie, apesar de não ser preciso, é para demonstrar que, hoje há opções do passado que são caras para o sistema, que encarecem a fatura global e que só são diluídas porque temos uma ETAR em Pombal que consegue fazer essa diminuição. Nós temos de olhar para todos estes fatores para perceber se queremos ou não cumprir, porque não temos alternativa, a lei do utilizador-pagador, passando para o utilizador todos os encargos com a gestão do sistema. O sistema tem de ser equilibrado e ágil, não se deve fazer uma ETAR só porque sim. Uma ETAR deve ser vista como um sistema que trata, que tanto pode ser nossa como pode ser de outro.

Será que nós, quando fazemos um programa de recuperação urbanística em todas as sedes de freguesia, dotando-as de condições de urbanidade, de acolhimento, de circulação pedonal, de sinalética, de bem-estar, de equipamento urbano, não estamos a convidar as pessoas a utilizar estes espaços? Será que é apenas com campanhas a chamar pessoas, não tendo depois condições para as poder acolher? Nós neste aspeto partimos de uma posição muito frágil, estas são tarefas que nunca estarão cumpridas. Estas tarefas não são uma obra e serão sempre um motivo da nossa preocupação, eu espero que nunca saiam das intenções dos programas que a Câmara queira cumprir.

Na promoção do comércio temos uma reflexão grande para fazer, nós acabamos de receber um pedido de uma empresa de distribuição que queria lançar uma campanha, na altura do Natal, fazendo a distribuição de acessos à pista de gelo que o Município vai instalar este inverno. É uma matéria evidente como é que uma iniciativa lúdica, para ser utilizada pelos mais novos, na altura das férias, tenha uma utilização comercial evidente. Foram os comerciantes que vieram ter connosco a dizer que era muito interessante para a sua dinamização, portanto não podemos pensar que esse plano é só do Município. Por exemplo, fomos nós que iniciámos o trabalho de estender a iluminação de Natal a algumas dessas artérias e convidar as pessoas a funcionar na via pública nas alturas mais festivas. Nunca como agora se fez tanta promoção, nunca se pôs à disposição das pessoas tantas ideias, tantas soluções e se fez tanto para desenvolver estas atividades. Eu admito que partimos de uma estaca reduzida, mas vamos procurando fazer este trabalho, até como bem reconheceu, em muitos casos a iniciativa, o impulso e a expectativa dos comerciantes mais velhos já não é muito alimentada por este tipo de casos, portanto temos que desenvolver este conjunto de iniciativas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Termino, sem querer ser desagradável, mas percebi pelo final das palavras do Senhor Engenheiro, que estava a confundir a nossa discussão sobre PPI e Orçamento com outra discussão, que podemos fazer noutra altura. Deixe-me dizer-lhe com toda a franqueza que, se a oposição tem tantas ideias como diz, se teve oportunidade na segunda-feira para se sentar connosco e apresentar as ideias e ouvir as características genéricas do Orçamento, fico bastante triste que espere mais um ano para as pôr à disposição dos cidadãos, quando se elas forem boas, como já houve ocasião de ter várias que foram acolhidas por nós, podem rapidamente ser executadas, mesmo que entenda que a dotação orçamental é inferior àquela que julga ser indicada. Eu confesso que nunca será um grande contributo para a Democracia e para construção coletiva de um território, numa discussão em sede municipal dizer: “Eu tenho muitas ideias mas não lhas digo porque são só para mim, quando forem as eleições é que eu as partilho.” Isso se calhar faz todo o sentido para a estrutura partidária, enquanto membro da Câmara acho que é uma fragilidade, que com a experiência que tem, com o contributo que já deu a esta cidade e a este concelho, não me parece que seja um fator muito positivo, mas com certeza encontrará nessa declaração alguma leitura boa, que eu não tenho capacidade intelectual de atingir.”

O Vereador Jorge Claro fez a intervenção que se segue:

“Senhor Presidente, eu não me fiz entender. Ou o Senhor não entendeu ou fui eu que não me fiz entender. Isto vem na sequência da discussão política, em determinado contexto, em que o Senhor afirmou que a oposição não tem ideias e que não está preparada. O meu recado vem na sequência disso. O Senhor aproveitou o palco político para o dizer e eu agora digo que ao contrário daquilo que disse a oposição tem ideias e vai ter a oportunidade de as pôr à consideração dos eleitores e terá com certeza, seja qual for o candidato, pessoas preparadas e até dei o exemplo de, por muito impreparadas que sejam, são sempre melhor preparadas com o exemplo que eu dei”

O Senhor Presidente da Câmara respondeu nos termos seguintes:

“Deixe-me dizer uma coisa para disciplinarmos o funcionamento da Câmara, até porque eu julgo que estes últimos 3 anos foram bastante pacíficos. Na Câmara Municipal discutem-se os assuntos da Câmara Municipal. Na Câmara Municipal não se discutem os assuntos partidários, a não ser que venham como propostas subscritas pelas bancadas. A política partidária na Câmara Municipal será discutida enquanto proposta e posição política legítima dos seus representantes, enquanto palco de discussão dessas opiniões não creio que seja essa a nossa função. Podemos discutir isso em qualquer circunstância, mas vamos deixar ao Órgão a dignidade que ele merece, a expectativa que o legislador acautelou e que eu acho que nós conseguimos fazer bem, como temos feito nos últimos 3 anos. Aliás, de tal maneira é, que o único Presidente de Câmara que um dia ouviu partidos, vereadores e representantes das bancadas na Assembleia Municipal para preparar o Orçamento, fui eu. Nunca ninguém o tinha feito e quando eu aqui cheguei já estávamos com quase 40 anos de 25 de abril. Nesta construção coletiva quem abriu as portas fui eu. Ninguém me o exigiu, mas eu acho que é a forma de o fazermos.”

A Câmara deliberou, por maioria, com seis votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Dr. Fernando Parreira, Eng. Pedro Murinho, Dr.a Ana Gonçalves, Dr.a Catarina Silva e Arq. Renato Guardado e com três votos contra dos Senhores Vereadores Dr. Adelino Mendes, Dr.a Marlene Matias e Eng. Jorge Claro:



MUNICÍPIO DE POMBAL

Primeiro: nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea c) e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugados com o n.º 1, do artigo 45.º e artigo 46 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Câmara Municipal submeter à aprovação da Assembleia Municipal os documentos previsionais de gestão para o ano de 2017, que instruem a presente proposta e desta são parte integrante, bem como os Anexos ao Orçamento Municipal de 2017;

Segundo: propor à Assembleia Municipal a autorização para proceder à actualização do valor das taxas estabelecidas no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Pombal, em conformidade com o previsto no artigo 31.º do referido artigo, conjugado com o n.º 1 do artigo 9.º da Lei 53-E/2006 de 29 de Dezembro, de acordo com a taxa de inflação;

Terceiro: Ponderar o limite a estabelecer pela Assembleia Municipal, para efeitos de concessão de autorização genérica de isenções ou reduções para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;

Quarto: Mais deliberou, por unanimidade, submeter os documentos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, com o pedido de deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução.



Orçamento 2017

Município de Pombal



RELATÓRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2017

1. Introdução

A elaboração do orçamento do Município de Pombal para 2017, tem por base, designadamente as regras que decorrem da Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, do POCAL, conjugadas ainda com as normas que decorrem da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais .

Em conformidade com as competências dos órgãos das autarquias, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respectivas revisões.

2. Alinhamento Estratégico

Os documentos previsionais que ora se apresentam para o próximo quadriénio 2017-2020, no caso, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano (GOP), que incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Actividades Municipais (PAM) e definem as linhas de desenvolvimento estratégico desta Autarquia, têm como pressupostos de alinhamento, nomeadamente, (i) a missão primordial deste Município, que é a prossecução das atribuições municipais consubstanciadas na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das suas populações, em articulação com as freguesias (cfr. n.º 1, do Artigo 23.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redacção, que aprova o regime jurídico das autarquias locais (RJAL)) e (ii) o programa eleitoral sufragado para o mandato 2013-2017, ancorados pela visão dinâmica da realidade envolvente externa (identificando eventuais ameaças e as oportunidades) e das especificidades internas / organizacionais (verificando eventuais fraquezas e as suas forças).

Reflectindo, pois, estes documentos, no quadro do sistema de planeamento municipal, os associados objectivos estratégicos plurianuais, com os quais se articula o Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP), adaptado aos serviços da administração autárquica pelo Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro, devem os objectivos, designadamente, das unidades orgânicas deste Município, alinhar-se com os objectivos inscritos nestes documentos previsionais.

3. Enquadramento

Por comparação ao orçamento inicialmente aprovado para 2016, o orçamento municipal para 2017, evidencia um acréscimo de cerca de 12%, porém evidencia também uma redução face às dotações corrigidas do orçamento do mesmo ano, cujas dotações, se espera poderem vir a aumentar ao longo de 2017, essencialmente como resultado da submissão de candidaturas e financiamentos comunitários e decisão de outras já submetidas, cujas regras orçamentais de inscrição de recita se encontram previstas no POCAL. Tal evolução reflecte as tendências macroeconómicas registadas pela economia nacional, cujas projecções apontam para um



crescimento moderado da economia, essencialmente marcados pela previsão de recuperação da trajetória de crescimento da FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo, moderado crescimento do PIB, crescimento despesas de consumo privado, mas menor consumo público, pese embora a eliminação dos efeitos da redução remuneratória, a par de outros factores indutores de consumo; a melhoria do mercado de trabalho, com diminuição do desemprego, sendo ainda de salientar a previsão do rácio da dívida pública que apresente uma trajetória descendente.

Neste sentido, a diminuição considerável da receita prevista, condiciona a previsão de despesa a executar, sendo de salientar a redução esperada ao nível de impostos directos e ainda de algumas receitas próprias, fruto da conjuntura de recessão atravessada pela economia portuguesa nos últimos tempos, os quais são compensados pelo aumento das transferências provenientes do Orçamento de Estado. Por seu lado, a receita comunitária prevista reflecte ainda, a afectação de meios humanos ao processo demorado de encerramento das operações financiadas pelo QREN 2007-2013 e o arranque da aprovação de candidaturas no âmbito do Portugal 2020.

Tendo em conta que não se encontra ainda publicada a regulamentação prevista no artigo 47.º da Lei n.º 73/2013 de 12 de Setembro, o Município de Pombal perspectivou apenas o quadro plurianual de despesa subjacente às Grandes Opções do Plano, cingindo-se a previsão de receita apenas ao ano de 2017. Na definição das opções orçamentais, orientou-se por princípios de rigor e prudência nos pressupostos de projecção de receita, acomodando a esta a previsão de despesa a executar, a qual norteou as opções tomadas em matéria de novos investimentos.

Nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro, o Orçamento Municipal para 2017 inclui nomeadamente, os seguintes elementos:

- a) Relatório que contenha a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes;
- b) Mapa resumo das receitas e despesas da autarquia local, que inclui, no caso dos municípios, de forma autónoma, as correspondentes verbas dos serviços municipalizados, quando aplicável;
- c) Mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica, a que acresce, de forma autónoma, o dos serviços municipalizados, quando aplicável.
- d) Articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental.

O orçamento municipal inclui, para além dos documentos já mencionados, os seguintes anexos:

- a) Orçamentos das entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção do controlo pelo município, de acordo com o artigo 75.º.
Quanto as empresas participadas, a que se refere o artº 46º, deverá referir-se que consta em anexo a este orçamento, o orçamento da empresa PMUGEST.
- b) Mapa das entidades participadas pelo município, identificadas pelo respectivo número de identificação fiscal, incluindo a respectiva percentagem de participação e o valor correspondente.

4. Medidas de orientação para a execução orçamental

A execução do orçamento do Município, deverá respeitar as normas definidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e na Lei dos Compromissos e dos Pagamento em Atraso (LCPA), designadamente as seguintes:



- a) As receitas só podem ser liquidadas e arrecadadas se tiverem sido objecto de inscrição orçamental adequada, podendo no entanto, a sua cobrança ser efectuada para além dos valores inscritos no orçamento
- b) As despesas só podem ser cativadas, assumidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento e com dotação igual ou superior ao cabimento e ao compromisso, respectivamente, sendo que as referidas dotações orçamentais da despesa constituem o limite máximo a utilizar na sua realização.
- c) A Assunção de compromissos não pode exceder os fundos disponíveis, calculados nos termos da lei.

5. Previsão da Receita

Condicionam as previsões de arrecadação de receita, por um lado a estimativa de transferências para os municípios das importâncias relativas às transferências financeiras, a título de repartição dos recursos públicos do Orçamento do Estado, ainda as deliberações já tomadas da Assembleia Municipal relativas às taxas a arrecadar de impostos municipais e outras taxas, no ano de 2017. A estimativa de receitas para este ano assenta na sua totalidade, na previsão das transferências do orçamento de estado e bem ainda na capacidade de geração de receita própria, tendo por base, as regras previsionais definidas no POCAL e a receita comunitária proveniente de projectos candidatados, já aprovados, ou ancorados no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, sendo de salientar a determinação de maximização da capacidade de angariação de receita própria, que de modo geral se equipara ou supera as estimativas do ano anterior.

A receita total prevista para 2017, ascende a Eur **37.532.266,00**, descriminada de acordo com as seguintes origens:

	RECEITAS CORRENTES	Em Eur.
01	IMPOSTOS DIRECTOS	9.700.795,00
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	154.976,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	454.737,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2.179.951,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.038.170,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	6.060.111,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	272.625,00
	TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	32.861.365,00
	RECEITAS DE CAPITAL	
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	644.725,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.019.647,00
13	13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	737,00
	TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	4.665.109,00
	OUTRAS RECEITAS	
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5.792,00
	TOTAL DE OUTRAS RECEITAS	5.792,00



	TOTAL DA RECEITA	37.532.266,00
--	-------------------------	----------------------

Notas ao Orçamento da Receita:

- O capítulo 01 reporta aos impostos municipais que, se prevê, o Estado venha a cobrar e transferir para o Município (IMI, IMTI, IUC e Derrama).
- Os capítulos 06 e 10 incluem a participação do Município nos impostos do Estado (FEF, FSM e IRS), em conformidade com as transferências financeiras patentes na proposta de Orçamento de Estado para 2017, de Eur. 13.641.291,00, distribuídos da seguinte forma: Eur. 12.480.997,00 no capítulo 06 e Eur. 1.160.294,00 no capítulo 10.
- Também no Capítulo 10, se inscreve a receita proveniente dos fundos comunitários, que para 2017, está contemplado apenas a comparticipação comunitária referente à despesa com as obras dos Centros Escolares de Pombal e Vermoil, do levantamento do cadastro das infraestruturas de águas e da valorização urbanísticas da rua do Mancha Pé e da rua de Leiria, ambas da cidade de Pombal, bem como, se inscrevem as verbas a receber da Administração Central, referente aos sapedores florestais e da componente nacional para a Escola C+S da Guia e para os passeios na EN 109.
- O capítulo 09 contempla a previsão de receita com a venda de bens imóveis. A dotação inscrita seguiu a norma instituída no Artº 64º da LOE para 2016 que determina, no seu nº 1, que os municípios não podem orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses, que precedem o mês da sua elaboração, i.e. 237.475,00, e no seu nº 2, que ainda pode ser orçamentada mais receita, se for demonstrada a existência de contratos já celebrados para a venda de bens imóveis, e que neste capítulo se traduz em 407.250,00 referente a 5 lotes de terrenos situados em parques industriais, cujos contratos promessa se encontram celebrados entre ambas as partes.

6. Previsão da Despesa

A previsão de despesa teve como principais linhas orientadoras, a previsão de despesa inerente ao funcionamento da autarquia; ainda a despesa estimada decorrente de compromissos já assumidos e não pagos de projectos que ainda se encontram em curso; e ainda um conjunto de projectos criteriosamente seleccionados, baseado na avaliação da respectiva viabilidade económica, tendo em vista o contributo para a garantia do desenvolvimento sustentável, mantendo o controlo do stock da dívida, assim como a garantia da verificação do equilíbrio corrente.

A despesa total prevista para 2017, ascende a Eur. **37.532.266,00**, descriminada da seguinte forma, por capítulos:

	DESPESA CORRENTE	Em Eur.
01	DESPESAS COM PESSOAL	8.254.590,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.263.276,00
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	13.000,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	558.300,00
05	SUBSIDIOS	40.000,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.550,00
	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	11.162.716,00
	DESPESAS DE CAPITAL	
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	25.934.500,00



08	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	324.000,00
09	ATIVOS FINANCEIROS	1.000,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	110.000,00
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	50,00
	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	26.369.550,00
	TOTAL DA DESPESA	37.532.266,00

Notas ao Orçamento da Despesa:

- O capítulo 01 contempla todas as despesas com pessoal, incluindo custos com os encargos sociais e os contratos de avença.
- As dotações inscritas no capítulo 07 reportam ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) no valor total de 25.934.500,00.
- As dotações inscritas nos capítulos 03 a 05 e 08 a 10 reportam ao Plano de Actividades Municipais (PAM) que ainda incluem verbas inscritos no capítulo 02 que pela sua importância merecem estar inscritas no Plano (aquisição de bens e serviços para a promoção de toda a actividade cultural, desportiva, educacional e turística, recolha de RSU, análises de água, transportes escolares) totalizando Eur. 2.307.300,00.
- As Grandes Opções do Plano, no valor total de Eur. 28.241.800,00, agregam o PPI e o PAM.

Ao nível da despesa corrente, destacam-se as despesas com Pessoal e com a Aquisição de Bens e serviços.

6.1. Despesas com Pessoal

O presente orçamento de despesas com pessoal foi elaborado com base na proposta de Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2017 já disponível. Dela se sublinha que não haverá, em princípio, restrições à contratação de pessoal como vinha acontecendo nos últimos 8 anos, sendo certo que as autarquias que se encontrem em situação de desequilíbrio orçamental continuam a ver essas restrições aplicarem-se-lhe. Quanto à progressão nas carreiras, apesar de tudo, mantêm-se as restrições (leia-se proibições) que até aqui se vinham fazendo sentir, sendo que no caso do pessoal dirigente acabam as restrições ao número de chefes de divisão e de chefes de unidade mas apenas nos casos em que não haja aumento da despesa com pessoal e partindo do número atualmente existente (imposto por Lei) o que, na prática, não tem qualquer aplicabilidade em Pombal, pelo menos até ao ano de 2019.

Na referida proposta de Orçamento de Estado verifica-se a possibilidade de virem a verificar-se aumentos significativos nos suplementos remuneratórios, como é exemplo o subsídio de refeição, bem assim, nos salários, quer no salário mínimo e quer nos restantes por via da eliminação das reduções remuneratórias que vigoraram até setembro de 2016.

Quanto à política interna de recursos humanos que se encontra reflectida neste orçamento, destacamos o facto de se verificar um aumento fruto da entrada de 24 novos trabalhadores que ocorrerá até ao final do presente ano e a previsão de contratação de cerca de 38 novos trabalhadores até ao final do próximo ano. Estes recrutamentos visam (visaram) por um lado repor os RH's que o Município perdeu desde 2011 devido à imposição legal de redução do número de efectivos, e por outro a ocupação de postos de trabalho entretanto criados por via dos investimentos que têm sido assumidos pela autarquia. Desta forma garantir-se-á uma melhor prossecução do serviço público e das obrigações que vinculam o Município, ao mesmo tempo que se renova o mapa de pessoal, o qual, como se sabe, tem sofrido algumas baixas devidos a aposentações e pedidos de licença sem remuneração.

6.2. Aquisição de Bens e Serviços



Quanto a aquisição de bens e serviços, reportam ao regular funcionamento da Autarquia, destacando-se as despesas com combustíveis, encargos de instalações designadamente electricidade e gás, comunicações, iluminação pública e os encargos com a cobrança de receita.

7. Grandes Opções do Plano

7.1. PPI – Plano Plurianual de Investimentos

Ao nível das Grandes Opções do Plano que integram o Orçamento Municipal, para o PPI que ascende em 2017 a Eur. 25 934 500,00.

Relevam um conjunto de prioridades identificadas e assumidas pelo Município, designadamente em termos de Educação; ainda com grande expressão, as infraestruturas desportivas, as infraestruturas na área do ambiente; as infraestruturas rodoviárias, segurança rodoviária, infraestruturas turísticas, arranjos urbanísticos e o planeamento e a prevenção florestal.

Ao nível da educação, realça-se o peso das empreitadas já adjudicadas dos centros escolares de Pombal e Vermoil e ainda o planeamento de outros novos Centros, designadamente Guia, Louriçal, Santiago de Litém e Meirinhas. A estes, acresce ainda a obra de Requalificação da C+S da Guia, já protocolada com o Ministério da Economia.

As infraestruturas de saneamento prosseguem neste orçamento com um volume significativo de investimento, noemadamente com carácter estruturante, de que é exemplo, a obra do emissário de Carnide – Ilha – Louriçal, em curso. Ainda, Rede de saneamento doméstico dos lugares de Vidoeira, Gracieira, Fetil e Vila Gateira; Construção rede de saneamento dos Lugares da Catela - Serra de Bonha - Gavaria, Remessa e Lugares Limítrofes; Rede de drenagem dos lugares de Outeiro do Louriçal e Foitos; Construção de Redes e Estações Elevatórias de Alhais, Silveirinha Grande, Silveirinha Pequena, Vieirinhos e Claras. No abastecimento de água, salienta-se o levantamento cadastral das infraestruturas de abastecimento de água existentes, cuja candidatura foi acolhida no âmbito do POSEUR e um conjunto de intervenções em infraestruturas existentes, com vista à melhoria da eficiência do funcionamento do sistema de distribuição de água.

A valorização urbanística assume também alguma expressão nos documentos previsionais para o próximo quadriénio, sendo as obras de maior envergadura, a Requalificação do Jardim do Vale, a Requalificação Urbana de Governos – Vinagres; a Requalificação urbana da EN 237 desclassificada (Alto do Cabaço /Barco) e ainda, a construção de passeios nas sedes de Freguesia da Ilha, Pelariga, Carnide, Abiúl, Albergaria dos Doze, Almagreira e Redinha.

Considerando as imposições decorrentes da aplicação da Lei dos solos, n.º 31/2014, publicada em 30 de Maio, regulamentada pelo Decreto Lei n.º 80/2015 de 14 de Maio, a criação de infraestruturas urbanísticas carece de demonstração do interesse económico das mesmas e da sustentabilidade financeira das respectivas operações.

Apesar de não se encontrar ainda publicada a Portaria a que se refere o n.º 3 do artigo 174.º do citado Decreto Lei, é pois de referir que dada a importância destes projectos para a qualidade de vida das populações, os mesmos encontram-se já previstos no Programa de Execução e Plano de Financiamento da 1.ª Revisão do Plano Director Municipal, aprovada em Assembleia Municipal de 28.02.2014 e publicada em Diário da República sob o Aviso n.º 4945/2014, de 10 de Abril, sendo por isso, inequívoco o respectivo interesse económico e seu contributo para a valorização



dos centros urbanos, a criação de melhores acessibilidades, maior segurança rodoviária e de circulação pedonal, quer ainda do ponto de vista da criação de condições à fixação de população. Considerando que as infraestruturas em causa se podem assumir como externalidades positivas para os seus utilizadores, pelas razões atrás invocadas, potenciarão a fixação de pessoas e por esta via, entre outras, o aumento de receita de impostos municipais, acréscimo de prestação de serviços do município ao acréscimo de população potenciada pelas referidas infraestruturas; que num horizonte temporal adequado, se admite possam vir a suprir os potenciais gastos de conservação e manutenção, uma vez que ao nível do investimento, na maioria das intervenções não sofrem amortizações, ou são pouco expressivas.

Das intervenções previstas no PPI, sublinham-se ainda os investimentos ao nível da rede viária prevista para o conjunto das Freguesias e União de Freguesia, mas também Requalificação da Estrada do Grou à Estrada Atlântica, a Requalificação da EN 109 na Guia, EM 532 (Vicentes (Vila Cã) - Infesta - Maçoeira (CM 1052-1)) \ Infesta Casal das Freiras; CM 1028 (Moita do Boi - Antões - Guia EN 109) e CM 1042 Estrada de Soure (Pinheirinho - Altos Crespos), na sua maioria, já lançadas a concurso.

De referir, também na área turística, mantém-se em obra, a construção do CIMU-SICÓ, assim como alguns investimentos previstos em beneficiação de Parques industriais, designadamente a expansão do Parque Industrial Manuel da Mota.

Ao nível das infraestruturas desportivas é ainda de salientar a Beneficiação e Instalação de campo sintético no campo de futebol dos Caseirinhos, a par de outras intervenções de manutenção de infraestruturas desportivas já existentes.

7.2. PAM – Plano de Actividades Municipal

No Plano de Actividades Municipal (PAM), que em 2017 ascende a Eur. 2.307.300,00, encontra-se plasmada a orientação Municipal, que consiste no reforço da colaboração com as Juntas de Freguesia, na promoção da Educação com especial enfoque no pré-escolar e no primeiro ciclo do ensino básico, na promoção cultural e turística, no reforço do associativismo e da prática desportiva, bem como na solidificação da rede municipal de acção social.

Destaque ainda nas actividades relevantes, para a subscrição do FAM - Fundo de Apoio Municipal e ainda para as verbas a entregar ao FEE – Fundo de Eficiência Energética, inerentes à execução do contrato de partilha de poupanças líquidas referentes à implementação do projecto “Gestão e eficiência Energética em iluminação pública na cidade de Pombal”.

As Juntas de Freguesia constituem-se também como um dos principais parceiros na prossecução da actividade municipal, encontrando no PAM para 2017 uma importante expressão financeira, que garante o cumprimento dos Acordos de Execução e dos Contratos Interadministrativos já celebrados com as Freguesias em 2014, que delegam nestas autarquias um relevante conjunto de competências em vários domínios da actividade municipal.

Na Educação é de destacar a manutenção do “investimento” na Componente de Apoio à Família, na Acção Social Escolar, no Programa de Generalização de Refeições, no Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular, nos Transportes Escolares, neste ano alargada a participação da totalidade dos encargos a todos os alunos, que reúnam os requisitos e que frequentem a escolaridade obrigatória (até ao 12.º Ano), e ainda a continuidade da



implementação do Programa Municipal de Potenciação do Sucesso Escolar “Pombal 2020 – Sucesso Escolar 100%”, que neste exercício vê aumentada a verba inscrita.

A formação integral da pessoa humana, prossegue-se também pela cultura que no documento em apreço mantém dotações para a promoção pelo Município das actividades culturais que anualmente constituem a diversificada oferta municipal nas várias artes; bem como para o apoio às associações e instituições, que no concelho desenvolvem uma inestimável actividade cultural, artística e etnográfica.

A actividade desportiva, cada vez mais, é reconhecida por todos, como uma valência importante no equilíbrio e no bem-estar do nosso dia-a-dia. Nos últimos anos a acção municipal centrou-se na edificação das mais diversas infraestruturas de apoio, disponibilizando um leque de ofertas desportivas cada vez mais diversificado, sendo este um dos principais factores para que o nosso Município, em termos distritais, registre o maior número de praticantes nas mais distintas modalidades, cujo sucesso o Município de Pombal promove, de que é exemplo o contrato de desenvolvimento desportivo do Município de Pombal com a Associação de Futebol de Leiria, visando o apoio financeiro das inscrições dos atletas dos clubes deste concelho, em contrapartida do compromisso da AFL de incrementar e generalizar ainda mais a prática do futebol no Pré-Escolar através do ABC do Futebol, e no 1.Ciclo com a prática do Futebol de Rua, em articulação com os Agrupamentos de Escolas de Pombal.

Assumem também uma parcela importante do PAM, as verbas destinadas ao apoio às entidades associativas de âmbito desportivo, cultural e recreativo, cívico, religioso e juvenis, IPSS's e à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Pombal.

Em 2017, a cultura volta a assumir-se à escala regional, com a integração das parcerias para implementação dos projectos “Destinos Medievais” e “Região de Leiria - Rede Cultural”

Também patente nos documentos previsionais do próximo quadriénio está a protecção do meio ambiente e conservação da natureza, através da continuidade dos projectos de sensibilização educativa e ambiental – ECO XXI, RIOS,; bem como de projectos de prevenção florestal destacando-se a Faixa de Gestão de combustível.

O estímulo à actividade económica é também um objectivo que consta deste orçamento, através da realização de acções que contribuam para a dinamização e promoção da actividade comercial, nomeadamente em épocas festivas, com acções de dinamização na zona comercial do centro histórico da cidade de Pombal. Continuará a promover-se, o apoio ao investidor e a dinamização de estratégias para o fomento da fixação de empresas no concelho de Pombal.

Destaque, vai ainda para a área social, para o Projecto AMPARHA e ainda para as políticas activas de Emprego e Formação Profissional e ainda para o orçamento participativo, no segundo ano da sua edição.

O histórico da actividade municipal na área da acção social prossegue em 2017 como um ano para tornar mais sólida a rede municipal de acção social, que conjuga as ofertas camarárias com a intervenção de um vasto conjunto de IPSS's que, pelo reforço da sua actividade e dos meios ao seu dispor, continuará a fazer do Concelho de Pombal, um dos municípios que possui uma melhor rede de acção social preparada para acudir cada vez melhor a quem tem menos meios ao seu dispor.



O Plano de Actividades Municipal (PAM), inclui também uma verba considerável destinada à recolha, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos urbanos, encargos de administrativos inerentes à distribuição de água, bem como à limpeza, manutenção de edifícios, infraestruturas e espaços municipais e ainda os encargos com a rede de transporte POMBUS, que conta actualmente com 4 linhas de transporte público ao serviço das populações dos lugares confinantes com a zona urbana da cidade de Pombal.

Igualmente previstos no PAM encontram-se os encargos com empréstimos bancários de médio longo prazo.

Relativamente à determinação de encargos com as amortizações de capital e juros, partiu-se das taxas de juro aplicáveis a cada empréstimo, vigentes para a próxima prestação, cujos montantes a inscrever no orçamento de 2017 se encontram no mapa de Empréstimos de Médio e Longo Prazo, que integra o conjunto dos documentos que constituem o orçamento.

8. Compromissos Plurianuais

Determina a alínea c) do nº 1 do Artº 6º da Lei 08/2012 de 21/02 (LCPA), alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de Março, que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal.

O Artº 12º do DL 127/2012 de 21/06, alterado e republicado pelo DL 99/2015 de 02/06, que regulamenta a LCPA, estabelece que para efeitos de aplicação dessa alínea acima referida, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente, poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Nestes termos, foi submetida proposta ao Órgão Executivo no sentido de deliberar solicitar ao Órgão Deliberativo, autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais ou a sua reprogramação, dos Projectos e Acções inscritos nas Grandes Opções do Plano, bem como, para a despesa corrente cujos encargos, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contracção e pelo prazo de execução de 3 anos, não excedam o limite de Eur. 99.759,58, estabelecido na alínea b) do nº1 do artº 22 do DL 197/99 de 08/06, de modo a agilizar a contratação da respectiva despesa plurianual.

No momento da elaboração do presente relatório, o Município tinha assumido compromissos para os anos seguintes, no valor total de Eur. 21.951.650,96.

9. Regras Orçamentais e de Dívida

9.1. Equilíbrio Corrente

No que diz respeito ao cumprimento das regras orçamentais previstas no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, conjugada com o artigo 83.º da mesma lei, o orçamento proposto cumpre com a referida norma, prevendo-se a geração de uma poupança corrente de Eur. **20.894.338,37**, conforme quadro abaixo:



		Eur.
Receita corrente	(a)	32.861.365,00
Despesa Corrente prevista:	(b)	11.162.716,00
Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo	(c)	804.310,63
Poupança Corrente	(d) = (a) - (b) - (c)	20.894.338,37

9.2. Dívida Total

O limite da dívida total dos municípios, estabelecida no n.º 1 do artigo 52ª da Lei 73/2013 de 03/09, corresponde a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (2013, 2014 e 2015). Para o Município de Pombal, o limite da dívida total estabelecido para 2016 é de Eur. 47.243.856,00, que resulta da média da receita cobrada líquida no valor de Eur. 31.495.904,13 vezes 1,5.

A dívida total do Município, reportada ao 3º Trimestre de 2016, resulta no montante de Eur. 6.444.122, que inclui o valor empréstimos de médio e longo prazo, todos os débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, bem como a dívida proveniente das entidades que relevam para efeitos de limite da dívida total, nos termos do Artº 54º da mesma Lei, conforme se demonstra no quadro seguinte, extraído da aplicação SIIAL da DGAL.

Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais e FAM
(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)	(6)=(3)-(4)-(5)
10.654.577	1.099	10.655.676	2.854.155	1.357.399	6.444.122

Prevê-se que o Município venha a manter, durante o ano de 2017, em termos de dívida total, uma folga aproximada à que hoje se verifica, caso os pressupostos de arrecadação de receita sigam o ritmo espectável e a execução de despesa tenha um ritmo em conformidade com o planeado.

10. Conclusão

No ano de 2017, manter-se-á a orientação da acção municipal para a prossecução das atribuições fundamentais, com capacidade de investimento, sem descurar a solidez financeira da gestão em sintonia com as populações e com as Juntas de Freguesia, verdadeiros parceiros de serviço público.

11. Proposta



- 11.1.** Que, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea c) e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugados com o n.º 1, do artigo 45.º e artigo 46 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal os documentos previsionais de gestão para o ano de 2017, a seguir discriminados, que instruem a presente proposta e desta são parte integrante como Anexos ao Orçamento Municipal de 2017.
- 11.2.** Que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a autorização para proceder à actualização do valor das taxas estabelecidas no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Pombal, em conformidade com o previsto no artigo 31.º do referido artigo, conjugado com o n.º 1 do artigo 9.º da Lei 53-E/2006 de 29 de Dezembro, de acordo com a taxa de inflação.
- 11.3.** Deverá ainda ponderar-se a proposta da Câmara do limite a estabelecer pela Assembleia Municipal, para efeitos de concessão de autorização genérica de isenções ou reduções para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

Pombal, 26 de Outubro de 2016

O Presidente da Câmara,

(Luis Diogo de Paiva Morão Alves Mateus, Dr.)



ANEXOS AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2017

- I. Resumo do Orçamento**
- II. Resumo das Receitas e das Despesas**
- III. Orçamento da Receita**
- IV. Orçamento da Despesa**
- V. Orçamento da Despesa com e sem Plano**
- VI. Resumo das Grandes Opções do Plano**
- VII. Resumo do Plano Plurianual de Investimentos**
- VIII. Resumo do Plano de Actividades Municipal**
- IX. Empréstimos a médio/longo prazo**
- X. Orçamento das entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo pelo Município de Pombal**
 - i. PMUGEST – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.**
- XI. Mapa das entidades participadas pelo Município**

RESUMO DO ORÇAMENTO

ENTIDADE MUNICÍPIO DE POMBAL
--

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	32.861.365,00	Correntes	11.162.716,00
De capital	4.670.901,00	De capital	26.369.550,00
Total	37.532.266,00	Total	37.532.266,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	37.532.266,00	Total Geral	37.532.266,00

Em ____ de _____ de ____ _____
--

Em ____ de _____ de ____ _____
--

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017

R E C E I T A S	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	9.700.795,00	25.8
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	154.976,00	0.4
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	454.737,00	1.2
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2.179.951,00	5.8
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.038.170,00	37.4
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	6.060.111,00	16.1
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	272.625,00	0.7
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	32.861.365,00	87.6
RECEITAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	644.725,00	1.7
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.019.647,00	10.7
11 ACTIVOS FINANCEIROS		
12 PASSIVOS FINANCEIROS		
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	737,00	0.0
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	4.665.109,00	12.4
OUTRAS RECEITAS		
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5.792,00	0.0
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	5.792,00	0.0
TOTAL GERAL	37.532.266,00	100.0

D E S P E S A S	MONTANTE	%
DESPESAS CORRENTES		
01 DESPESAS COM O PESSOAL	8.254.590,00	22.0
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.263.276,00	6.0
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	13.000,00	0.0
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	558.300,00	1.5
05 SUBSÍDIOS	40.000,00	0.1
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.550,00	0.1
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	11.162.716,00	29.7
DESPESAS DE CAPITAL		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	25.934.500,00	69.1
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	324.000,00	0.9
09 ACTIVOS FINANCEIROS	1.000,00	0.0
10 PASSIVOS FINANCEIROS	110.000,00	0.3
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	50,00	0.0
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	26.369.550,00	70.3
TOTAL GERAL	37.532.266,00	100.0

ENTIDADE MUNICIPIO DE POMBAL	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
---------------------------------	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	R E C E I T A S C O R R E N T E S	32.861.365,00
01	IMPOSTOS DIRECTOS	9.700.795,00
01.02	OUTROS	9.700.795,00
01.02.02	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	6.207.776,00
01.02.03	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	1.289.496,00
01.02.04	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANS. ONEROSAS DE IMÓVEIS	1.430.995,00
01.02.05	DERRAMA	772.528,00
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	154.976,00
02.02	OUTROS	154.976,00
02.02.06	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	154.976,00
02.02.06.01	Mercados e Feiras	334,00
02.02.06.02	Loteamento e Obras	88.942,00
02.02.06.03	Ocupação de Via Pública	11.037,00
02.02.06.05	Publicidade	2.205,00
02.02.06.06	Saneamento	995,00
02.02.06.99	Outros	51.463,00
02.02.06.99.01	Tx Municipal de direitos de passagem	8.496,00
02.02.06.99.02	Tx de deposito da ficha técnica de habitação	31,00
02.02.06.99.99	Outros	42.936,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	454.737,00
04.01	TAXAS	327.097,00
04.01.23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	327.097,00
04.01.23.02	Loteamento e Obras	215.076,00
04.01.23.05	Caça, Uso e Porte de Arma	373,00
04.01.23.99	Outras	111.648,00
04.01.23.99.01	Tx de deposito da ficha técnica de habitação	163,00
04.01.23.99.02	Taxa pela emissão do certificado de registo	985,00
04.01.23.99.99	Outras	110.500,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	127.640,00
04.02.01	JUROS DE MORA	88.858,00
04.02.02	JUROS COMPENSATÓRIOS	20.172,00
04.02.04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES	10.373,00
04.02.99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	8.237,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2.179.951,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	4.517,00
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	4.517,00
05.07	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	81.910,00
05.07.03	EMPRESAS PRIVADAS	81.910,00
05.10	RENDAS	2.093.524,00
05.10.02	ACTIVOS NO SUBSOLO	54.123,00
05.10.04	EDIFÍCIOS	683,00
05.10.99	Outros	2.038.718,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.038.170,00
06.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	104.895,00
06.01.02	PRIVADAS	104.895,00
06.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	16.017,00
06.02.02	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	16.017,00
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	13.917.208,00
06.03.01	ESTADO	12.480.997,00
06.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	10.442.645,00
06.03.01.02	Fundo Social Municipal	833.948,00
06.03.01.03	Participação variável no IRS	1.204.404,00
06.03.06	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	126.258,00
06.03.06.01	Fundo Social Europeu	126.258,00
06.03.07	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	1.284.037,00
06.03.09	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - SUBSISTEMA DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA E POLÍTICAS ACTIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	25.916,00
06.08	FAMÍLIAS	50,00

ENTIDADE MUNICIPIO DE POMBAL	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
---------------------------------	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 2

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E
06.08.01	FAMÍLIAS	50,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	6.060.111,00
07.01	VENDA DE BENS	2.527.230,00
07.01.06	PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS	3.207,00
07.01.07	PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS	59.769,00
07.01.10	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	1.330,00
07.01.10.01	Sucata	1.330,00
07.01.11	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	2.436.779,00
07.01.11.03	Água	2.436.779,00
07.01.99	OUTROS	26.145,00
07.02	SERVIÇOS	3.390.770,00
07.02.01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	50,00
07.02.07	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	38.260,00
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DE DESPORTO	122.152,00
07.02.08.03	Serviços Culturais	21.095,00
07.02.08.03.99	Outros	21.095,00
07.02.08.04	Serviços Desportivos	101.057,00
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	3.230.308,00
07.02.09.01	Saneamento	839.127,00
07.02.09.02	Resíduos Sólidos	1.558.578,00
07.02.09.03	TRANSPORTES COLECTIVOS DE PESSOAS E MERCADORIAS	73.129,00
07.02.09.03.02	Transportes escolares	31.082,00
07.02.09.03.03	Transportes de pessoas e mercadorias	42.047,00
07.02.09.04	Trabalhos por Conta de Particulares	557.628,00
07.02.09.05	Cemitérios	66.729,00
07.02.09.06	Mercados e Feiras	88.796,00
07.02.09.07	Parques de Estacionamento	50,00
07.02.09.99	Outros	46.271,00
07.03	RENDAS	142.111,00
07.03.01	HABITAÇÕES	37.668,00
07.03.02	EDIFÍCIOS	104.443,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	272.625,00
08.01	OUTRAS	255.689,00
08.01.99	OUTRAS	255.689,00
08.01.99.01	Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais	1.462,00
08.01.99.02	Indemnizações de estragos provocados por outrém em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às autarquias locais	5.933,00
08.01.99.03	IVA reembolsado	195.321,00
08.01.99.99	Diversas	52.973,00
08.02	SUBSÍDIOS	16.936,00
08.02.09	Segurança Social	16.936,00
	R E C E I T A S D E C A P I T A L	4.665.109,00
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	644.725,00
09.01	TERRENOS	644.725,00
09.01.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	644.725,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.019.647,00
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3.984.433,00
10.03.01	ESTADO	1.160.294,00
10.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.160.294,00
10.03.07	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	2.653.845,00
10.03.07.01	Feder	2.161.312,00
10.03.07.03	Fundo de Coesão	492.533,00
10.03.08	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	170.294,00
10.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	35.214,00
10.05.01	CONTINENTE	35.214,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	737,00
13.01	OUTRAS	737,00
13.01.01	INDEMNIZAÇÕES	737,00
	O U T R A S R E C E I T A S	5.792,00

ENTIDADE MUNICIPIO DE POMBAL	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
---------------------------------	----------------------	----------------------------------

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5.792,00
15.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5.792,00
15.01.01	Reposições não abatidas nos pagamentos	5.792,00
TOTAL DAS RECEITAS		37.532.266,00

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

ENTIDADE MUNICIPIO DE POMBAL	ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
---------------------------------	--	----------------------------------

PÁGINA : 1

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	D E S I G N A Ç ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	15.350,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		15.350,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		13.100,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		13.100,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		13.100,00
	01.02.13.02	Outros		13.100,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		2.250,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		250,00
	02.01.21	OUTROS BENS		250,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		2.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		2.000,00
02		CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	37.516.916,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		11.147.366,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		8.241.490,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		6.377.393,00
	01.01.01	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		250.569,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		4.104.735,00
	01.01.04.01	Pessoal em Funções		4.026.135,00
	01.01.04.02	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório		50,00
	01.01.04.03	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório		50,00
	01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho		78.500,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		87.010,00
	01.01.06.01	Pessoal em Funções		78.510,00
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho		8.500,00
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		347.000,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		4.500,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		121.780,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		70.715,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		476.828,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL		823.510,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		90.746,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		149.786,00
	01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		112.856,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		5.519,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		19.045,00
	01.02.10	SUBSIDIO DE TRABALHO NOCTURNO		6.015,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		100,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		6.051,00
	01.02.13.02	Outros		6.051,00
	01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		100,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		1.714.311,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		80.000,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		100,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		24.871,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		4.758,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		1.422.482,00
	01.03.05.01	Assistência na doença dos Funcionários Públicos (ADSE)		95.705,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		1.324.637,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	D E S I G N A Ç ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações		777.924,00
	01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral		546.713,00
	01.03.05.03	Outros		2.140,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		500,00
	01.03.08	OUTRAS PENSÕES		36.500,00
	01.03.09	SEGUROS		135.000,00
	01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais		135.000,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		10.100,00
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção		10.000,00
	01.03.10.99	Outras despesas de segurança social		100,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		2.261.026,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		329.700,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		5.000,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		125.400,00
	02.01.02.01	Gasolina		10.400,00
	02.01.02.02	Gasóleo		110.000,00
	02.01.02.99	Outros		5.000,00
	02.01.03	MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS		50,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		5.000,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO - REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		50,00
	02.01.06	ALIMENTAÇÃO - GÉNEROS PARA CONFECCIONAR		36.800,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		2.500,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		5.000,00
	02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		50,00
	02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO		4.000,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE - PEÇAS		5.000,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL - PEÇAS		1.000,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		4.000,00
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA		10.000,00
	02.01.16.01	Água		5.000,00
	02.01.16.03	Outras		5.000,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		1.000,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		50,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		700,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		1.700,00
	02.01.21	OUTROS BENS		122.400,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1.931.326,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		405.000,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		51.400,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		8.470,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		15.000,00
	02.02.05	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA		15.000,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		300,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		110.000,00
	02.02.10	TRANSPORTES		175.000,00
	02.02.10.01	Transportes Escolares		170.000,00
	02.02.10.03	Portagens e Outros		5.000,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		3.100,00
	02.02.12	SEGUROS		50.000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		300,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		35.500,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		2.000,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		4.550,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		18.000,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		60.000,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		15.000,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		295.000,00
	02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE		10.000,00
	02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS		50.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		607.706,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		13.000,00
	03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		11.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	D E S I G N A Ç ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		10.000,00
	03.01.03.02	Empréstimos de Médio e Longo Prazos		10.000,00
	03.01.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		1.000,00
	03.02	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DIVIDA PUBLICA		500,00
	03.02.01	DESPESAS DIVERSAS		500,00
	03.05	OUTROS JUROS		1.500,00
	03.05.02	OUTROS		1.500,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		558.300,00
	04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		2.500,00
	04.03.05	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		2.500,00
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		191.300,00
	04.05.01	CONTINENTE		191.300,00
	04.05.01.02	Freguesias		161.300,00
	04.05.01.04	Associações de municípios		30.000,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		83.000,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		83.000,00
	04.08	FAMÍLIAS		281.500,00
	04.08.02	OUTRAS		281.500,00
	05	SUBSÍDIOS		40.000,00
	05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		20.000,00
	05.01.01	PÚBLICAS		20.000,00
	05.01.01.01	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais		10.000,00
	05.01.01.02	Outras		10.000,00
	05.08	FAMÍLIAS		20.000,00
	05.08.03	Outras		20.000,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		33.550,00
	06.02	DIVERSAS		33.550,00
	06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS		25.000,00
	06.02.03	OUTRAS		8.550,00
	06.02.03.01	Outras Restituições		5.000,00
	06.02.03.02	IVA Pago		50,00
	06.02.03.04	Serviços Bancários		1.000,00
	06.02.03.05	Outras		2.500,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		26.369.550,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		25.934.500,00
	07.01	INVESTIMENTOS		9.917.000,00
	07.01.01	TERRENOS		73.000,00
	07.01.02	HABITAÇÕES		30.000,00
	07.01.02.03	Reparação e Beneficiação		30.000,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		7.645.000,00
	07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		127.000,00
	07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		38.000,00
	07.01.03.03	MERCADOS E INSTAL. DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA		4.000,00
	07.01.03.05	ESCOLAS		4.811.000,00
	07.01.03.07	OUTROS		2.665.000,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		997.000,00
	07.01.04.03	ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS		15.000,00
	07.01.04.05	PARQUES E JARDINS		10.000,00
	07.01.04.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		856.000,00
	07.01.04.07	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		110.000,00
	07.01.04.13	OUTROS		6.000,00
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTE		90.000,00
	07.01.06.01	RECOLHA DE RESÍDUOS		35.000,00
	07.01.06.02	OUTRO		55.000,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		8.000,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		31.500,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		37.000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		473.000,00
	07.01.10.01	EQUIPAMENTO DE RECOLHA DE RESÍDUOS		14.500,00
	07.01.10.02	OUTRO		458.500,00
	07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		2.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	D E S I G N A Ç ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	07.01.12	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR		1.500,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		529.000,00
	07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		16.017.500,00
	07.03.02	EDIFÍCIOS		2.000,00
	07.03.02.03	MERCADOS E INSTAL. DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA		2.000,00
	07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS		16.015.500,00
	07.03.03.01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		5.750.000,00
	07.03.03.02	SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS		3.305.000,00
	07.03.03.04	ILUMINAÇÃO PÚBLICA		50.000,00
	07.03.03.05	PARQUES E JARDINS		514.000,00
	07.03.03.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		1.000,00
	07.03.03.07	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		315.000,00
	07.03.03.08	VIAÇÃO RURAL		5.721.000,00
	07.03.03.09	SINALIZAÇÃO E TRANSITO		21.000,00
	07.03.03.10	INFRAESTR. P/ DISTRIB. DE ENERGIA ELÉCTRICA		21.000,00
	07.03.03.12	CEMITÉRIOS		56.000,00
	07.03.03.13	OUTROS		261.500,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		324.000,00
	08.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		146.000,00
	08.03.06	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		146.000,00
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		138.000,00
	08.05.01	CONTINENTE		138.000,00
	08.05.01.02	Freguesias		136.000,00
	08.05.01.04	Associações de municípios		2.000,00
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		40.000,00
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		40.000,00
	09	ACTIVOS FINANCEIROS		1.000,00
	09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		1.000,00
	09.08.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS		1.000,00
	10	PASSIVOS FINANCEIROS		110.000,00
	10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		105.000,00
	10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		100.000,00
	10.06.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		5.000,00
	10.07	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS		5.000,00
	10.07.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO		5.000,00
	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		50,00
	11.02	DIVERSAS		50,00
	11.02.01	RESTITUIÇÕES		50,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS				37.532.266,00

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

ENTIDADE MUNICIPIO DE POMBAL	ORÇAMENTO DA DESPESA (Com e Sem Plano)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
---------------------------------	---	----------------------------------

PÁGINA : 1

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			D O T A Ç Õ E S		M O N T A N T E
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	15.350,00		15.350,00
		D E S P E S A S C O R R E N T E S	15.350,00		15.350,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	13.100,00		13.100,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	13.100,00		13.100,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS	13.100,00		13.100,00
	01.02.13.02	Outros	13.100,00		13.100,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.250,00		2.250,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	250,00		250,00
	02.01.21	OUTROS BENS	250,00		250,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	2.000,00		2.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS	2.000,00		2.000,00
02		CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	9.275.116,00	28.241.800,00	37.516.916,00
		D E S P E S A S C O R R E N T E S	9.275.066,00	1.872.300,00	11.147.366,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	8.157.990,00	83.500,00	8.241.490,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	6.360.393,00	17.000,00	6.377.393,00
	01.01.01	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	250.569,00		250.569,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	4.104.735,00		4.104.735,00
	01.01.04.01	Pessoal em Funções	4.026.135,00		4.026.135,00
	01.01.04.02	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	50,00		50,00
	01.01.04.03	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	50,00		50,00
	01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	78.500,00		78.500,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	87.010,00		87.010,00
	01.01.06.01	Pessoal em Funções	78.510,00		78.510,00
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	8.500,00		8.500,00
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	330.000,00	17.000,00	347.000,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	4.500,00		4.500,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	121.780,00		121.780,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO	70.715,00		70.715,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	476.828,00		476.828,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL	823.510,00		823.510,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	90.746,00		90.746,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	149.786,00		149.786,00
	01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	100,00		100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	112.856,00		112.856,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	5.519,00		5.519,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS	19.045,00		19.045,00
	01.02.10	SUBSIDIO DE TRABALHO NOCTURNO	6.015,00		6.015,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	100,00		100,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS	6.051,00		6.051,00
	01.02.13.02	Outros	6.051,00		6.051,00
	01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	100,00		100,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL	1.647.811,00	66.500,00	1.714.311,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE	50.000,00	30.000,00	80.000,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE	100,00		100,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	24.871,00		24.871,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	4.758,00		4.758,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	1.422.482,00		1.422.482,00
	01.03.05.01	Assistência na doença dos Funcionários Públicos (ADSE)	95.705,00		95.705,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)	1.324.637,00		1.324.637,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			D O T A Ç Õ E S		M O N T A N T E
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç ã O	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
ORGÂNICA	ECONÓMICA				
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	777.924,00		777.924,00
	01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral	546.713,00		546.713,00
	01.03.05.03	Outros	2.140,00		2.140,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	500,00		500,00
	01.03.08	OUTRAS PENSÕES		36.500,00	36.500,00
	01.03.09	SEGUROS	135.000,00		135.000,00
	01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	135.000,00		135.000,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	10.100,00		10.100,00
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção	10.000,00		10.000,00
	01.03.10.99	Outras despesas de segurança social	100,00		100,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.082.526,00	1.178.500,00	2.261.026,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	215.800,00	113.900,00	329.700,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	5.000,00		5.000,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	115.400,00	10.000,00	125.400,00
	02.01.02.01	Gasolina	10.400,00		10.400,00
	02.01.02.02	Gasóleo	100.000,00	10.000,00	110.000,00
	02.01.02.99	Outros	5.000,00		5.000,00
	02.01.03	MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS	50,00		50,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE	5.000,00		5.000,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO - REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	50,00		50,00
	02.01.06	ALIMENTAÇÃO - GÉNEROS PARA CONFECCIONAR	36.800,00		36.800,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	2.500,00		2.500,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	5.000,00		5.000,00
	02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	50,00		50,00
	02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	4.000,00		4.000,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE - PEÇAS	5.000,00		5.000,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL - PEÇAS	1.000,00		1.000,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	2.500,00	1.500,00	4.000,00
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA	10.000,00		10.000,00
	02.01.16.01	Água	5.000,00		5.000,00
	02.01.16.03	Outras	5.000,00		5.000,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.000,00		1.000,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	50,00		50,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	700,00		700,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	1.700,00		1.700,00
	02.01.21	OUTROS BENS	20.000,00	102.400,00	122.400,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	866.726,00	1.064.600,00	1.931.326,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	400.000,00	5.000,00	405.000,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE	900,00	50.500,00	51.400,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	8.470,00		8.470,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	10.000,00	5.000,00	15.000,00
	02.02.05	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA	5.000,00	10.000,00	15.000,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	300,00		300,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES	100.000,00	10.000,00	110.000,00
	02.02.10	TRANSPORTES	5.000,00	170.000,00	175.000,00
	02.02.10.01	Transportes Escolares		170.000,00	170.000,00
	02.02.10.03	Portagens e Outros	5.000,00		5.000,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	3.100,00		3.100,00
	02.02.12	SEGUROS	50.000,00		50.000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	300,00		300,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	15.000,00	20.500,00	35.500,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		2.000,00	2.000,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	50,00	4.500,00	4.550,00
	02.02.17	PUBLICIDADE	2.500,00	15.500,00	18.000,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	20.000,00	40.000,00	60.000,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	5.000,00	10.000,00	15.000,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	10.000,00	285.000,00	295.000,00
	02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE		10.000,00	10.000,00
	02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	50.000,00		50.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS	181.106,00	426.600,00	607.706,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	1.000,00	12.000,00	13.000,00
	03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		11.000,00	11.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			D O T A Ç Õ E S		M O N T A N T E
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	D E S I G N A Ç ã O	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
	03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		10.000,00	10.000,00
	03.01.03.02	Empréstimos de Médio e Longo Prazos		10.000,00	10.000,00
	03.01.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		1.000,00	1.000,00
	03.02	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DIVIDA PUBLICA		500,00	500,00
	03.02.01	DESPESAS DIVERSAS		500,00	500,00
	03.05	OUTROS JUROS	1.000,00	500,00	1.500,00
	03.05.02	OUTROS	1.000,00	500,00	1.500,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		558.300,00	558.300,00
	04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		2.500,00	2.500,00
	04.03.05	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		2.500,00	2.500,00
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		191.300,00	191.300,00
	04.05.01	CONTINENTE		191.300,00	191.300,00
	04.05.01.02	Freguesias		161.300,00	161.300,00
	04.05.01.04	Associações de municípios		30.000,00	30.000,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		83.000,00	83.000,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		83.000,00	83.000,00
	04.08	FAMÍLIAS		281.500,00	281.500,00
	04.08.02	OUTRAS		281.500,00	281.500,00
	05	SUBSÍDIOS		40.000,00	40.000,00
	05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		20.000,00	20.000,00
	05.01.01	PÚBLICAS		20.000,00	20.000,00
	05.01.01.01	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais		10.000,00	10.000,00
	05.01.01.02	Outras		10.000,00	10.000,00
	05.08	FAMÍLIAS		20.000,00	20.000,00
	05.08.03	Outras		20.000,00	20.000,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.550,00		33.550,00
	06.02	DIVERSAS	33.550,00		33.550,00
	06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS	25.000,00		25.000,00
	06.02.03	OUTRAS	8.550,00		8.550,00
	06.02.03.01	Outras Restituições	5.000,00		5.000,00
	06.02.03.02	IVA Pago	50,00		50,00
	06.02.03.04	Serviços Bancários	1.000,00		1.000,00
	06.02.03.05	Outras	2.500,00		2.500,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L	50,00	26.369.500,00	26.369.550,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		25.934.500,00	25.934.500,00
	07.01	INVESTIMENTOS		9.917.000,00	9.917.000,00
	07.01.01	TERRENOS		73.000,00	73.000,00
	07.01.02	HABITAÇÕES		30.000,00	30.000,00
	07.01.02.03	Reparação e Beneficiação		30.000,00	30.000,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		7.645.000,00	7.645.000,00
	07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		127.000,00	127.000,00
	07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		38.000,00	38.000,00
	07.01.03.03	MERCADOS E INSTAL. DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA		4.000,00	4.000,00
	07.01.03.05	ESCOLAS		4.811.000,00	4.811.000,00
	07.01.03.07	OUTROS		2.665.000,00	2.665.000,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		997.000,00	997.000,00
	07.01.04.03	ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS		15.000,00	15.000,00
	07.01.04.05	PARQUES E JARDINS		10.000,00	10.000,00
	07.01.04.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		856.000,00	856.000,00
	07.01.04.07	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		110.000,00	110.000,00
	07.01.04.13	OUTROS		6.000,00	6.000,00
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTE		90.000,00	90.000,00
	07.01.06.01	RECOLHA DE RESÍDUOS		35.000,00	35.000,00
	07.01.06.02	OUTRO		55.000,00	55.000,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		8.000,00	8.000,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		31.500,00	31.500,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		37.000,00	37.000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		473.000,00	473.000,00
	07.01.10.01	EQUIPAMENTO DE RECOLHA DE RESÍDUOS		14.500,00	14.500,00
	07.01.10.02	OUTRO		458.500,00	458.500,00
	07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		2.000,00	2.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			D O T A Ç Õ E S		M O N T A N T E
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	D E S I G N A Ç ã O	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
	07.01.12	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR		1.500,00	1.500,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		529.000,00	529.000,00
	07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		16.017.500,00	16.017.500,00
	07.03.02	EDIFÍCIOS		2.000,00	2.000,00
	07.03.02.03	MERCADOS E INSTAL. DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA		2.000,00	2.000,00
	07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS		16.015.500,00	16.015.500,00
	07.03.03.01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		5.750.000,00	5.750.000,00
	07.03.03.02	SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS		3.305.000,00	3.305.000,00
	07.03.03.04	ILUMINAÇÃO PÚBLICA		50.000,00	50.000,00
	07.03.03.05	PARQUES E JARDINS		514.000,00	514.000,00
	07.03.03.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		1.000,00	1.000,00
	07.03.03.07	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		315.000,00	315.000,00
	07.03.03.08	VIAÇÃO RURAL		5.721.000,00	5.721.000,00
	07.03.03.09	SINALIZAÇÃO E TRANSITO		21.000,00	21.000,00
	07.03.03.10	INFRAESTR. P/ DISTRIB. DE ENERGIA ELÉCTRICA		21.000,00	21.000,00
	07.03.03.12	CEMITÉRIOS		56.000,00	56.000,00
	07.03.03.13	OUTROS		261.500,00	261.500,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		324.000,00	324.000,00
	08.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		146.000,00	146.000,00
	08.03.06	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		146.000,00	146.000,00
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		138.000,00	138.000,00
	08.05.01	CONTINENTE		138.000,00	138.000,00
	08.05.01.02	Freguesias		136.000,00	136.000,00
	08.05.01.04	Associações de municípios		2.000,00	2.000,00
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		40.000,00	40.000,00
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		40.000,00	40.000,00
	09	ACTIVOS FINANCEIROS		1.000,00	1.000,00
	09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		1.000,00	1.000,00
	09.08.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS		1.000,00	1.000,00
	10	PASSIVOS FINANCEIROS		110.000,00	110.000,00
	10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		105.000,00	105.000,00
	10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		100.000,00	100.000,00
	10.06.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		5.000,00	5.000,00
	10.07	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS		5.000,00	5.000,00
	10.07.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO		5.000,00	5.000,00
	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	50,00		50,00
	11.02	DIVERSAS	50,00		50,00
	11.02.01	RESTITUIÇÕES	50,00		50,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS			9.290.466,00	28.241.800,00	37.532.266,00

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

OBJECTIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
				ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020	OUTROS	
1.	FUNÇÕES GERAIS	4.672.461,24		1.273.250,00	1.273.250,00		2.606.750,00	876.750,00	580.750,00		10.009.961,24
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.093.615,17		1.215.500,00	1.215.500,00		2.084.500,00	634.500,00	363.500,00		8.391.615,17
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.093.615,17		1.215.500,00	1.215.500,00		2.084.500,00	634.500,00	363.500,00		8.391.615,17
1.1.1.1.	EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS	2.876.169,40		1.043.000,00	1.043.000,00		856.000,00	261.000,00	206.000,00		5.242.169,40
1.1.1.2.	MATERIAL DE TRANSPORTE E EQUIPAMENTO BÁSICO	958.209,44		133.500,00	133.500,00		1.177.000,00	322.000,00	106.000,00		2.696.709,44
1.1.1.5.	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E NOVAS TECNOLOGIAS	90.842,35		23.500,00	23.500,00		31.500,00	31.500,00	31.500,00		208.842,35
1.1.1.6.	COMUNICAÇÃO, EVENTOS MUNICIPAIS E ACTIVIDADES PROTOCOLARES	168.393,98		15.500,00	15.500,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		243.893,98
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	578.846,07		57.750,00	57.750,00		522.250,00	242.250,00	217.250,00		1.618.346,07
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	578.846,07		57.750,00	57.750,00		522.250,00	242.250,00	217.250,00		1.618.346,07
1.2.1.1.	SEGURANÇA PÚBLICA	3.434,57		19.500,00	19.500,00		311.000,00	6.000,00	6.000,00		345.934,57
1.2.1.3.	BOMBEIROS	573.822,40		35.500,00	35.500,00		207.500,00	207.500,00	207.500,00		1.231.822,40
1.2.1.4.	PROTECÇÃO CIVIL	1.589,10		2.750,00	2.750,00		3.750,00	28.750,00	3.750,00		40.589,10
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	23.779.937,33		18.327.050,00	18.327.050,00		44.655.500,00	11.510.500,00	5.269.500,00		103.542.487,33
2.1.	EDUCAÇÃO	6.365.940,90		5.597.000,00	5.597.000,00		7.598.500,00	3.038.500,00	3.033.500,00		25.633.440,90
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	2.380.622,66		5.170.500,00	5.170.500,00		5.047.000,00	487.000,00	482.000,00		13.567.122,66
2.1.1.1.	ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO BÁSICO	437.445,42		244.000,00	244.000,00		623.500,00	178.500,00	173.500,00		1.656.945,42
2.1.1.3.	MANUTENÇÃO CORRENTE DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES	133.404,23		47.000,00	47.000,00		67.000,00	67.000,00	67.000,00		381.404,23
2.1.1.4.	ENSINO TECNOLÓGICO E PROFISSIONAL	111.012,54		1.000,00	1.000,00		10.000,00				122.012,54
2.1.1.5.	ENSINO INTEGRADO JI/EB	1.600.442,53		4.807.500,00	4.807.500,00		4.241.500,00	136.500,00	136.500,00		10.922.442,53
2.1.1.6.	ACTIVIDADES DA EDUCAÇÃO	98.317,94		71.000,00	71.000,00		105.000,00	105.000,00	105.000,00		484.317,94
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	3.985.318,24		426.500,00	426.500,00		2.551.500,00	2.551.500,00	2.551.500,00		12.066.318,24
2.1.2.1.	COMPONENTE SOCIOEDUCATIVA	1.491.062,27		196.500,00	196.500,00		1.171.500,00	1.171.500,00	1.171.500,00		5.202.062,27
2.1.2.2.	APOIO SOCIAL ESCOLAR	235.253,67		60.000,00	60.000,00		220.000,00	220.000,00	220.000,00		955.253,67
2.1.2.3.	TRANSPORTES ESCOLARES	2.259.002,30		170.000,00	170.000,00		1.160.000,00	1.160.000,00	1.160.000,00		5.909.002,30
2.2.	SAÚDE	207.297,52		11.000,00	11.000,00		25.000,00	30.000,00	25.000,00		298.297,52
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	207.297,52		11.000,00	11.000,00		25.000,00	30.000,00	25.000,00		298.297,52
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	887.338,76		240.500,00	240.500,00		322.500,00	217.500,00	217.500,00		1.885.338,76
2.3.1.	SEGURANÇA SOCIAL	115.535,92		41.500,00	41.500,00		41.500,00	41.500,00	41.500,00		281.535,92
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	771.802,84		199.000,00	199.000,00		281.000,00	176.000,00	176.000,00		1.603.802,84
2.3.2.1.	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS PARA FINS DE ACÇÃO SOCIAL			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
2.3.2.2.	PARTICIP.EM PARCERIA, CANDID.E APOIOS A ASSOC.C/E FINS SOCIAIS	15.000,00		14.500,00	14.500,00		14.500,00	14.500,00	14.500,00		73.000,00
2.3.2.3.	APOIO Á CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE EDIFÍCIOS DE I.P.S.S.	466.532,90		20.500,00	20.500,00		165.500,00	60.500,00	60.500,00		773.532,90
2.3.2.4.	SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL	290.269,94		162.000,00	162.000,00		100.000,00	100.000,00	100.000,00		752.269,94
2.3.2.8.	DEFESA DO CONSUMIDOR			1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	11.097.066,62		10.973.500,00	10.973.500,00		32.430.000,00	6.497.000,00	1.135.000,00		62.132.566,62
2.4.1.	HABITAÇÃO	70.847,68		30.000,00	30.000,00		35.000,00	40.000,00	35.000,00		210.847,68
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	3.330.074,96		5.543.500,00	5.543.500,00		10.908.500,00	278.500,00	278.500,00		20.339.074,96
2.4.2.1.	PLANEAMENTO URBANÍSTICO	3.863,43		4.000,00	4.000,00		16.000,00	16.000,00	16.000,00		55.863,43
2.4.2.2.	VALORIZAÇÃO URBANÍSTICA	3.326.211,53		5.539.500,00	5.539.500,00		10.892.500,00	262.500,00	262.500,00		20.283.211,53
2.4.3.	SANEAMENTO	2.305.209,75		3.381.000,00	3.381.000,00		16.131.000,00	3.326.000,00	221.000,00		25.364.209,75
2.4.3.1.	BACIAS E REDES DE SANEAMENTO	2.305.209,75		3.381.000,00	3.381.000,00		16.131.000,00	3.326.000,00	221.000,00		25.364.209,75
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE AGUA	1.210.236,06		1.177.500,00	1.177.500,00		3.136.000,00	1.481.000,00	481.000,00		7.485.736,06
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	1.710.335,45		121.500,00	121.500,00		35.000,00	35.000,00	35.000,00		1.936.835,45
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERV. DA NATUREZA	2.470.362,72		720.000,00	720.000,00		2.184.500,00	1.336.500,00	84.500,00		6.795.862,72
A TRANSPORTAR ...		20.759.742,32		17.375.250,00	17.375.250,00		40.798.250,00	9.323.250,00	4.907.250,00		93.163.742,32

OBJECTIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
				ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020	OUTROS	
A TRANSPORTAR ...		20.759.742,32		17.375.250,00	17.375.250,00		40.798.250,00	9.323.250,00	4.907.250,00		93.163.742,32
2.4.6.1.	JARDINS E ARBORIZAÇÃO	41.516,24		493.000,00	493.000,00		114.000,00	14.000,00	14.000,00		676.516,24
2.4.6.2.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE	424.228,63		64.500,00	64.500,00		306.000,00	57.000,00	56.000,00		907.728,63
2.4.6.3.	HIGIENE PÚBLICA	1.927.745,79		106.500,00	106.500,00		753.500,00	753.500,00	3.500,00		3.544.745,79
2.4.6.4.	CEMITÉRIOS E EDIFÍCIOS CEMETERIAIS	76.872,06		56.000,00	56.000,00		1.011.000,00	512.000,00	11.000,00		1.666.872,06
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	5.222.293,53		1.505.050,00	1.505.050,00		4.279.500,00	1.727.500,00	858.500,00		13.592.843,53
2.5.1.	CULTURA	1.849.399,96		467.250,00	467.250,00		1.416.000,00	964.000,00	95.000,00		4.791.649,96
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	2.956.800,80		1.011.800,00	1.011.800,00		2.488.000,00	688.000,00	688.000,00		7.832.600,80
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	416.092,77		26.000,00	26.000,00		375.500,00	75.500,00	75.500,00		968.592,77
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	7.677.270,87		8.152.000,00	8.152.000,00		8.812.200,00	6.275.200,00	1.925.160,00	23.660,00	32.865.490,87
3.1.	AGRICULTURA, PECUARIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	167.293,14		173.500,00	173.500,00		372.000,00	372.000,00	369.500,00		1.454.293,14
3.1.1.	FOMENTO AGRÍCOLA	37.214,00		4.000,00	4.000,00		22.000,00	22.000,00	22.000,00		107.214,00
3.1.2.	PLANEAMENTO E PREVENÇÃO DA FLORESTA	130.079,14		169.500,00	169.500,00		350.000,00	350.000,00	347.500,00		1.347.079,14
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	1.003.013,96		202.500,00	202.500,00		3.610.700,00	1.225.700,00	195.660,00	23.660,00	6.261.233,96
3.2.1.	GESTÃO ENERGÉTICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	803.368,28		106.000,00	106.000,00		1.583.700,00	153.700,00	123.660,00	23.660,00	2.794.088,28
3.2.2.	PARQUES INDUSTRIAIS	199.645,68		96.000,00	96.000,00		2.027.000,00	1.072.000,00	72.000,00		3.466.645,68
3.2.3.	FOMENTO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS			500,00	500,00						500,00
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	4.720.533,72		6.054.500,00	6.054.500,00		4.210.500,00	3.740.500,00	1.229.500,00		19.955.533,72
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	4.720.533,72		6.054.500,00	6.054.500,00		4.210.500,00	3.740.500,00	1.229.500,00		19.955.533,72
3.3.1.1.	REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO	4.712.972,52		6.049.000,00	6.049.000,00		4.205.000,00	3.734.000,00	1.224.000,00		19.924.972,52
3.3.1.2.	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	7.561,20		5.500,00	5.500,00		5.500,00	6.500,00	5.500,00		30.561,20
3.4.	COMERCIO E TURISMO	1.786.430,05		1.721.500,00	1.721.500,00		619.000,00	937.000,00	130.500,00		5.194.430,05
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	902.830,34		14.000,00	14.000,00		20.500,00	20.500,00	20.500,00		978.330,34
3.4.2.	TURISMO	883.599,71		1.707.500,00	1.707.500,00		598.500,00	916.500,00	110.000,00		4.216.099,71
4.	OUTRAS FUNÇÕES	8.856.887,67		489.500,00	489.500,00		2.742.800,00	2.722.800,00	2.725.300,00	246.800,00	17.784.087,67
4.1.	OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA	2.715.897,00		117.000,00	117.000,00		841.000,00	821.000,00	821.000,00		5.315.897,00
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	5.719.790,67		371.500,00	371.500,00		1.655.000,00	1.655.000,00	1.655.000,00		11.056.290,67
4.2.2.	OUTROS APOIOS CONCEDIDOS	200.627,68		20.000,00	20.000,00		55.000,00	55.000,00	55.000,00		385.627,68
4.2.3.	COMPARTICIPAÇÕES EM ASSOCIAÇÕES INTERMUNICIPAIS, PARCERIAS E QUOTIZAÇÕES	213.814,69		32.000,00	32.000,00		47.000,00	47.000,00	47.000,00		386.814,69
4.2.4.	TRANSFERÊNCIAS P/ A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	427.046,44		32.500,00	32.500,00		157.000,00	157.000,00	157.000,00		930.546,44
4.2.5.	CONTRATOS, ACORDOS E OUTROS APOIOS E TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS	4.878.301,86		287.000,00	287.000,00		1.396.000,00	1.396.000,00	1.396.000,00		9.353.301,86
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	421.200,00		1.000,00	1.000,00		246.800,00	246.800,00	249.300,00	246.800,00	1.411.900,00
4.3.1.	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES, ASSOCIAÇÕES E S.EMPRESARIAL LOCAL	421.200,00		1.000,00	1.000,00		246.800,00	246.800,00	249.300,00	246.800,00	1.411.900,00
TOTAL GERAL ...		44.986.557,11		28.241.800,00	28.241.800,00		58.817.250,00	21.385.250,00	10.500.710,00	270.460,00	164.202.027,11

OBJECTIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
				ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020	OUTROS	
1.	FUNÇÕES GERAIS	3.839.402,51		1.196.500,00	1.196.500,00		2.345.500,00	615.500,00	319.500,00		8.316.402,51
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.834.378,84		1.176.500,00	1.176.500,00		2.033.000,00	583.000,00	312.000,00		7.938.878,84
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.834.378,84		1.176.500,00	1.176.500,00		2.033.000,00	583.000,00	312.000,00		7.938.878,84
1.1.1.1.	EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS	2.876.169,40		1.043.000,00	1.043.000,00		856.000,00	261.000,00	206.000,00		5.242.169,40
1.1.1.2.	MATERIAL DE TRANSPORTE E EQUIPAMENTO BÁSICO	958.209,44		133.500,00	133.500,00		1.177.000,00	322.000,00	106.000,00		2.696.709,44
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	5.023,67		20.000,00	20.000,00		312.500,00	32.500,00	7.500,00		377.523,67
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	5.023,67		20.000,00	20.000,00		312.500,00	32.500,00	7.500,00		377.523,67
1.2.1.1.	SEGURANÇA PÚBLICA	3.434,57		19.500,00	19.500,00		311.000,00	6.000,00	6.000,00		345.934,57
1.2.1.4.	PROTECÇÃO CIVIL	1.589,10		500,00	500,00		1.500,00	26.500,00	1.500,00		31.589,10
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	10.405.250,79		16.680.500,00	16.680.500,00		39.065.500,00	6.028.000,00	1.405.000,00		73.584.250,79
2.1.	EDUCAÇÃO	2.148.900,49		4.907.500,00	4.907.500,00		4.875.000,00	315.000,00	310.000,00		12.556.400,49
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	2.148.900,49		4.907.500,00	4.907.500,00		4.875.000,00	315.000,00	310.000,00		12.556.400,49
2.1.1.1.	ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO BÁSICO	437.445,42		244.000,00	244.000,00		623.500,00	178.500,00	173.500,00		1.656.945,42
2.1.1.4.	ENSINO TECNOLÓGICO E PROFISSIONAL	111.012,54		1.000,00	1.000,00		10.000,00				122.012,54
2.1.1.5.	ENSINO INTEGRADO JI/EB	1.600.442,53		4.662.500,00	4.662.500,00		4.241.500,00	136.500,00	136.500,00		10.777.442,53
2.2.	SAÚDE						5.000,00	10.000,00	5.000,00		20.000,00
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE						5.000,00	10.000,00	5.000,00		20.000,00
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
2.3.2.1.	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS PARA FINS DE ACÇÃO SOCIAL			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	6.866.384,46		10.565.500,00	10.565.500,00		31.272.500,00	5.339.500,00	727.500,00		54.771.384,46
2.4.1.	HABITAÇÃO	70.847,68		30.000,00	30.000,00		35.000,00	40.000,00	35.000,00		210.847,68
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	3.327.595,28		5.541.000,00	5.541.000,00		10.906.000,00	276.000,00	276.000,00		20.326.595,28
2.4.2.1.	PLANEAMENTO URBANÍSTICO	3.863,43		4.000,00	4.000,00		16.000,00	16.000,00	16.000,00		55.863,43
2.4.2.2.	VALORIZAÇÃO URBANÍSTICA	3.323.731,85		5.537.000,00	5.537.000,00		10.890.000,00	260.000,00	260.000,00		20.270.731,85
2.4.3.	SAANEAMENTO	2.148.216,51		3.346.000,00	3.346.000,00		16.031.000,00	3.226.000,00	121.000,00		24.872.216,51
2.4.3.1.	BACIAS E REDES DE SAANEAMENTO	2.148.216,51		3.346.000,00	3.346.000,00		16.031.000,00	3.226.000,00	121.000,00		24.872.216,51
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE AGUA	689.271,63		1.027.000,00	1.027.000,00		2.831.000,00	1.176.000,00	176.000,00		5.899.271,63
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	56.827,30		12.000,00	12.000,00		35.000,00	35.000,00	35.000,00		173.827,30
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERV. DA NATUREZA	573.626,06		609.500,00	609.500,00		1.434.500,00	586.500,00	84.500,00		3.288.626,06
2.4.6.1.	JARDINS E ARBORIZAÇÃO	41.516,24		488.000,00	488.000,00		114.000,00	14.000,00	14.000,00		671.516,24
2.4.6.2.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE	422.185,32		62.000,00	62.000,00		306.000,00	57.000,00	56.000,00		903.185,32
2.4.6.3.	HIGIENE PÚBLICA	33.052,44		3.500,00	3.500,00		3.500,00	3.500,00	3.500,00		47.052,44
2.4.6.4.	CEMITÉRIOS E EDIFÍCIOS CEMETERIAIS	76.872,06		56.000,00	56.000,00		1.011.000,00	512.000,00	11.000,00		1.666.872,06
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	1.389.965,84		1.206.500,00	1.206.500,00		2.912.000,00	362.500,00	361.500,00		6.232.465,84
2.5.1.	CULTURA	129.224,63		239.500,00	239.500,00		540.000,00	90.500,00	89.500,00		1.088.724,63
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	1.242.895,05		962.000,00	962.000,00		2.052.000,00	252.000,00	252.000,00		4.760.895,05
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	17.846,16		5.000,00	5.000,00		320.000,00	20.000,00	20.000,00		382.846,16
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	7.355.472,08		8.057.500,00	8.057.500,00		8.525.000,00	5.988.000,00	1.640.500,00		31.566.472,08
3.1.	AGRICULTURA, PECUARIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	80.928,70		143.000,00	143.000,00		206.000,00	206.000,00	206.000,00		841.928,70
3.1.1.	FOMENTO AGRÍCOLA	37.214,00		3.000,00	3.000,00		21.000,00	21.000,00	21.000,00		103.214,00
3.1.2.	PLANEAMENTO E PREVENÇÃO DA FLORESTA	43.714,70		140.000,00	140.000,00		185.000,00	185.000,00	185.000,00		738.714,70
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	970.370,75		191.000,00	191.000,00		3.581.000,00	1.196.000,00	166.000,00		6.104.370,75
3.2.1.	GESTÃO ENERGÉTICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	775.776,10		101.000,00	101.000,00		1.560.000,00	130.000,00	100.000,00		2.666.776,10
3.2.2.	PARQUES INDUSTRIAIS	194.594,65		90.000,00	90.000,00		2.021.000,00	1.066.000,00	66.000,00		3.437.594,65
A TRANSPORTAR ...		15.295.952,75		18.211.000,00	18.211.000,00		45.198.000,00	8.045.500,00	2.096.500,00		88.846.952,75

OBJECTIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
				ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINDO	2018	2019	2020	OUTROS	
	A TRANSPORTAR ...	15.295.952,75		18.211.000,00	18.211.000,00		45.198.000,00	8.045.500,00	2.096.500,00		88.846.952,75
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	4.720.533,72		6.054.500,00	6.054.500,00		4.210.500,00	3.740.500,00	1.229.500,00		19.955.533,72
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	4.720.533,72		6.054.500,00	6.054.500,00		4.210.500,00	3.740.500,00	1.229.500,00		19.955.533,72
3.3.1.1.	REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO	4.712.972,52		6.049.000,00	6.049.000,00		4.205.000,00	3.734.000,00	1.224.000,00		19.924.972,52
3.3.1.2.	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	7.561,20		5.500,00	5.500,00		5.500,00	6.500,00	5.500,00		30.561,20
3.4.	COMERCIO E TURISMO	1.583.638,91		1.669.000,00	1.669.000,00		527.500,00	845.500,00	39.000,00		4.664.638,91
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	870.110,26		7.000,00	7.000,00		14.000,00	14.000,00	14.000,00		919.110,26
3.4.2.	TURISMO	713.528,65		1.662.000,00	1.662.000,00		513.500,00	831.500,00	25.000,00		3.745.528,65
	TOTAL GERAL ...	21.600.125,38		25.934.500,00	25.934.500,00		49.936.000,00	12.631.500,00	3.365.000,00		113.467.125,38

OBJECTIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
				ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020	OUTROS	
1.	FUNÇÕES GERAIS	833.058,73		76.750,00	76.750,00		261.250,00	261.250,00	261.250,00		1.693.558,73
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	259.236,33		39.000,00	39.000,00		51.500,00	51.500,00	51.500,00		452.736,33
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	259.236,33		39.000,00	39.000,00		51.500,00	51.500,00	51.500,00		452.736,33
1.1.1.5.	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E NOVAS TECNOLOGIAS	90.842,35		23.500,00	23.500,00		31.500,00	31.500,00	31.500,00		208.842,35
1.1.1.6.	COMUNICAÇÃO, EVENTOS MUNICIPAIS E ACTIVIDADES PROTOCOLARES	168.393,98		15.500,00	15.500,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		243.893,98
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	573.822,40		37.750,00	37.750,00		209.750,00	209.750,00	209.750,00		1.240.822,40
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	573.822,40		37.750,00	37.750,00		209.750,00	209.750,00	209.750,00		1.240.822,40
1.2.1.3.	BOMBEIROS	573.822,40		35.500,00	35.500,00		207.500,00	207.500,00	207.500,00		1.231.822,40
1.2.1.4.	PROTECÇÃO CIVIL			2.250,00	2.250,00		2.250,00	2.250,00	2.250,00		9.000,00
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	13.374.686,54		1.646.550,00	1.646.550,00		5.590.000,00	5.482.500,00	3.864.500,00		29.958.236,54
2.1.	EDUCAÇÃO	4.217.040,41		689.500,00	689.500,00		2.723.500,00	2.723.500,00	2.723.500,00		13.077.040,41
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	231.722,17		263.000,00	263.000,00		172.000,00	172.000,00	172.000,00		1.010.722,17
2.1.1.3.	MANUTENÇÃO CORRENTE DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES	133.404,23		47.000,00	47.000,00		67.000,00	67.000,00	67.000,00		381.404,23
2.1.1.5.	ENSINO INTEGRADO JI/EB			145.000,00	145.000,00						145.000,00
2.1.1.6.	ACTIVIDADES DA EDUCAÇÃO	98.317,94		71.000,00	71.000,00		105.000,00	105.000,00	105.000,00		484.317,94
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	3.985.318,24		426.500,00	426.500,00		2.551.500,00	2.551.500,00	2.551.500,00		12.066.318,24
2.1.2.1.	COMPONENTE SOCIOEDUCATIVA	1.491.062,27		196.500,00	196.500,00		1.171.500,00	1.171.500,00	1.171.500,00		5.202.062,27
2.1.2.2.	APOIO SOCIAL ESCOLAR	235.253,67		60.000,00	60.000,00		220.000,00	220.000,00	220.000,00		955.253,67
2.1.2.3.	TRANSPORTES ESCOLARES	2.259.002,30		170.000,00	170.000,00		1.160.000,00	1.160.000,00	1.160.000,00		5.909.002,30
2.2.	SAÚDE	207.297,52		11.000,00	11.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		278.297,52
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	207.297,52		11.000,00	11.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		278.297,52
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	887.338,76		239.500,00	239.500,00		321.500,00	216.500,00	216.500,00		1.881.338,76
2.3.1.	SEGURANÇA SOCIAL	115.535,92		41.500,00	41.500,00		41.500,00	41.500,00	41.500,00		281.535,92
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	771.802,84		198.000,00	198.000,00		280.000,00	175.000,00	175.000,00		1.599.802,84
2.3.2.2.	PARTICIP.EM PARCERIA, CANDID.E APOIOS A ASSOC.C/E FINS SOCIAIS	15.000,00		14.500,00	14.500,00		14.500,00	14.500,00	14.500,00		73.000,00
2.3.2.3.	APOIO Á CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE EDIFÍCIOS DE I.P.S.S.	466.532,90		20.500,00	20.500,00		165.500,00	60.500,00	60.500,00		773.532,90
2.3.2.4.	SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL	290.269,94		162.000,00	162.000,00		100.000,00	100.000,00	100.000,00		752.269,94
2.3.2.8.	DEFESA DO CONSUMIDOR			1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	4.230.682,16		408.000,00	408.000,00		1.157.500,00	1.157.500,00	407.500,00		7.361.182,16
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	2.479,68		2.500,00	2.500,00		2.500,00	2.500,00	2.500,00		12.479,68
2.4.2.2.	VALORIZAÇÃO URBANÍSTICA	2.479,68		2.500,00	2.500,00		2.500,00	2.500,00	2.500,00		12.479,68
2.4.3.	SAANEAMENTO	156.993,24		35.000,00	35.000,00		100.000,00	100.000,00	100.000,00		491.993,24
2.4.3.1.	BACIAS E REDES DE SAANEAMENTO	156.993,24		35.000,00	35.000,00		100.000,00	100.000,00	100.000,00		491.993,24
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE AGUA	520.964,43		150.500,00	150.500,00		305.000,00	305.000,00	305.000,00		1.586.464,43
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	1.653.508,15		109.500,00	109.500,00						1.763.008,15
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERV. DA NATUREZA	1.896.736,66		110.500,00	110.500,00		750.000,00	750.000,00			3.507.236,66
2.4.6.1.	JARDINS E ARBORIZAÇÃO			5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.4.6.2.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE	2.043,31		2.500,00	2.500,00						4.543,31
2.4.6.3.	HIGIENE PÚBLICA	1.894.693,35		103.000,00	103.000,00		750.000,00	750.000,00			3.497.693,35
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	3.832.327,69		298.550,00	298.550,00		1.367.500,00	1.365.000,00	497.000,00		7.360.377,69
2.5.1.	CULTURA	1.720.175,33		227.750,00	227.750,00		876.000,00	873.500,00	5.500,00		3.702.925,33
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	1.713.905,75		49.800,00	49.800,00		436.000,00	436.000,00	436.000,00		3.071.705,75
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	398.246,61		21.000,00	21.000,00		55.500,00	55.500,00	55.500,00		585.746,61
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	321.798,79		94.500,00	94.500,00		287.200,00	287.200,00	284.660,00	23.660,00	1.299.018,79
A TRANSPORTAR ...		14.207.745,27		1.723.300,00	1.723.300,00		5.851.250,00	5.743.750,00	4.125.750,00		31.651.795,27

ENTIDADE	RESUMO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
MUNICÍPIO DE POMBAL		

PÁGINA : 2

OBJECTIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
				ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINDO	2018	2019	2020	OUTROS	
	A TRANSPORTAR ...	14.207.745,27		1.723.300,00	1.723.300,00		5.851.250,00	5.743.750,00	4.125.750,00		31.651.795,27
3.1.	AGRICULTURA, PECUARIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	86.364,44		30.500,00	30.500,00		166.000,00	166.000,00	163.500,00		612.364,44
3.1.1.	FOMENTO AGRÍCOLA			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
3.1.2.	PLANEAMENTO E PREVENÇÃO DA FLORESTA	86.364,44		29.500,00	29.500,00		165.000,00	165.000,00	162.500,00		608.364,44
3.2.	INDUSTRIA E ENERGIA	32.643,21		11.500,00	11.500,00		29.700,00	29.700,00	29.660,00	23.660,00	156.063,21
3.2.1.	GESTÃO ENERGÉTICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	27.592,18		5.000,00	5.000,00		23.700,00	23.700,00	23.660,00	23.660,00	127.312,18
3.2.2.	PARQUES INDUSTRIAIS	5.051,03		6.000,00	6.000,00		6.000,00	6.000,00	6.000,00		29.051,03
3.2.3.	FOMENTO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS			500,00	500,00						500,00
3.4.	COMERCIO E TURISMO	202.791,14		52.500,00	52.500,00		91.500,00	91.500,00	91.500,00		529.791,14
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	32.720,08		7.000,00	7.000,00		6.500,00	6.500,00	6.500,00		59.220,08
3.4.2.	TURISMO	170.071,06		45.500,00	45.500,00		85.000,00	85.000,00	85.000,00		470.571,06
4.	OUTRAS FUNÇÕES	8.856.887,67		489.500,00	489.500,00		2.742.800,00	2.722.800,00	2.725.300,00	246.800,00	17.784.087,67
4.1.	OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA	2.715.897,00		117.000,00	117.000,00		841.000,00	821.000,00	821.000,00		5.315.897,00
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	5.719.790,67		371.500,00	371.500,00		1.655.000,00	1.655.000,00	1.655.000,00		11.056.290,67
4.2.2.	OUTROS APOIOS CONCEDIDOS	200.627,68		20.000,00	20.000,00		55.000,00	55.000,00	55.000,00		305.627,68
4.2.3.	COMPARTICIPAÇÕES EM ASSOCIAÇÕES INTERMUNICIPAIS, PARCERIAS E QUOTIZAÇÕES	213.814,69		32.000,00	32.000,00		47.000,00	47.000,00	47.000,00		306.814,69
4.2.4.	TRANSFERÊNCIAS P/ A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	427.046,44		32.500,00	32.500,00		157.000,00	157.000,00	157.000,00		930.546,44
4.2.5.	CONTRATOS, ACORDOS E OUTROS APOIOS E TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS	4.878.301,86		287.000,00	287.000,00		1.396.000,00	1.396.000,00	1.396.000,00		9.353.301,86
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	421.200,00		1.000,00	1.000,00		246.800,00	246.800,00	249.300,00	246.800,00	1.411.900,00
4.3.1.	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES, ASSOCIAÇÕES E S.EMPRESARIAL LOCAL	421.200,00		1.000,00	1.000,00		246.800,00	246.800,00	249.300,00	246.800,00	1.411.900,00
	TOTAL GERAL ...	23.386.431,73		2.307.300,00	2.307.300,00		8.881.250,00	8.753.750,00	7.135.710,00	270.460,00	50.734.901,73

ENTIDADE	ORÇAMENTO											ANO DE 2017			
MUNICIPIO DE POMBAL	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO/LONGO PRAZO														

Nº de Operação	Data de contratação de empréstimo	Capital Inicial (Escudos / Euros)	2ª prestação	3º Tim.	4º Trim.	Saldo em 31/12/2016	Trimestral ou Semestral	Taxa EURIBOR, c/ arredondamento %	Capital a pagar	Juro previstos 2017	Total (capital + Juros)	Data de conclusão do empréstimo	Prestações em Falta	Nº de anos não vencidos	Finalidade do Empréstimo (a)	Amortizações médias 2017
56014943665	27-12-00	200.000.000,0				0,00	Trim.				0,00					
34187	19-07-01	170.000.000,0				0,00	Trim.	0,0000	0,00	0,00	0,00		0,0			
BPI/197121883	28-10-03	1.213.772,0				0,00	Trim.	0,0000			0,00		0,0			
BPI/....	07-09-04	1.326.416,0	19-04-2017	19-07-2017	19-10-2017	357.112,00	Sem.	0,0000	0,00	0,00	0,00		0,0	0,0	Investimento - N	
BTS	21-06-05	1.449.849,0	21-06-2017	21-09-2017	21-12-2017	77.393,08	Trim.	0,1320	102.032,00	420,88	102.452,88	19-04-2020	14,0	4,0	Saneam. Financeiro - N	93.529,33
BTS	29-08-06	1.834.676,0	28-05-2017	29-08-2017	29-11-2017	333.353,23	Trim.	0,0000	77.393,08	0,00	77.393,08	21-06-2017	2,0	1,0	Saneam. Financeiro - N	128.851,41
CCAMP	03-04-09	2.916.510,13	15-04-2017	15-07-2017	15-10-2017	1.682.602,07	Trim.	0,0000	190.487,56	0,00	190.487,56	29-11-2018	8,0	2,0	Saneam. Financeiro - N	178.475,11
BPI	07-04-2017	5.000.000,0	07-04-2017	07-07-2017	07-10-2017	2.185.692,75	Trim.	0,1884	224.346,92	3.010,94	227.357,86	15-04-2024	30,0	8,0	Investimento - N	213.129,59
								1,4850	116.570,28	25.660,91	142.231,2	07-07-2035	74,0	19,0	Investimento	115.182,56

Total CGD + CCAMP+BPI + BTS	4.636.153,13	710.829,84	29.092,73	739.922,6	729.167,99
------------------------------------	---------------------	-------------------	------------------	------------------	-------------------

INH - 1.ª Fase	17-12-92		17-12-2017			116.256,00		0,5000	33.013,55	528,94	33.542,49	17-06-2020	7,0	4,0	B. S. S. João de Deus - I	30.267,57
INH - 2.ª Fase	16-05-01	661.740,2	22-03-2017		22-09-2017	137.381,48		0,4800	14.973,51	641,63	15.615,1	22-09-2025	18,0	9,0	B. S. S. João de Deus - I	15.175,2
INH - 2.ª Fase	22-09-03	674.090,0	14-05-2017		14-11-2017	358.418,32		0,5000	29.091,71	1.675,11	30.766,8	14-11-2028	26,0	12,0	B. S. S. João de Deus - N	29.699,87
															B. Marg. Rio Arunca - N	
															B. Marg. Rio Arunca - N	

Total INH	612.055,80	77.078,77	2.845,68	79.924,45	75.142,64
------------------	-------------------	------------------	-----------------	------------------	------------------

Encargos TOTAIS PREVISTOS	5.248.208,93	787.908,61	31.938,41	819.847,02	804.310,63
----------------------------------	---------------------	-------------------	------------------	-------------------	-------------------

(a) Utilizar (I) - se estiver isento do limite de endividamento, indicando a legislação aplicável e (N) no caso contrário



PMUGEST, E.M.



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

EXERCÍCIO DE 2017



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2017

PMUGEST – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.

Nota Introdutória.....	3
1. Caracterização da Empresa	4
1.1 Missão.....	4
1.2 Legislação e Regulamentação Interna.....	4
1.3 Meios Existentes.....	5
1.3.1 Meios Humanos	5
1.3.2 Instalações	6
1.3.3 Meios Técnicos.....	6
1.4 Tipificação dos Serviços Prestados.....	7
2. Estratégia e Objetivos por Atividade.....	7
2.1 Aspetos Gerais.....	7
2.2 Limpeza e Manutenção	8
2.3 Estacionamento.....	10
2.3.1 Zonas de Estacionamento de Duração Limitada.....	11
2.3.2 Estacionamento Subterrâneo da Praça Marquês de Pombal.....	11
2.4 Publicidade.....	12
2.5 Café Concerto.....	12
2.6 Cafeteria do Castelo	13
2.7 Feiras e Eventos – Festas do Bodo	14
3. Recursos Humanos	14
3.1 Remunerações.....	15
3.2 Higiene e Segurança no Trabalho	15
4. Instrumentos de Gestão Previsional 2017.....	15
4.1 Plano Anual e Plurianual de Investimento	15
4.2 Orçamento Anual de Tesouraria	17
4.3 Orçamento Anual de Exploração	18
4.4 Balanço Previsional.....	20
Nota Final.....	22



Nota Introdutória

O Conselho de Administração da PMUGEST, E.M., em face do disposto na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, e dando cumprimento às suas competências, apresenta o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2017. O documento traduz o planeamento das diferentes atividades, empenhando nela todos os seus recursos e quantificando os gastos e os rendimentos, garantindo que a atividade seja desenvolvida de forma sustentável e obedeça às orientações e aprovação da Assembleia-geral.

Este documento assenta numa perspetiva de continuidade e prossecução das atividades exercidas pela PMUGEST, E.M., nomeadamente:

- Prestação de serviços de limpeza e manutenção de espaços públicos e privados;
- Gestão, exploração e manutenção das zonas de estacionamento de duração limitada da cidade de Pombal e do parque subterrâneo Marquês de Pombal;
- Gestão, exploração e manutenção da função publicidade no concelho de Pombal;
- Gestão, exploração e manutenção do Café Concerto, no Teatro Cine;
- Gestão, exploração e manutenção da Cafetaria do Castelo;
- Colaboração com a Câmara Municipal de Pombal na organização das Festas da Cidade.

Para tal, o Conselho de Administração da empresa definiu, de acordo com as orientações recebidas do acionista, num conjunto de objetivos que balizam a sua atuação, nomeadamente:

- Favorecimento da atividade económica do Concelho, procurando, assim, com a sua atuação, entre outros, ajudar na proteção da floresta, ajudar na dinamização comercial do centro histórico da cidade, bem como, ajudar na divulgação da música e de outras formas culturais;
- Promoção duma maior cobertura da área territorial do Concelho de Pombal em termos de oferta e prestação dos serviços da empresa;
- Promoção do aumento do portefólio de serviços prestados, sempre que tal potencie a utilização de meios disponíveis na Empresa, bem como nas situações em que a oferta existente não seja compatível com as necessidades da população.
- Promoção do aumento da relevância, em termos de faturação, dos clientes "particulares"
- Procura de uma melhoria da eficiência e da eficácia, procurando no primeiro caso gerir melhor os meios da Empresa de forma a criar capacidade disponível alocável a novos clientes ou ao aumento da prestação de serviços aos atuais e, no segundo caso, procurando diminuir os tempos de resposta aos clientes, aumentando níveis de satisfação, bem como aumentar o volume de negócios da empresa.
- Valorização das pessoas, das suas iniciativas e dos seus contributos, procurando aumentar a aproximação da Empresa às suas necessidades e expectativas, de forma, a aumentar os níveis de satisfação dos colaboradores.

O Conselho de Administração, através deste documento, evidencia que ao longo dos últimos anos a PMUGEST, E.M. afirmou a sua solidez económica e financeira e consolidou uma cultura de ação assente em três vértices fundamentais: Operação, Gestão e Inovação, que de forma integrada e



coordenada, a habilitaram a concretizar com eficácia e eficiência as orientações estratégicas traçadas pelo seu acionista.

A concretização simultânea das atividades correntes e dos investimentos estruturais previstos constituem desafios de grande exigência para todos os colaboradores. Pressupõe por isso a mobilização das suas competências e valores, bem como, uma atitude pró-ativa e aberta que se pretende aprofundar.

1. Caracterização da Empresa

1.1 Missão

A missão da PMUGEST, E.M. está definida no seu objeto estatutário como sendo: o combate à pobreza e à exclusão social através da inserção ou reintegração de profissionais; formação profissional; prestação de serviços nas áreas de limpeza e manutenção de espaços públicos e privados; gestão, exploração, concessão e manutenção de espaços e equipamentos vocacionados para o turismo, cultura, desporto, lazer e atividades económicas; exploração de concessões hoteleiras balneares; gestão e promoção de parques industriais; apoio logístico à realização de eventos municipais e privados; serviços de catering; animação turística e de tempos livres; gestão e exploração de espaços publicitários; gestão e exploração do estacionamento de duração limitada à superfície e subterrâneo; prevenção florestal e manutenção do parque florestal, e recolha seletiva de R. S. U.'s; prestação de serviço no âmbito de transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem; prestação de serviços no âmbito da gestão e exploração dos transportes públicos em veículos automóveis pesados e passageiros (transportes de passageiros em autocarro).

1.2 Legislação e Regulamentação Interna

A PMUGEST, E.M. é uma entidade do setor empresarial local, denominada de empresa municipal e tem a sua missão e estatutos definidos e regulamentados de acordo com o estabelecido na lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, lei que regula o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.

No âmbito da regulamentação do trabalho, no que toca às relações com os trabalhadores, a empresa está sujeita ao regime do direito privado do trabalho, nomeadamente, no estabelecido no código do trabalho em vigor.

Na área do estacionamento de duração limitada a empresa cumpre o Decreto-lei 327/98 de 2 e novembro com as alterações da Lei 99/99 de 26 de julho, no qual se atribui às empresas públicas municipais competência para a fiscalização do estacionamento de duração limitada. Ainda na área do estacionamento está em vigor o Decreto-lei regulador do estacionamento, designadamente o DL n.º 81/2006 de 20 de abril, bem como o Regulamento Municipal Geral das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada da Cidade de Pombal.



A administração procederá sempre que necessário à revisão dos regulamentos e normas internas existentes, sempre que tal se mostre adequado e que possa contribuir para melhorar a eficiência dos vários setores e o desempenho global da empresa.

A empresa, pela sua natureza, está ainda sujeita a cumprir as determinações e obrigações que venham a ser impostas pelo Governo da República.

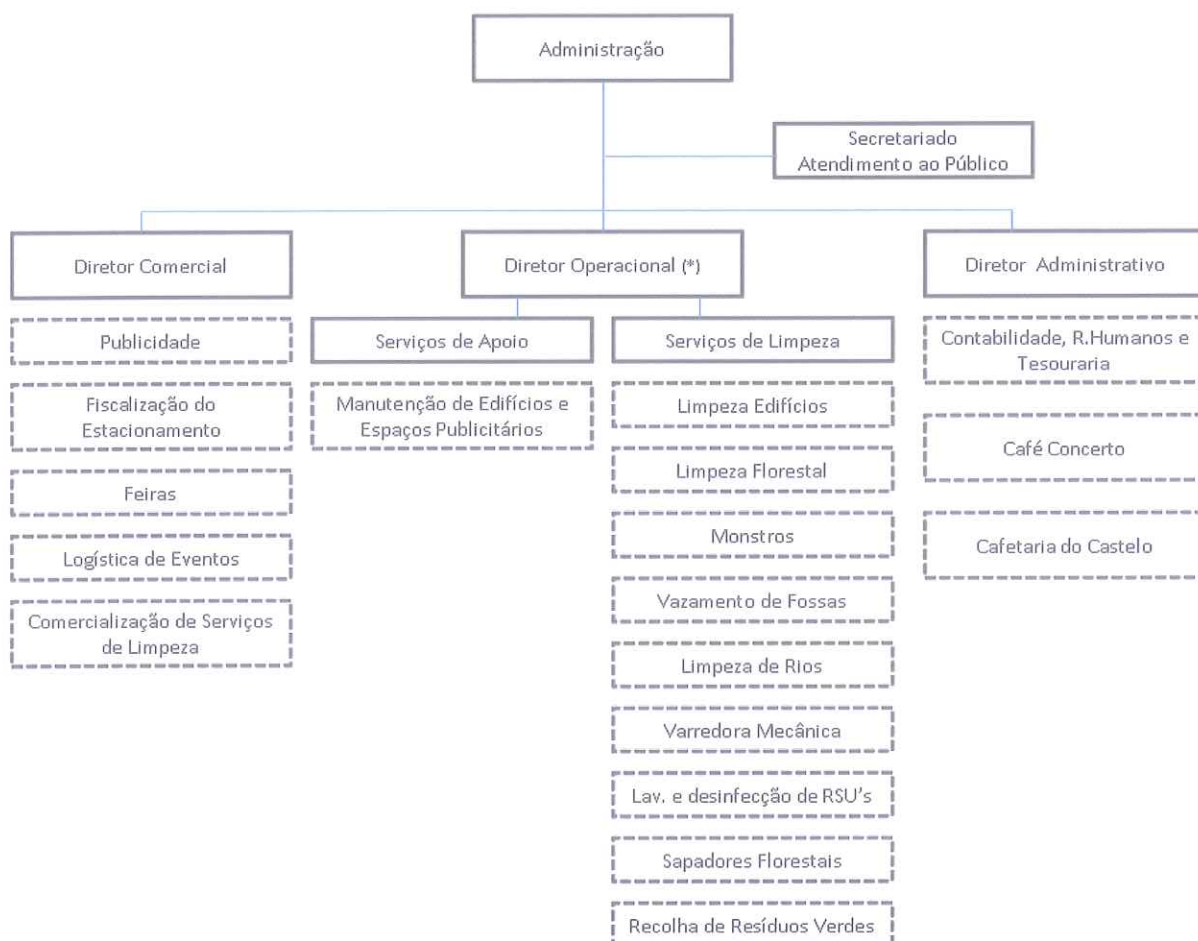
1.3 Meios Existentes

1.3.1 Meios Humanos

Os meios humanos da PMUGEST, E.M. continuam a caracterizar-se por uma grande heterogeneidade em termos sociais, culturais e de idade, esta última com uma média nos 46 anos, muito por força das obrigações a que, no passado a empresa esteve sujeita, com as contratações efetuadas no âmbito do estatuto de empresa de inserção social.

Em 2016, sempre que foi necessário recrutar pessoal, a empresa, nunca afastando a sua missão social, tentou mitigar este cenário, melhorando o quadro de pessoal, em termos de idade e de formação, sendo um objetivo a seguir no próximo ano e seguintes.

O organigrama definido para a PMUGEST, E.M. apresenta-se da seguinte forma:





(*) Nota: O cargo de Diretor Operacional não está provido, as funções que lhe estão adstritas são asseguradas no dia a dia pelo Administrador Executivo. Bem como, o cargo de Diretor Administrativo não está provido, as funções que lhe estão incumbidas são asseguradas pelo Técnico Oficial de Contas.

No quadro seguinte, apresenta-se sinteticamente, o quantitativo previsto para 2017, de meios humanos com um vínculo contratual à empresa, repartido pelas suas categorias profissionais:

Categoria Profissional	Qt.
Administrador Executivo	1
Diretor de Serviços	1
Contabilista	1
Encarregado Geral	1
Administrativa	4
Assistente de Vendas	1
Assistente Comercial	1
Designer Gráfica	1
Engenheiro Florestal	1
Agentes Fiscalização	2
Barmaid	1
Motorista	3
Manobrador de Viaturas/ Operador Manobrador de máquinas	10
Encarregada(o) de Limpeza	1
Técnica(o) de Limpeza	13
Cantoneiro	3
Auxiliar dos Serviços Gerais	16
Total de Funcionários	61

1.3.2 Instalações

A PMUGEST, E.M. tem a sua sede na Rua do Lourical n.º 21, Edifício Manuel Henriques, 3100-428 Pombal, local onde se situam os escritórios, em edifício municipal. Neste local, funcionam os serviços administrativos, de atendimento ao público, o departamento comercial, administrativo e a Administração.

A PMUGEST, E.M. utiliza também um armazém municipal situado na Zona Industrial da Formiga, também em Pombal, onde são armazenados os materiais, equipamentos e onde funciona o parque de viaturas. Este pavilhão serve de base diária à atividade de limpeza e manutenção e aos serviços de apoio às outras atividades.

1.3.3 Meios Técnicos

A PMUGEST, E.M. dispõe de um conjunto de equipamentos próprios, os quais são indispensáveis para a prossecução das suas atividades, nas diversas áreas em que opera.

São exemplo disso, os bens e equipamentos que a empresa possui para desenvolver a atividade no Café Concerto e Cafeteria do Castelo, o mobiliário, os equipamentos hoteleiros e um conjunto de equipamentos de som.

Tem ainda sob a sua responsabilidade os equipamentos necessários para desenvolver a atividade do estacionamento, nomeadamente os parquímetros e toda a sinalética associada, bem como, os suportes mupis, outdoors e sinalética direcional para desenvolver a atividade de exploração da publicidade na cidade de Pombal.

Na área da limpeza e manutenção a PMUGEST, E.M. executa os serviços utilizando um vasto conjunto de veículos automóveis, ligeiros e pesados, tratores agrícolas e florestais, equipamentos industriais pesados e muitos outros equipamentos de apoio, essenciais à prossecução da atividade.

1.4 Tipificação dos Serviços Prestados

A empresa municipal em 2017 continuará a desempenhar as competências que lhe estão delegadas, por parte do Município de Pombal e todas as outras que estejam enquadradas no objeto social da empresa. Mantém-se em vigor o protocolo de delegação de competências aprovado pela Câmara Municipal de Pombal em 19/01/2010 e pela Assembleia Municipal em 26/02/2010.

São competências delegadas, da PMUGEST, E.M. as seguintes atividades:

1. Prestação de serviços de limpeza e manutenção de espaços públicos e privados;
2. Gestão, exploração e manutenção das zonas de estacionamento de duração limitada da cidade de Pombal e do parque subterrâneo Marquês de Pombal;
3. Gestão, exploração e manutenção da função publicidade no concelho de Pombal;
4. Gestão, exploração e manutenção do Café Concerto, no Teatro Cine;
5. Gestão, exploração e manutenção da Cafeteria do Castelo;
6. Colaboração com a Câmara Municipal de Pombal na organização das Festas da Cidade.

2. Estratégia e Objetivos por Atividade

2.1 Aspetos Gerais

Os objetivos fixados para 2017 concorrem de forma direta para a concretização das opções estratégicas de médio prazo que assentam numa cultura de incremento contínuo do valor gerado pela empresa e da sua produtividade.

Por outro lado, a sustentabilidade económico-financeira da PMUGEST, E.M. mantém-se numa das principais preocupações da administração da empresa.

Em 2017, a empresa continuará a desenvolver esforços com vista a manter a sua saúde financeira, prevendo-se um ligeiro aumento do volume de negócios. Todavia este aumento pouco expressivo tem

implícita uma alteração no tipo de cliente, ou seja, pretende-se colmatar uma expectável diminuição da prestação de serviços ao Município de Pombal pelo aumento da prestação de serviços a particulares, dinamizando, sempre que possível, as atividades com novas oportunidades de negócio. Além disso, manter-se-á a aposta no controlo dos custos operacionais inerentes a cada uma das atividades.

A PMUGEST, E.M. pretende dar continuidade ao trabalho iniciado em 2014 e que visa melhorar a sua imagem junto dos clientes. O site institucional, o catálogo de serviços, as tabelas de preços em vigor, a elaboração de *flyers*, são exemplos do que se tem vindo a implementar e do que pretendemos continuar a reforçar.

A empresa pretende também, nas várias atividades que desenvolve, afirmar-se pelo bom desempenho dos seus serviços, apostando na qualidade, na rapidez e na capacidade de resposta. Para isso, a PMUGEST, E.M. dispõe de conhecimentos adequados à prestação dos seus serviços, que são decisivos e importantes para a afirmação da empresa e reforço da sua credibilidade no mercado.

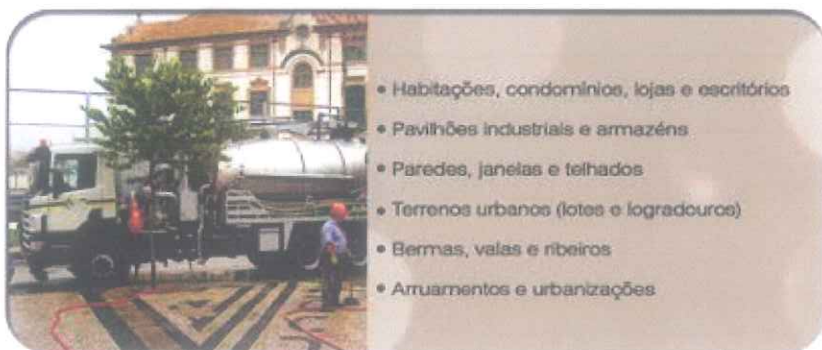
Em 2017, pretendemos reforçar o enfoque na procura de soluções de prestação de serviços a particulares, planeando-se a prestação de novos serviços que se enquadrem na área da limpeza e manutenção e que utilizem os equipamentos já existentes. Haverá uma forte atitude comercial de prospeção do mercado e de clientes, associada a cada uma das atividades.

2.2 Limpeza e Manutenção

A área da Limpeza e Manutenção foi a primeira área de atividade desenvolvida pela empresa e tem sido reforçada a sua importância ao longo dos anos.

De seguida passamos a identificar os principais serviços prestados pela empresa:

LIMPEZA DE ESPAÇOS INTERIORES E EXTERIORES



SANEAMENTO E RESÍDUOS



- Limpeza e desobstrução de colectores
- Desentupimentos domésticos
- Vazamento de fossas sépticas
- Recolha e transporte de resíduos não perigosos
- Movimentação e transporte de resíduos verdes
- Recolha e transporte de monstros

TRANSPORTE E ALUGUER DE EQUIPAMENTOS



- Transportes e grelha em contentor ou em veículo basculante
- Transporte líquidos não perigosos em sistema
- Serviço de mudanças
- Aluguer de máquinas com operador:
 - roçadores, motosserra, corta relva, lavadora e aspiradora
- viaturas pesadas com/ sem grua
- viatura com plataforma aérea até 22m
- viatura desobstrutora de colectores
- viatura com vácuo e alta pressão
- tratores com/ sem afilais agrícolas e florestais
- varredora mecânica
- retroescavadora, escavadora giratória com cesto e clumper
- Aluguer de contentores metálicos

ARBORIZAÇÕES E MANUTENÇÃO DE FLORESTAS E ESPAÇOS VERDES



- Limpeza de florestas e terrenos agrícolas
- Plantação de árvores resinosas e folhosas
- Elaboração e acompanhamento de projetos de arborização
- Serviço de lavagem, gradagem, fissagem, ripagem e cavação
- Abertura de covas com trator com broca e retroescavadora
- Aplicação de produtos fitofarmacêuticos (herbicidas, inseticidas, fungicidas)
- Serviço de podas, empas, desramação e desbaste
- Corte de árvores
- Corte de relva e aparramento de arbustos
- Instalação e manutenção de sistemas de rega
- Derrama de palmeiras, cedros, pinheiros

A procura dos serviços prestados pela empresa é determinada pelas necessidades dos clientes, no entanto, a empresa tem vindo a organizar-se internamente, e pode, através da sua equipa comercial, ir junto das pessoas e das empresas procurar novos clientes. A PMUGEST, E.M. dispõe já de meios técnicos e humanos com experiência para continuar a prestar um conjunto de serviços padronizados e tipificados, mas também poderá com eles, ir mais além, isto é, poder diversificar o seu campo de ação.

Nesta área de atividade, a empresa pretende aprofundar os serviços disponibilizados a clientes privados, nomeadamente:

- Na área florestal, a execução de projetos florestais, levantamentos cadastrais de terrenos, a execução de plantações e acompanhamento dos projetos;



A PMUGEST, E.M. procurará utilizar para cada serviço, os meios humanos e técnicos mais adequados, sendo a área de limpeza e manutenção aquela que consome cerca de 80% do total dos recursos disponíveis.

Prevê-se que nesta área de atividade, o Município de Pombal continue a ser o maior cliente da PMUGEST, E.M., tendo por base os diversos mecanismos de contratação ainda em vigor e com prazo de execução ainda previsto para o ano 2017, designadamente, o contrato programa e as contratações In House; no entanto, prevê-se que este peso da atividade a prestar ao Município de Pombal possa continuar a diminuir em 2017.

Mantemos a prestação de serviços na prevenção de riscos de incêndio em áreas florestais, atuando ao nível do controle e da destruição da vegetação inadequada, continuando a realizar limpezas florestais, para particulares, no âmbito do Decreto Lei 124/2006 de 28 de junho.

Ao nível do volume de negócios é espetável um aumento na ordem de 1,46%.

Na área da limpeza e manutenção a PMUGEST, E.M. prevê investir 71% do valor anual estimado para o exercício de 2017, estando equacionado a aquisição de uma nova viatura, a aquisição de 3 contentores metálicos e por último a aquisição de um trator agrícola.

2.3 Estacionamento

O trabalho diário desenvolvido na área do Estacionamento de Duração Limitada, visa essencialmente a gestão adequada dos lugares de estacionamento, tendo por base a aplicação do Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada da Cidade de Pombal e demais legislações em vigor.

A PMUGEST, E.M., essencialmente através do pessoal adstrito a esta atividade, deve sensibilizar e prestar informação esclarecedora aos utilizadores, realizando simultaneamente uma fiscalização criteriosa, de acordo com as atribuições e competências que lhe estão conferidas.

A consciencialização do público em geral para as vantagens do estacionamento de duração limitada, na cidade de Pombal, é uma tarefa difícil, mas tem vindo a ser conseguida. É muito importante que os condutores sejam sensibilizados a cumprir as regras e os procedimentos inerentes ao bom funcionamento do trânsito e do estacionamento na cidade, cumprindo o regulamento existente, o que irá permitir melhorar a gestão desses espaços.

Para o próximo ano, provisiona-se uma receita com uma redução de 3,92% face à realizada no exercício de 2016, na medida em que esta é uma atividade que depende do fluxo de veículos no seio da cidade e o mesmo não é constante, pode sofrer pequenas variações. Ainda se mantém a redução de alguns lugares de Estacionamento de Duração Limitada abrangidos pela consequente reorganização do trânsito.





2.3.1 Zonas de Estacionamento de Duração Limitada

Neste momento, as zonas de estacionamento de duração limitada na cidade de Pombal disponibilizam 422 lugares de estacionamento que se encontram repartidos conforme evidenciado na tabela seguinte:

Zonas	Rua	Lugares a Pagar	Isentos	Total
A	1º de Maio	23	1	24
	Amílcar de Sousa	42	1	43
	Dr. Luis Torres	18	1	19
B	Largo do Cardal	13	2	15
	Custódio Freire	15	0	15
C	Heróis do Ultramar (Tribunal)	9	1	10
	Heróis do Ultramar (Ulmar- Esquina)	55	4	59
	Heróis do Ultramar (Hospital)	29	2	31
D	1º de Maio	30	2	32
	Praça José A.O. Bimba			
E	Av. Biscarrose	57	5	62
	Largo das Laranjeiras	18	1	19
F	Prof. Carlos alberto Mota Pinto	21	1	22
G	Prof. Gonçalves Figueira	30	1	31
H	Rua Santa Luzia	38	2	40
Total		398	24	422

O quadro exposto evidência a perda global de 30 lugares de estacionamento de duração limitada, nomeadamente a perda: de 9 lugares na Av. Heróis do Ultramar (Tribunal), devido à praça de táxis, 12 lugares na Av. Heróis do Ultramar (Ulmar - Esquina), utilizados pelo Pombus, para além disso, perderam-se 2 lugares na Av. Biscarrose, 6 lugares na Rua Santa Luzia e por último 1 lugar na zona Custódio Freire.

2.3.2 Estacionamento Subterrâneo da Praça Marquês de Pombal

O Parque de Estacionamento Subterrâneo, sito na Praça Marquês de Pombal, dispõe de 61 lugares de estacionamento, distribuídos por 2 pisos.

Em média, são utilizados 21 lugares de estacionamento pelos titulares das avenças mensais.

Em 2017, continuarão a ser os fiscais do estacionamento de duração limitada, os responsáveis pela gestão corrente do mesmo, aproveitando-se assim, as sinergias de pessoal.

Continuaremos a incentivar a utilização do parque, promovendo uma maior divulgação do mesmo, sobretudo da possibilidade da sua utilização gratuita, nos primeiros 30 minutos de estacionamento em dias de semana e ao sábado de manhã.



2.4 Publicidade

A PMUGEST, E.M. tem a competência delegada para proceder à gestão, exploração e manutenção da publicidade no concelho de Pombal, nomeadamente a capacidade publicitária do mobiliário urbano da cidade de Pombal, Mupis e Outdoors, bem como a publicidade direcional.



Pretende-se em 2017, continuar a promover a venda contínua de todos os espaços existentes.

Além desta vertente principal, a PMUGEST, E.M. pretende consolidar a prestação de serviços de publicidade às outras áreas de atividade da empresa que são consideradas estratégicas, nomeadamente angariação de patrocínios e/ou expositores, para a realização de eventos e a angariação de clientes para os serviços de manutenção urbana.

Ao nível da atividade propriamente dita, pretende-se dinamizar a oferta de serviços de publicidade, tentando criar novas parcerias de forma a incluirmos novas estruturas, que permitam chegar a novos clientes ou criar conjuntos publicitários mais apelativos. Pretendemos disponibilizar um serviço mais completo e diversificado no âmbito da publicidade, recorrendo ao Know- How da nossa Designer Gráfica para atingir esse objetivo.

Pretende-se continuar a apostar e a manter o bom desempenho na prestação dos serviços aos nossos clientes, valorizando sempre que possível a sua fidelização.

Também nesta área de atividade, a aposta continua a ser, melhorar a imagem da empresa comunicada ao cliente, através da dinamização do site e da forma de apresentação dos nossos serviços.

Em 2017, a PMUGEST, E.M. pretende investir nesta atividade, alargando a iluminação das estruturas publicitárias, melhorando assim a visibilidade noturna da publicidade e consequentemente o serviço prestado aos nossos clientes.

Em 2017, a PMUGEST, E.M. pretende ver incrementado ao nível do volume de negócios um aumento na ordem de 8,84%, contudo acompanhado pelo incremento de 17% ao nível total de gastos.

2.5 Café Concerto

O Café Concerto situado no Teatro Cine de Pombal, assume-se como um espaço de referência local, sendo um importante cartão de visita da nossa cidade, pela sua imagem, pelo programa de atividades e pelo serviço prestado, de forma diferenciada.



CAFÉ CONCERTO

Estrategicamente, esta é uma atividade que tem vindo a justificar-se pelo conceito cultural que lhe está subjacente, através de nomes da música e das artes, permitindo a promoção e divulgação de qualquer manifestação artística do nosso concelho e servir de apoio às atividades do Teatro Cine.



Pretende-se que o Café Concerto continue a ser um espaço de dinamização da música e outras formas de cultura com capacidade para captar público e co-financiar as atividades culturais programadas e divulgadas mensalmente.

Para 2017, pretende-se manter a qualidade dos serviços e como tal, ir-se-á procurar diversificar as ofertas culturais, sendo o objetivo da empresa que o Café Concerto seja um espaço cada vez mais inclusivo.

Nesta atividade, a estratégia de divulgação passa por utilizar as sinergias ao nível do serviço da publicidade da empresa, assente na utilização de mupis, na colocação de cartazes em espaços públicos e na angariação de promotores sempre que possível.

Para 2017 prevê-se um incremento de 11% ao nível de vendas, conjugada com uma redução na proporção de 5% do total de gastos.

Para 2017 a atividade do Café Concerto contempla a realização de investimentos, nomeadamente a aquisição de uma mesa de som.

2.6 Cafeteria do Castelo

A Cafeteria do Castelo é um espaço singular localizado num sítio privilegiado junto ao castelo de Pombal com uma vista fantástica sobre a cidade de Pombal. Contempla um pequeno espaço com sala de público e esplanada no rés do chão e uma sala de observação e leitura no 1.º andar, onde é possível desfrutar de bons momentos de descontração.



Apesar da sua localização ser singular, os acessos não são os mais apelativos, a pouca iluminação à noite e a proibição de estacionar junto ao local, são apontados como pontos fracos do espaço.

É assumido que a Cafeteria do Castelo é uma estrutura de apoio ao Castelo, no entanto, não se tem conseguido que os visitantes do castelo façam "a ponte" e visitem também a Cafeteria de forma a usufruírem dos seus serviços, de forma a permitirem melhores resultados para o espaço e para a empresa. A continuação de campanhas promocionais associadas aos eventos do Castelo, poderão dar uma ajuda a dinamização do espaço.

Dadas as características do espaço, este é um local mais procurado na época primavera/verão, mas pretende-se fidelizar os clientes mantendo-se um horário, o mais alargado possível, adaptado às características da sazonalidade.

Para 2017 prevê-se um aumento em 7% ao nível de vendas, acompanhada pela redução de 10% ao nível dos gastos.

A atividade da Cafeteria do Castelo para o exercício de 2017 não prevê dispor de qualquer investimento ao nível de aquisição de imobilizado.



2.7 Feiras e Eventos – Festas do Bodo

Prevê-se que em 2017 se mantenha o modelo de organização das Festas do Bodo implementado em 2010, dando continuidade à organização "tripartida", entre a Câmara Municipal de Pombal, entidade organizadora, a PMUGEST, E.M. e a ADILPOM, visando o melhor desempenho a todos os níveis, através da boa interligação entre os diferentes interlocutores.



As festas da cidade continuarão a desenvolver-se num conjunto de atividades repartidas por áreas diversificadas como o desporto, o entretenimento, o lazer, a cultura, a gastronomia, num ambiente diversificado, abrangendo ainda a vertente económica e religiosa.

Planeia-se para 2017 a continuação do modelo de participação baseado na elaboração de um protocolo de colaboração que definirá as linhas gerais do modelo de organização das Festas do Bodo.

No âmbito desse protocolo, a empresa municipal, em 2017, deverá continuar a assumir diversas responsabilidades, no âmbito da organização, canalizando para o Município de Pombal qualquer saldo positivo apurado nas atividades desenvolvidas.

3. Recursos Humanos

Em 2017 poderá verificar-se um reforço do quadro de pessoal, caso as prestações de serviços o justifiquem, pelo aumento da atividade. Desta forma, esta dinâmica exige a revisão das atuais políticas de gestão de recursos humanos, garantindo a sua sustentabilidade e viabilidade no médio e longo prazo.

Assim, 2017 terá como principais linhas orientadoras e objetivos o desenvolvimento sustentado das competências e potencial dos colaboradores da PMUGEST, E.M., para o qual se encontram previstas diversas medidas, das quais se destacam:

- Potenciar a mudança positiva e constante de métodos de trabalho e organização;
- Consciencialização sobre as boas práticas de manuseamento de Ferramentas de corte, nomeadamente roçadoras;
- Fomentar e incentivar a formação continua dos colaboradores de acordo com as suas necessidades.

Os colaboradores mais antigos da empresa foram contratados no mercado social de emprego, no âmbito do antigo estatuto de empresa de inserção social, o que dificultou a seleção e a gestão destes colaboradores. No entanto, sempre que for possível renovar o quadro, ir-se-á procurar admitir pessoas com mais habilitações e com mais capacidades para o desempenho das funções, não descurando a visão de integração no mercado de trabalho de pessoas mais desfavoráveis inerente à responsabilidade social da Empresa.

No primeiro semestre do ano vai estar a decorrer um projeto no âmbito da Medida CEI+ que se iniciou em 2016. Após o término destes contratos será feita uma avaliação sobre a possibilidade da empresa integrar alguns destes colaboradores.

3.1 Remunerações

At the level of remunerations, the company complies with the legal provisions in force for the personnel of the local business sector, in a taxative form.

3.2 Higiene e Segurança no Trabalho

In the field of Hygiene and Safety at Work, it is intended to implement a set of actions that will improve the performance of the collaborators in good conditions of hygiene and safety, taking into account the characteristics of the jobs that are performed, many times in difficult and dangerous circumstances, using equipment, tools and/or products considered dangerous.

It will be an effort to sensitize the workers for the correct use of personal protective equipment and signaling, since only in this way will it be possible to execute the services with greater safety.

In 2017, it will continue to have the hygiene, health and safety service at work to be provided by an external entity, with which it is intended to walk towards a greater satisfaction of all the company's collaborators, at all levels.

It is currently ongoing and will continue in 2017, the process of seeking improvements, in the processes of execution of the services, at the level of safety, with elaboration of plans with corrective measures.

The continuous training of the collaborators will continue to be a priority in 2017. The Administration believes that, with collaborators better trained, their performance and satisfaction will improve.

4. Instrumentos de Gestão Previsional 2017

4.1 Plano Anual e Plurianual de Investimento

The simultaneous concretization of current activities and structural investments provided for constitute challenges of great exigency for all the collaborators. They presuppose for this the mobilization of their competencies and values as well as a proactive and open attitude that it intends to deepen.

A política de investimento da empresa para o ano de 2017 e seguintes visa canalizar para investimento recursos financeiros disponíveis. Não se prevê a realização de investimentos que exijam o recurso a fundos de terceiros, no entanto, se o desenvolvimento da atividade da empresa estiver em causa e exigir o recurso a meios externos, a administração encetará todos os esforços para o concretizar.

Na ótica do investimento em bens tangíveis prevê-se a aquisição dos equipamentos, identificados no Mapa de Investimento Plurianual mostrado abaixo, que totalizam um investimento no valor de 81.000,00€, para o triénio de 2017-2019.

Plano Anual e Plurianual de Investimentos

UNIDADE MONETÁRIA (Euro)

PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.	Anos de Util. Prevista	2 017	2 018	2 019	Total
Equipamentos					
Manutenção Urbana					
Contentores Metálicos 15 m3 (1 unidade)	8	3 500,00 €	2 500,00 €	2 500,00 €	8 500,00 €
Contentores Metálicos 7 m3 (2 unidades)	8	5 000,00 €			
Vitura (1 unidade)	4	23 000,00 €	- €	- €	23 000,00 €
Tractor agrícola 80 cv	6	26 000,00 €			26 000,00 €
		57 500,00 €	2 500,00 €	2 500,00 €	57 500,00 €
Publicidade					
Iluminação - Outdoors	8	7 500,00 €	7 500,00 €	- €	15 000,00 €
					- €
					- €
		7 500,00 €	7 500,00 €	- €	15 000,00 €
Estacionamentos					
Parquímetros	5	2 500,00 €	2 500,00 €	2 500,00 €	7 500,00 €
					- €
					- €
		2 500,00 €	2 500,00 €	2 500,00 €	7 500,00 €
Café concerto					
Equipamentos	7	3 000,00 €			3 000,00 €
Palco	8				- €
					- €
		3 000,00 €	- €	- €	3 000,00 €
Sede - Área Administrativa					
Mobiliário - Nova sede	8	8 000,00 €			8 000,00 €
Mobiliário - instalações sociais - ZIF	8	2 500,00 €			2 500,00 €
					- €
		10 500,00 €	- €	- €	10 500,00 €
Valor de investimento total		81 000,00 €	12 500,00 €	5 000,00 €	93 500,00 €

4.2 Orçamento Anual de Tesouraria

De acordo com o Orçamento de Tesouraria prevê-se que, no final de 2017, haja um saldo financeiro de tesouraria positivo no valor de 472.176,03€.

UNIDADE MONETÁRIA (Euro)	
Orçamento de Tesouraria	Data 31/dez/17
Recebimentos	
<i>Recebimento de Vendas</i>	1 688 458,24 €
<i>Outros Rendimentos</i>	1 801,01 €
<i>Outros Recebimentos</i>	15 280,00 €
Total	1 705 539,25 €
Pagamentos	
<i>Fornecedores de Investimentos</i>	81 000,00 €
<i>Fornecedores</i>	370 354,78 €
<i>Impostos</i>	269 097,99 €
<i>Pessoal</i>	824 703,00 €
<i>Encargos Financeiros</i>	3 540,00 €
<i>Outros Pagamentos</i>	91 501,75 €
Total	1 640 197,52 €
Saldo de Tesouraria	65 341,73 €
Saldo Anterior	406 834,30 €
Capital Social	
Acionistas	
Variação de Financiamento	
Subsidio do Projeto	
Saldo Financeiro	472 176,03 €

4.3 Orçamento Anual de Exploração

Na elaboração do Plano de atividades e Orçamento para o ano de 2017 a PMUGEST, E.M. partiu do pressuposto de que irão manter as atividades de limpeza e manutenção, gestão e exploração do estacionamento de duração limitada, comercialização de espaços publicitários/publicidade, gestão do Café Concerto e Cafeteria do Castelo e a colaboração ativa na organização das Festas do Bodo, supra-referidos.

Da análise da Demonstração de Resultados Previsional abaixo mostrada, estima-se que a PMUGEST, E.M. obtenha rendimentos no valor global de 1.261.026,01€, sendo que 1.242.745,00€ resultam das vendas e prestação de serviços, 12.000,00€ são relativos aos subsídios atribuídos pelo IEFEP no âmbito da medida de apoio ao emprego (CEI+ e estágio profissional), 3.280,00€ de outros rendimentos e ganhos, 1.801,01€ de juros obtidos e reversões de dívidas a receber de clientes no valor de 1.200,00€.

Do lado dos gastos, estimam-se, para 2017, o montante total de 1.228.997,94€, repartidos pelas diferentes rubricas de gastos, designadamente, 37.735,00€ de Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, 301.780,00€ em Fornecimentos e Serviços Externos, 824.703,00€ em gastos com o Pessoal. A rubrica das amortizações totaliza 50.799,94€, os outros gastos e perdas perfazem o valor de 13.980,00€.

Os gastos incorridos nas rubricas de custos com o pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos corresponde a 92% do valor global de gastos da Entidade. Face ao exposto pretende-se que a Entidade se torne mais eficiente, com os rendimentos operacionais a crescerem, tendo em simultâneo o contido o crescimento dos gastos com o fornecimento e serviços externos por via da otimização dos contratos firmados, refletindo o conjunto destes resultados uma sustentada melhoria das condições de exploração.

Assim, prevê-se um resultado líquido, no exercício de 2017, no montante de 25.302,17€ (após o pagamento de impostos).

Analisando os gastos, verifica-se que só o controlo dos custos com o pessoal e de fornecimentos e serviços externos pode influenciar os resultados previstos. A empresa deve continuar a procurar gerir o pessoal, tendo por base esta realidade e controlar os restantes gastos no intuito de assegurar a contenção orçamental.

Por outro lado, a gestão dos clientes e da carteira dos serviços a prestar, será determinante para garantir um bom desempenho operacional no exercício.

ORÇAMENTO ANUAL DE EXPLORAÇÃO

2017

UNIDADE MONETÁRIA (Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS										Seções					UNIDADE: MILHARES (mil)		
										Manutenção Urbana	Publicidade	Estacionamento	Café Concerto	Cafeteria Castelo	Bodo	Total	
Vendas e serviços prestados Subsídios à exploração Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos Variação nos inventários da produção Trabalhos para a própria entidade Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas Fornecimentos e serviços externos Gastos com o pessoal Imparidade de inventários (perdas/reversões) Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) Provisões (aumentos/reduções) Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões) Aumentos/reduções de justo valor Outros rendimentos e ganhos Outros gastos e perdas										830 340,00 €	120 000,00 €	175 500,00 €	60 000,00 €	16 800,00 €	40 105,00 €	1 242 745,00 €	
										12 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	12 000,00 €	
										3 340,00 €	3 675,00 €	-	-	24 000,00 €	6 720,00 €	-	37 735,00 €
										174 000,00 €	8 400,00 €	-	-	40 000,00 €	17 120,00 €	-	301 780,00 €
										670 748,00 €	60 050,00 €	-	-	16 200,00 €	2 855,00 €	-	824 703,00 €
										400,00 €	800,00 €	-	-	-	-	-	1 200,00 €
										-	-	-	-	-	-	-	-
										60,00 €	- €	3 220,00 €	- €	- €	- €	-	3 280,00 €
										4 040,00 €	60,00 €	80,00 €	3 500,00 €	2 010,00 €	750,00 €	-	10 440,00 €
										-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos										9 328,00 €	48 615,00 €	80 840,00 €	23 700,00 €	11 905,00 €	45,00 €	84 567,00 €	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)										32 362,50 €	9 897,50 €	2 232,00 €	5 628,57 €	679,37 €	-	50 799,94 €	
										-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)										41 690,50 €	38 717,50 €	78 608,00 €	29 328,57 €	12 584,37 €	45,00 €	33 767,06 €	
Juros e gastos similares suportados Juros e rendimentos similares obtidos										1 050,00 €	100,00 €	1 960,00 €	225,00 €	160,00 €	45,00 €	3 540,00 €	
										1 277,10 €	165,60 €	252,85 €	78,46 €	27,00 €	-	1 801,01 €	
Resultado antes de impostos										41 463,40 €	38 783,10 €	76 900,85 €	29 475,11 €	12 717,37 €	-	32 028,07 €	
Imposto sobre o rendimento do período										-	-	-	-	-	-	6 725,89 €	
Resultado líquido do período										41 463,40 €	38 783,10 €	76 900,85 €	29 475,11 €	12 717,37 €	-	25 302,17 €	



Analisando a Demonstração de Resultados Previsional, observa-se a existência de áreas de atividade da empresa, possam apresentar resultados negativos, nomeadamente a Limpeza e Manutenção Urbana, o Café Concerto e a Cafeteria do Castelo.

A administração continuará a desenvolver esforços, procurando inverter esta situação, dando um enfoque especial a estas áreas de atividade.

Relativamente à área da Limpeza e Manutenção Urbana a preocupação será por um lado a procura de novas oportunidades de negócio, por outro o controlo da despesa, com a preocupação de contenção, sobretudo na despesa do pessoal. Pretende-se uma área com uma maior eficiência e eficácia e com uma utilização correta dos meios existentes. Dado ser a área de maior volume de serviços prestados, é também a área que absorve a maior fatia de custos gerais (fixos) da empresa.

A gestão e exploração do Café Concerto e Cafeteria do Castelo caracteriza-se por diversas condicionantes de natureza obrigatória, nomeadamente, o local, o espaço, os horários e os preços. Apesar do número de clientes ser determinantes para o resultado final de cada uma das atividades, pretendemos reforçar cada vez mais a política de inclusão, para que sejam espaços de todos e para todos.

4.4 Balanço Previsional

Analisando o Balanço Previsional para o ano 2017, cumprindo o Plano de Investimento previsto, verifica-se um aumento de 1,94% do valor do Ativo e uma diminuição do Passivo na ordem dos 3% acompanhada com o reforço dos capitais próprios da empresa em cerca de 3,07%, movimentos a ocorrerem em linha de conta com os resultados transitados, que têm vindo a fortalecer a empresa, fazendo-a depender de si própria e não de capitais externos e alheios.

Considerando que o Ativo continua a apresentar um valor muito superior ao valor do Passivo, permite continuar a evidenciar a estrutura financeira sólida da empresa.

A estrutura do Balanço apresentada é equilibrada e com o sentido de afirmação e de solidificação da empresa.

A rubrica do capital próprio tem vindo a aumentar, devido aos resultados positivos obtidos ao longo dos últimos anos. Para o exercício de 2017, a estimativa do resultado continua a ser positiva na ordem dos 25.302,17€.


PMUGEST , E.M.

RUBRICAS	DATAS
	31/dez/17
ACTIVO	
Activo não corrente	
Activos fixos tangíveis	129 933,01 €
Propriedades de investimento	2 183,06 €
Goodwill	15 000,00 €
Activos intangíveis	882,64 €
Activos biológicos	
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	
Participações financeiras - outros métodos	
Accionistas/sócios	
Outros activos financeiros	
Activos por impostos diferidos	
	147 998,71 €
Activo Corrente	
Inventários	7 812,30 €
Activos biológicos	
Clientes	243 390,00 €
Adiantamentos a fornecedores	
Estados e outros entes públicos	16 054,20 €
Accionistas/sócios	
Outras contas a receber	125 768,13 €
Diferimentos	9 553,81 €
Activos financeiros detidos para negociação	
Outros activos financeiros	
Activos não correntes detidos para venda	
Caixa e depósitos bancários	472 176,03 €
	874 754,47 €
Total do activo	1 022 753,18 €
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital próprio	
Capital realizado	325 000,00 €
Acções (quotas) próprias	
Outros instrumentos de capital próprio	
Prémios de emissão	
Reservas legais	37 058,44 €
Outras reservas	
Resultados transitados	464 428,65 €
Ajustamentos em activos financeiros	
Excedentes de revalorização	- 1 758,24 €
Outras variações no capital próprio	
	25 302,17 €
Resultado líquido do período	
Interesses minoritários	
Total do capital próprio	850 031,01 €
Passivo	
Passivo não corrente	
Provisões	
Financiamentos obtidos	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	
Passivos por impostos diferidos	
Outras contas a pagar	- €
	- €
Passivo corrente	
Fornecedores	31 002,80 €
Adiantamentos de clientes	
Estado e outros entes públicos	45 625,89 €
Accionistas/sócios	
Financiamentos obtidos	
Outras contas a pagar	96 093,47 €
Diferimentos	
Passivos financeiros detidos para negociação	
Outros passivos financeiros	
Passivos não correntes detidos para venda	
	172 722,16 €
Total do passivo	172 722,16 €
Total do capital próprio e do passivo	1 022 753,18 €

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências do relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Nota Final

O orçamento mostra os meios financeiros necessários e previsíveis para fazer face a toda a atividade proposta.

Os documentos previsionais apresentados traduzem um resultado baseado nas probabilidades de que determinados acontecimentos ocorram, dentro de determinadas condições. Como tal, se as variáveis que afetam a gestão da empresa se alterarem, os desvios serão certamente uma consequência. Prevê-se que a empresa continue a alcançar resultados positivos, no próximo exercício.

Não obstante as dificuldades esperadas, adotar-se-á uma atitude proativa que permita continuar a trabalhar, prestando os serviços que nos estão incumbidos, de uma forma séria, transparente e rigorosa.

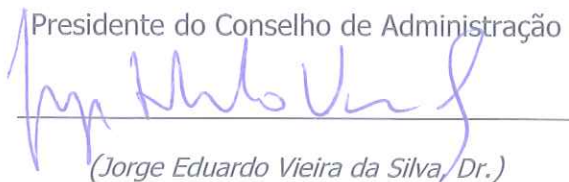
O objetivo da Administração, considerando a natureza de entidade empresarial municipal, é continuar a gerir a empresa com rigor, competência e determinação, procurando constantemente, responder com eficácia às necessidades dos seus clientes.

Concluindo, importa salientar que este foi um documento elaborado à luz da plena transparência dos factos e formas de agir, em coerência com os normativos legais vigentes e com o intuito de suportar as decisões de gestão, ao mais alto nível de execução.

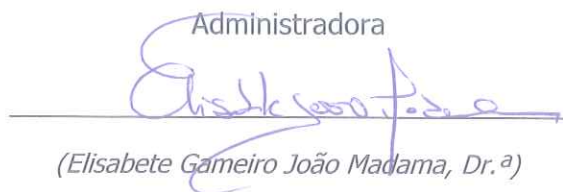
Pombal, 06 de outubro de 2016.

A Administração:

Presidente do Conselho de Administração


(Jorge Eduardo Vieira da Silva, Dr.)

Administradora


(Elisabete Gameiro João Madama, Dr.ª)

Administrador Executivo


(Manuel Gomes Jordão Carreira, Eng.º)



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos da alínea j) do n.º 6 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2017, da *PMUGEST – POMBAL MANUTENÇÃO URBANA E GESTÃO, E.M.*, consistindo, no Plano anual de atividades, Plano anual e plurianual de investimentos, Orçamento anual de tesouraria, Orçamento anual de exploração e Balanço previsional.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;



- a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional;
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.
5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

PARECER

6. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.
7. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Lisboa, 14 de outubro de 2016

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056

MUNICÍPIO DE POMBAL
MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS
Alinea c) do nº 2 do artº 46 da Lei 73/2013 de 3 de Setembro

ANO 2017

Designação da Entidade	NIF	Sede	Tipo Entidade	Capital Social	Participação do Município		Obs.
					Valor Nominal	%	
LUSITÂNIAGÁS - Companhia de Gás do Centro, SA	502761024	Aveiro	Societária	20.500.000,00	7.810,00	0,04%	
PMUGest - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, EMM	505214300	Pombal	Societária	325.000,00	325.000,00	100,00%	
VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	503811866	Leiria	Societária	2.000.000,00	190.400,00	9,52%	
Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda.	504609696	Pombal	Societária	400.000,00	100.000,00	25,00%	
COIMBRAVITA - Agência de Desenvolvimento Regional, SA	505073480	Coimbra	Societária	676.145,00	19.960,00	2,95%	Em processo de liquidação desde 2012
MAPICENTRO - Sociedade de Abate, Comercialização e Transformação de Carnes, SA	501638938	Leiria	Societária	2.285.000,00	230,00	0,01%	
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Lisboa	Não Societária	650.000.000,00	1.727.599,12	0,27%	Lei 53/2014 de 25/08
				Total em Eur.	2.370.999,12		



Documento redigido
conforme aprovação
em reunião do Conselho
Municipal de Juventude
de 25 novembro de 2016
e que foi por mim
secretariada.
Bzile com data

PARECER

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis, nesta Cidade de Pombal e no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, pelas dezoito horas, o Conselho Municipal da Juventude do Município de Pombal.

De entre os assuntos da ordem de trabalhos e no âmbito das competências do Conselho, constava a emissão de parecer, nos termos do n.º 1 do Artigo 5.º do Regulamento Municipal da Juventude, referente ao Orçamento para o ano 2017, ao Plano de Atividades e ao Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio 2017-2020, em matéria relacionada com a Juventude (n.º 1 do Artigo 15.º do referido Regulamento).

Nestes termos e após análise da documentação que lhe foi presente, o Conselho Municipal da Juventude deliberou, por unanimidade emitir parecer favorável aos documentos previsionais supra mencionados.

Pombal, 25 de novembro de 2016

Os membros do Conselho Municipal de Juventude,

Fernando Soares.

João Figueiral

Pedro Brillante

2 - AL 2 S. 2

Nuno Carrasqueira

Maria Banaça
João Barros.



Conselho Municipal de Juventude

25 de novembro de 2016 - 18 horas

Representante	Assinatura legível	Email
MUNICÍPIO		
Presidente da Câmara	Diogo Alves Pictus	Diogo-martins-falcao-p-silva.pt
Associações Juvenis		
Horizonte	André Sato Takt	Horizonte.aj@gmail.com
Pombal Jovem	Diogo Barros	Diogo.Barros.Silva@hotmail.com
Acamide- Associação Académica de Carnide		
Adepes	Nuno Cascaqueira	adepes@iol.pt
União XXI		
Efetivocentiv		
Juventude Cruzense	Fernando da Silva Soares	juventudecruzenze@hotmail.com
Juventudes Partidárias		
JSD - Juventude Social Democrática (rep.no CME)	António Sato	ss2.pombal@gmail.com
JS - Juventude Socialista	Theresa Barroca	marinabarroca@hotmail.com
Juventude Popular		
Juventude do Bloco de Esquerda		
JCP - Juventude Comunista Portuguesa		
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES		
Escola Secundária	João Barros	ae.esp3100@gmail.com
ETAP	João Figueiral	listuctap@hotmail.com
Escola EB 2/3 S da Guia		
Instituto D. João V	Francisco Vondonga	idealistaidjv@gmail.com
MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL		
PSD - Partido Social Democrata	Pedro Delhente	p-delhente9a@hotmail.com
PS- Partido Socialista		
CDSPP - Partido Popular		
CDU		
Escuteiros		
Agrupamento do Lourical		